ANATEL

BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

Menu Principal

SRD »» Relatórios »» *Outorga* | internet teia | menu ajuda

# Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

**UF: SP** **Município: São Carlos**

| Entidade | Município | Data Outorga | Validade |
|---|---|---|---|
| FUNDACAO DE APOIO INST AO DESENV CIENT E TECNOLOGICO | São Carlos | 05/10/2006 | 05/10/2016 |
| FUNDACAO THEODORETO SOUTO | São Carlos | 29/09/1986 | 29/09/1996 |
| INTERSOM EMISSORAS DE FREQUENCIA MODULADA LTDA | São Carlos | 17/06/2010 | 17/06/2020 |
| NATUREZA COMUNICACOES LTDA -ME | São Carlos | | |
| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | São Carlos | 06/07/2007 | 06/07/2017 |

**Usuário:** riciele.mc - Riciele Milani **Data:** 05/05/2017 **Hora:** 15:27:40

**Registro 1 até 5 de 5 registros** **Página: [1]** **[Ir]** **[Reg]**

Tela Inicial | Imprimir | Exportar Excel

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiofusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga

# DESPACHO

**Processo nº 01250.025886/2017-71**

1. A fim de dar prosseguimento a análise do processo em referência, de ordem da Coordenadora, devolvo os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para que verifique se há pedido da Rádio Progresso de São Carlos Ltda, referente ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos, estado de São Paulo, referente à Renovação de Outorga para o período 06.07.2017 a 06.07.2027.

2. Solicito, caso seja localizado o pedido mencionado no item 1, seja este apensado ao presente processo.

3. Em caso de não localização do pedido mencionado no item 1, seja tal fato certificado nos autos, de forma a viabilizar o prosseguimento da análise.

4. Após, retornem os autos para a Coordenação de Renovação de Outorga - COROR, para o prosseguimento da análise.

Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Chefe de Serviço**, em 05/05/2017, às 15:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **1856637** e o código CRC **36C362E7**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Protocolo n°: 01250.025886/2017-71

Certifico e dou fé que até a presente data não foram localizados neste setor novos processos ou novos pedidos da Entidade aptos a serem relacionados, conforme solicitado.

Devolvo o processo para análise.

Em 09/05/2017

Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto**, **Técnico de Nível Superior**, em 09/05/2017, às 09:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **1862247** e o código CRC **FAE20B3B**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 SEI nº 1862247

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 20242/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA
Avenida Dr. Carlos Botelho, nº 2140, 2º andar - Centro
13.560 - 250 São Carlos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Edição da Lei nº 13.424/2017. Necessidade de apresentação de pedido. Processo nº 01250.025886/2017-71.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, informo que em razão da edição da Lei n.º 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2017, as Entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações durante os 12 (doze) meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

> **ATENÇÃO!!!** Para aquelas entidades cujas concessões ou permissões se encontrem vencidas e que não tenham apresentado seus pedidos de renovação até esta data, poderão fazê-lo no prazo de 90 (noventa dias), contado da data de publicação da referida lei.

2. Desta forma, caso a permissionária/concessionária tenha interesse em renovar sua outorga, deverá, para tanto, encaminhar requerimento devidamente preenchido, firmado por representante legal, acompanhado dos documentos relacionados no modelo anexo.

3. Por fim, informa-se que não será conhecido nenhum pedido realizado fora do modelo de requerimento anexado a este ofício.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 17/05/2017, às 10:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **1864120** e o código CRC **08C143B6**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20242/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.025886/2017-71 - Nº SEI: 1864120

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

**IDENTIFICAÇÃO**

Nome da pessoa jurídica: _____inscrita no CNPJ nº:_____, com sede no endereço:_____CEP nº:_____, por seu representante legal, _____ inscrito no CPF nº:_____, com endereço eletrônico (*e-mail*): _____, vem solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, para a execução do serviço de _____, na localidade de _____, no estado _____, relativo ao período de _____a_____.

**DECLARAÇÕES**

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) a Entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão que será renovada.

(b) a Entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

(c) a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço.

(d) somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;

(e) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, eu, _____,

representante legal da entidade acima qualificada, firmo este requerimento.

_____

Assinatura do representante legal

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

Além deste requerimento e declarações acima transcritas, os seguintes documentos são necessários para a renovação:

- RELATIVOS À ENTIDADE:

a) certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);

b) certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);

c) comprovante de regularidade com o FISTEL;

d) prova de regularidade relativa ao INSS;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

f) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;

g) provas de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;

h) provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;

i) certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;

j) certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);

k) certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;

l) laudos de vistoria técnica e de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão

(OBS: o modelo do laudo de vistoria técnica encontra-se disponível no seguinte endereço: http://www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga)

- RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES:

a) prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.

**ATENÇÃO!!!:** Para efeito dos documentos pertinentes os sócios e diretores, estes serão exigidos daqueles já aprovados/conhecidos por esta Pasta. Assim, caso esteja em trâmite na Secretaria de Radiodifusão - SERAD processo administrativo da Entidade, que trate de alteração contratual, prevendo a modificação societária e/ou diretiva da empresa, a documentação pessoal dos novos sócios/diretores só será exigida no processo de renovação, após a devida aprovação da alteração contratual.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

**OF: 20242/2017/SEI-MCTIC**
**AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA**
**RADIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA**
**AV. Dr, CARLOS BOTELLHO, Nº 2140, 2º ANDAR - CENTRO**
**CEP: 13560-250 SÃO CARLOS/SP**
**PROC:.01250.025886/2017-71**
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Correios
REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY
AR ☐ MP ☐ PESO / WEIGHT (kg)
JR 43549754 7 BR

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Correios Brasil

**AVISO DE RECEBIMENTO** *AVIS CN07* **AR**

JR 43549754 7 BR

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DEPÔT*

__/__/____

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DEPÔT*

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

| | | |
|---|---|---|
| __/__/____ : h | __/__/____ : h | __/__/____ : h |

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônic
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
[illegible]-900 - Brasília-DF

CIDADE / *LOCALITÉ* | UF | BRASIL BRÉSIL

_____-___

**REMETENTE:**

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

**AR**

**DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE***

**OF: 20242/2017/SEI-MCTIC**
**AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA**
**RADIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA**
**AV. Dr, CARLOS BOTELLHO, Nº 2140, 2º ANDAR - CENTRO**
**CEP: 13560-250 SÃO CARLOS/SP**
**PROC:.01250.025886/2017-71**
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

*IATAIRE*

UF | PAÍS / *PAYS*

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*
- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*: Antonio Gilvani Jose monteiro

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*: 29/05/17

CARIMBO DE ENTREGA / *UNIDADE DE DESTINO / BUREAU DE DESTINATION*: CDD SÃO CARLOS 29 MAI 2017 SÃO CARLOS-DR/SP1

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*: EDMUNDO FERREIRA DE JESUS Agente de Correios Matr. 88930459 SÃO CARLOS

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS***

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Correios Brasil

**AVISO DE RECEBIMENTO** — *AVIS CN07* — **AR**

JR 43549754 7 BR

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DEPÔT*

__/__/__

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DEPOT*

AGÊNCIA MINICOM

25 MAI 2017

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

| | | |
|---|---|---|
| __/__/__ : h | __/__/__ : h | __/__/__ : h |

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônic
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

70044-900 - Brasília-DF

CIDADE / *LOCALITÉ*

UF

BRASIL
BRÉSIL

_____-___

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **59.600.817/0001-43**<br>**MATRIZ** | | **25/08/1966** |

| NOME EMPRESARIAL |
|---|
| **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA** |

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| ******** | **DEMAIS** |

| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL |
|---|
| **60.10-1-00 - Atividades de rádio** |

| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS |
|---|
| **Não informada** |

| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA |
|---|
| **206-2 - Sociedade Empresária Limitada** |

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **AV DR. CARLOS BOTELHO** | **2140** | **ANDAR 2** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **13.560-250** | **CENTRO** | **SAO CARLOS** | **SP** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **demetrio@clube.com.br** | **(16) 3371-3944/ (16) 2106-4356** |

| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) |
|---|
| ***** |

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **27/07/2002** |

| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|
| |

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/11/2021** às **18:57:36** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONSULTAR QSA VOLTAR IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente para garantir a autenticidade e a integridade do documento
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**
**CNPJ: 59.600.817/0001-43**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:58:37 do dia 12/11/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/05/2022.
Código de controle da certidão: **642F.F238.625D.797C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 59.600.817/0001-43
**Razão Social:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA
**Endereço:** AV SAO CARLOS 1799 / CENTRO / SAO CARLOS / SP / 13560-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**31/10/2021 a 29/11/2021

**Certificação Número:** 2021103100573866513406

Informação obtida em 12/11/2021 18:59:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 59.600.817/0001-43
Certidão nº: 53433566/2021
Expedição: 12/11/2021, às 19:00:23
Validade: 10/05/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS),** inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.600.817/0001-43, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

## Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 59.600.817/0001-43

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

| | |
|---|---|
| Certidão nº | 21110178032-99 |
| Data e hora da emissão | 12/11/2021 19:02:49 |
| Validade | 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição. |

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | | |
| **Nome Fantasia:** | | | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br | |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | | **Número do Fistel:** 02008031152 | |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | | **Tipo Taxa:** Integral | |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | |
| **Carater:** Primário | | **Local específico:** | |
| **Rede:** | | **Categoria da Estação:** Principal | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | | | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | | **Complemento:** - 2º Andar |
| **Bairro:** Centro | | **Numero:** 2.140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | | **Complemento:** |
| **Bairro:** | | **Numero:** |
| **Município:** | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

| Informações Gerais |
|---|

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22°0'42" S | **Longitude:** 47°53'22" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 ° | **Orientação NV:** 0 ° | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0°:** 14.02 | **5°:** 13.47 | **10°:** 12.8 | **15°:** 12.22 | **20°:** 11.6 | **25°:** 10.9 | **30°:** 10.14 | **35°:** 9.36 | **40°:** 8.5 | **45°:** 7.46 | **50°:** 6.34 | **55°:** 5.19 |
| **60°:** 4.05 | **65°:** 2.97 | **70°:** 2.01 | **75°:** 1.29 | **80°:** 0.74 | **85°:** 0.34 | **90°:** 0.09 | **95°:** 0.02 | **100°:** 0.1 | **105°:** 0.35 | **110°:** 0.73 | **115°:** 1.19 |
| **120°:** 1.71 | **125°:** 2.26 | **130°:** 2.85 | **135°:** 3.5 | **140°:** 4.15 | **145°:** 4.76 | **150°:** 5.32 | **155°:** 5.77 | **160°:** 6.23 | **165°:** 6.81 | **170°:** 7.41 | **175°:** 7.93 |
| **180°:** 8.45 | **185°:** 9.03 | **190°:** 9.63 | **195°:** 10.24 | **200°:** 10.84 | **205°:** 11.37 | **210°:** 11.9 | **215°:** 12.56 | **220°:** 13.19 | **225°:** 13.63 | **230°:** 13.98 | **235°:** 14.31 |
| **240°:** 14.56 | **245°:** 14.72 | **250°:** 14.75 | **255°:** 14.61 | **260°:** 14.33 | **265°:** 13.89 | **270°:** 13.39 | **275°:** 12.94 | **280°:** 12.54 | **285°:** 12.24 | **290°:** 12.01 | **295°:** 11.8 |
| **300°:** 11.7 | **305°:** 11.83 | **310°:** 12.04 | **315°:** 12.22 | **320°:** 12.43 | **325°:** 12.68 | **330°:** 12.96 | **335°:** 13.29 | **340°:** 13.64 | **345°:** 14.05 | **350°:** 14.33 | **355°:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0°:** Lat - Lon - | **5°:** Lat - Lon - | **10°:** Lat - Lon - | **15°:** Lat - Lon - | **20°:** Lat - Lon - | **25°:** Lat - Lon - | **30°:** Lat - Lon - | **35°:** Lat - Lon - | **40°:** Lat - Lon - | **45°:** Lat - Lon - | **50°:** Lat - Lon - | **55°:** Lat - Lon - |
| **60°:** Lat - Lon - | **65°:** Lat - Lon - | **70°:** Lat - Lon - | **75°:** Lat - Lon - | **80°:** Lat - Lon - | **85°:** Lat - Lon - | **90°:** Lat - Lon - | **95°:** Lat - Lon - | **100°:** Lat - Lon - | **105°:** Lat - Lon - | **110°:** Lat - Lon - | **115°:** Lat - Lon - |
| **120°:** Lat - Lon - | **125°:** Lat - Lon - | **130°:** Lat - Lon - | **135°:** Lat - Lon - | **140°:** Lat - Lon - | **145°:** Lat - Lon - | **150°:** Lat - Lon - | **155°:** Lat - Lon - | **160°:** Lat - Lon - | **165°:** Lat - Lon - | **170°:** Lat - Lon - | **175°:** Lat - Lon - |
| **180°:** Lat - Lon - | **185°:** Lat - Lon - | **190°:** Lat - Lon - | **195°:** Lat - Lon - | **200°:** Lat - Lon - | **205°:** Lat - Lon - | **210°:** Lat - Lon - | **215°:** Lat - Lon - | **220°:** Lat - Lon - | **225°:** Lat - Lon - | **230°:** Lat - Lon - | **235°:** Lat - Lon - |
| **240°:** Lat - Lon - | **245°:** Lat - Lon - | **250°:** Lat - Lon - | **255°:** Lat - Lon - | **260°:** Lat - Lon - | **265°:** Lat - Lon - | **270°:** Lat - Lon - | **275°:** Lat - Lon - | **280°:** Lat - Lon - | **285°:** Lat - Lon - | **290°:** Lat - Lon - | **295°:** Lat - Lon - |
| **300°:** Lat - Lon - | **305°:** Lat - Lon - | **310°:** Lat - Lon - | **315°:** Lat - Lon - | **320°:** Lat - Lon - | **325°:** Lat - Lon - | **330°:** Lat - Lon - | **335°:** Lat - Lon - | **340°:** Lat - Lon - | **345°:** Lat - Lon - | **350°:** Lat - Lon - | **355°:** Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0°:** | **5°:** | **10°:** | **15°:** | **20°:** | **25°:** | **30°:** | **35°:** | **40°:** | **45°:** | **50°:** | **55°:** |
| **60°:** | **65°:** | **70°:** | **75°:** | **80°:** | **85°:** | **90°:** | **95°:** | **100°:** | **105°:** | **110°:** | **115°:** |
| **120°:** | **125°:** | **130°:** | **135°:** | **140°:** | **145°:** | **150°:** | **155°:** | **160°:** | **165°:** | **170°:** | **175°:** |
| **180°:** | **185°:** | **190°:** | **195°:** | **200°:** | **205°:** | **210°:** | **215°:** | **220°:** | **225°:** | **230°:** | **235°:** |
| **240°:** | **245°:** | **250°:** | **255°:** | **260°:** | **265°:** | **270°:** | **275°:** | **280°:** | **285°:** | **290°:** | **295°:** |
| **300°:** | **305°:** | **310°:** | **315°:** | **320°:** | **325°:** | **330°:** | **335°:** | **340°:** | **345°:** | **350°:** | **355°:** |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** ° | **Orientação NV:** ° | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

# NOTA TÉCNICA Nº 17818/2021/SEI-MCOM

**PROCESSO Nº: 01250.025886/2017-71**

**INTERESSADO: RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA (FISTEL 02008031152), relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Carlos/SP, referente ao seguinte período: 06/07/2017 a 06/07/2027.

## ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis n$^{os}$ 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. O presente processo administrativo fora instaurado de ofício pelo Poder Concedente, em razão da verificação da ausência de pedido da Entidade para renovar a outorga a ela outorgada. Esse procedimento foi realizado em atenção ao artigo 112, § 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Devidamente notificada, a Entidade apresentou a documentação requerida conforme protocolo nº 01250.036413/2017-08.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

**RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

4.1. requerimento, solicitando a renovação, datado e assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

*a)* a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

*b)* nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

*c)* nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

*d)* a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

*e)* a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

*f)* a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

*g)* a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

*h)* inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

4.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, atualizada, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

4.4. prova de regularidade perante as Fazendas estadual de débitos inscritos na Dívida Ativa e municipal da sede da pessoa jurídica, atualizadas, na forma da lei;

4.5. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (*i*) certidão de nascimento ou casamento; (*ii*) certidão de reservista; (*iii*) cédula de identidade; (*iv*) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (*v*) carteira profissional; (*vi*) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (*vii*) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

**CONCLUSÃO**

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º,** ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 16/11/2021, às 14:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 16/11/2021, às 14:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **8515036** e o código CRC **30C044BD**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO | | | |
|---|---|---|---|
| ***Nome da Pessoa Jurídica:*** | | | |
| ***CNPJ:*** | | ***CEP da sede:*** | |
| ***Endereço da sede:*** | | | |
| ***E-mail de contato:*** | | | |
| ***Serviço a ser renovado:*** | ( ) Radiodifusão sonora | ( ) em frequência modulada<br>( ) em ondas curtas<br>( ) em ondas médias<br>( ) em ondas tropicais | |
| | ( ) Radiodifusão de sons e imagens | | |
| ***Período da renovação:*** | | | |
| ***Localidade da renovação:*** | | ***UF:*** | |

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

## DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

(a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

(b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

(c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

(e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

(f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;

(h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

(i) inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

**_____, _____ de _____ de _____.**

_____

**Assinatura do representante legal**



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## ANEXO

| DOCUMENTOS NECESSÁRIOS | |
|---|---|
| ***RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA E AOS SÓCIOS*** | (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;<br><br>(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: *i)* certidão de nascimento ou casamento; *ii)* certidão de reservista; *iii)* cédula de identidade; *iv)* certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; *v)* carteira profissional; *vi)* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou *vii)* passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.<br><br>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;<br><br>(d) prova de inscrição no CNPJ;<br><br>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;<br><br>(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;<br><br>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e<br><br>(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho. |



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 24399/2021/MCOM

Brasília, 12 de novembro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
**RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA (CNPJ: 59.600.817/0001-43)**
Avenida Dr. Carlos Botelho, nº 2140, 2º andar - Centro
13.560 - 250 - São Carlos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.025886/2017-71**.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 17818/2021/SEI-MCOM e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 8515046), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

**2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 16/11/2021, às 14:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **8515045** e o código CRC **39B48E16**.



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Correspondência Eletrônica - 8538838

**Data de Envio**:
16/11/2021 14:34:20

**De**:
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

**Para**:
demetrio@clube.com.br
cantarella@clube.com.br
pizaniclube@clube.com.br
contato@mouraeribeiro.adv.br
carlosdamin@terra.com.br

**Assunto**:
Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

**Mensagem**:
Assunto:
Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - EDITAR - 01250.025886/2017-71

INTERESSADA: - RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos**:
Oficio_8515045.html
Requerimento_8515046_Requerimento_Padrao.pdf
Nota_Tecnica_8515036.html

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Correspondência Eletrônica - 8896944**

**Data de Envio**:
13/12/2021 11:30:08

**De**:
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

**Para**:
cgfm@mcom.gov.br

**Assunto**:
RENOVAÇÃO DE OUTORGA

**Mensagem**:
Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Seg, 13/12/2021 12:36

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informo que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, que:

- tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de revogação da autorização;

- trate de operação clandestina de serviço de radiodifusão; ou

- verse sobre vinculo político-partidário, religioso ou familiar.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>
**Enviado:** segunda-feira, 13 de dezembro de 2021 11:30
**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>
**Assunto:** RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Correspondência Eletrônica - 8959014

**Data de Envio**:
23/12/2021 15:25:48

**De**:
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

**Para**:
cgfm@mcom.gov.br

**Assunto**:
RENOVAÇÃO DE OUTORGA

**Mensagem**:
Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Solicito nova consulta à esta Coordenação, com o fito de complementar a resposta anteriormente recebida.

Em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

**Anexos**:
Correspondencia_Eletronica_8896944.html

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Sex, 24/12/2021 12:45

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, responder ao processo nº 53900.030778/2014-70, que culminou na sanção de suspensão, que por este ato ficou convertida em multa no valor de R$ 10.054,77 (dez mil e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), e lhe atribuiu 06 (seis) pontos, por infringência ao disposto no artigo 38, alíneas 'b' e 'e', do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de **CASSAÇÃO** de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>
**Enviado:** quinta-feira, 23 de dezembro de 2021 15:25
**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>
**Assunto:** RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Solicito nova consulta à esta Coordenação, com o fito de complementar a resposta anteriormente recebida.

Em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

https://outlook.office365.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCR… 

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL de 06 / 07 / 1977 Página N.º 8508

Encarregado da Revisão

SEAD - RAD SETOR DE REGISTROS

PORTARIA N.º 599 DE 04 DE 07 DE 1977

DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 15.793/75 (Edital nº 99/75),

R E S O L V E :

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, utilizando o canal 284, classe "A", na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acordo com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor na data de sua publicação.

ORIGINAL ASSINADO PELO MINISTRO
Euclides Quandt de Oliveira

EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA
Ministro de Estado das Comunicações

DNT/PAD/apc/ SMP/NBP
27.6.77.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Publicado no D.O.U. em
23 / 10 /2009
Seção 1 Página 77
Rubrica

PORTARIA Nº 520 , DE 7 DE AGOSTO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.009253/2007, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º , da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1.962, por dez anos, a partir de 6 de julho de 2007, a permissão outorgada à **RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**, por meio da Portaria MC nº 599, de 4 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 6 subseqüente, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
Ministro de Estado das Comunicações

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

154-1



Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 105, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 2007, a permissão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 106, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Município de São Félix de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 107, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL E CULTURAL DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 391, de 24 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e Cultural de Comunicação para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 108, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JUNQUEIRÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Junqueirópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 109, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO CONCÓRDIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 763, de 18 de dezembro de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de junho de 2001, a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 110, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIBEIRÃO CORRENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 643, de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Ribeirão Corrente para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 111, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV PLANÍCIE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de junho de 2009, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 4 de outubro de 2003, a concessão outorgada à TV Planície Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 594, de 18 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada à Rede Central de Comunicações Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 113, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO RUY BARBOSA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 371, de 19 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de fevereiro de 2006, a permissão outorgada à Rádio Ruy Barbosa FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012050400004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| JOSE INACIO GENNARI PIZANI | 201.572.588-15 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 71750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 71750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 127750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 127750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:17:37

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.160.198-53 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 218 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

0e13ed01a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sapl.camara.leg.br/autenticar?hash=0e13ed01a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 318.087.088-57 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:21:42

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 201.572.588-15 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JOSE INACIO GENNARI PIZANI | 201.572.588-15 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 71750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 71750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 886 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 676500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 676500 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 676500 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 676500 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 676500 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

0e13ed01a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sinal.camara.leg.br/assinaturas/0e13ed01a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 360.351.328-20 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:22:00

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.534.458-87 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 127750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 127750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 886 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

0e13edc01a8c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://anatel.sei.camara.leg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 0e13edc01a8c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 273.286.258-48 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:22:19

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 254.134.838-05 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:22:30

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

| UF: | SP | Município: | São Carlos |
|---|---|---|---|

| Entidade | Município | Data Outorga | Validade |
|---|---|---|---|
| CENTRAL SAO CARLOS DE COMUNICACAO LTDA | São Carlos | | |
| FUNDACAO DE APOIO INST AO DESENV CIENT E TECNOLOGICO | São Carlos | 05/10/2006 | 05/10/2016 |
| FUNDACAO THEODORETO SOUTO | São Carlos | 29/09/1986 | 29/09/1996 |
| INTERSOM EMISSORAS DE FREQUENCIA MODULADA LTDA | São Carlos | | |
| NATUREZA COMUNICACOES LTDA -ME | São Carlos | | |
| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | São Carlos | 06/07/2007 | 06/07/2017 |
| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | São Carlos | 01/05/2004 | |
| RADIO SAO CARLOS LTDA.ME | São Carlos | | |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:20:31

**Registro 1 até 8 de 8 registros** **Página: [1]** **[Ir]** **[Reg]**

Tela Inicial | Imprimir | Exportar Excel

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

**CNPJ:** **59.600.817/0001-43**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:23:53 do dia 12/11/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/12/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Imprimir Voltar

# Canais de Radiodifusão

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos | Download Canais

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Específico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude | Longitude | ERP | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data | ID Estação Principal | ID do Canal | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 59600817000: | | | | (Todos) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ver Estações | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 02008031152 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos | | 284 | | 104.7 | A2 | | -22.011694444444 | -47.8895555555556 | 5 | 102.7 | | 2 | 2021-03-16 15:36:49 | | 57dbac4ca8229 | Coordenadas prefixadas: 22S0042; 47W5322 |
| Ver Estações | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 50418620105 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos | | 216 | | 91.1 | B1 | | -22.01169 | -47.88956 | | 96.6 | | 1 | 2021-10-22 15:32:14 | | 5c18d2f594d62 | Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Coordenadas pré fixadas 22S |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Spectrum Center Inc.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | | |
| **Nome Fantasia:** | | | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br | |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | | **Número do Fistel:** 02008031152 | |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | | **Tipo Taxa:** Integral | |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | |
| **Carater:** Primário | | **Local específico:** | |
| **Rede:** | | **Categoria da Estação:** Principal | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | | | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | | **Complemento:** - 2º Andar |
| **Bairro:** Centro | | **Numero:** 2.140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | | **Complemento:** |
| **Bairro:** | | **Numero:** |
| **Município:** | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

| Informações Gerais |
|---|

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22°0'42" S | **Longitude:** 47°53'22" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 º | **Orientação NV:** 0 º | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 14.02 | **5º:** 13.47 | **10º:** 12.8 | **15º:** 12.22 | **20º:** 11.6 | **25º:** 10.9 | **30º:** 10.14 | **35º:** 9.36 | **40º:** 8.5 | **45º:** 7.46 | **50º:** 6.34 | **55º:** 5.19 |
| **60º:** 4.05 | **65º:** 2.97 | **70º:** 2.01 | **75º:** 1.29 | **80º:** 0.74 | **85º:** 0.34 | **90º:** 0.09 | **95º:** 0.02 | **100º:** 0.1 | **105º:** 0.35 | **110º:** 0.73 | **115º:** 1.19 |
| **120º:** 1.71 | **125º:** 2.26 | **130º:** 2.85 | **135º:** 3.5 | **140º:** 4.15 | **145º:** 4.76 | **150º:** 5.32 | **155º:** 5.77 | **160º:** 6.23 | **165º:** 6.81 | **170º:** 7.41 | **175º:** 7.93 |
| **180º:** 8.45 | **185º:** 9.03 | **190º:** 9.63 | **195º:** 10.24 | **200º:** 10.84 | **205º:** 11.37 | **210º:** 11.9 | **215º:** 12.56 | **220º:** 13.19 | **225º:** 13.63 | **230º:** 13.98 | **235º:** 14.31 |
| **240º:** 14.56 | **245º:** 14.72 | **250º:** 14.75 | **255º:** 14.61 | **260º:** 14.33 | **265º:** 13.89 | **270º:** 13.39 | **275º:** 12.94 | **280º:** 12.54 | **285º:** 12.24 | **290º:** 12.01 | **295º:** 11.8 |
| **300º:** 11.7 | **305º:** 11.83 | **310º:** 12.04 | **315º:** 12.22 | **320º:** 12.43 | **325º:** 12.68 | **330º:** 12.96 | **335º:** 13.29 | **340º:** 13.64 | **345º:** 14.05 | **350º:** 14.33 | **355º:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** Lat - Lon - | **5º:** Lat - Lon - | **10º:** Lat - Lon - | **15º:** Lat - Lon - | **20º:** Lat - Lon - | **25º:** Lat - Lon - | **30º:** Lat - Lon - | **35º:** Lat - Lon - | **40º:** Lat - Lon - | **45º:** Lat - Lon - | **50º:** Lat - Lon - | **55º:** Lat - Lon - |
| **60º:** Lat - Lon - | **65º:** Lat - Lon - | **70º:** Lat - Lon - | **75º:** Lat - Lon - | **80º:** Lat - Lon - | **85º:** Lat - Lon - | **90º:** Lat - Lon - | **95º:** Lat - Lon - | **100º:** Lat - Lon - | **105º:** Lat - Lon - | **110º:** Lat - Lon - | **115º:** Lat - Lon - |
| **120º:** Lat - Lon - | **125º:** Lat - Lon - | **130º:** Lat - Lon - | **135º:** Lat - Lon - | **140º:** Lat - Lon - | **145º:** Lat - Lon - | **150º:** Lat - Lon - | **155º:** Lat - Lon - | **160º:** Lat - Lon - | **165º:** Lat - Lon - | **170º:** Lat - Lon - | **175º:** Lat - Lon - |
| **180º:** Lat - Lon - | **185º:** Lat - Lon - | **190º:** Lat - Lon - | **195º:** Lat - Lon - | **200º:** Lat - Lon - | **205º:** Lat - Lon - | **210º:** Lat - Lon - | **215º:** Lat - Lon - | **220º:** Lat - Lon - | **225º:** Lat - Lon - | **230º:** Lat - Lon - | **235º:** Lat - Lon - |
| **240º:** Lat - Lon - | **245º:** Lat - Lon - | **250º:** Lat - Lon - | **255º:** Lat - Lon - | **260º:** Lat - Lon - | **265º:** Lat - Lon - | **270º:** Lat - Lon - | **275º:** Lat - Lon - | **280º:** Lat - Lon - | **285º:** Lat - Lon - | **290º:** Lat - Lon - | **295º:** Lat - Lon - |
| **300º:** Lat - Lon - | **305º:** Lat - Lon - | **310º:** Lat - Lon - | **315º:** Lat - Lon - | **320º:** Lat - Lon - | **325º:** Lat - Lon - | **330º:** Lat - Lon - | **335º:** Lat - Lon - | **340º:** Lat - Lon - | **345º:** Lat - Lon - | **350º:** Lat - Lon - | **355º:** Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** | **5º:** | **10º:** | **15º:** | **20º:** | **25º:** | **30º:** | **35º:** | **40º:** | **45º:** | **50º:** | **55º:** |
| **60º:** | **65º:** | **70º:** | **75º:** | **80º:** | **85º:** | **90º:** | **95º:** | **100º:** | **105º:** | **110º:** | **115º:** |
| **120º:** | **125º:** | **130º:** | **135º:** | **140º:** | **145º:** | **150º:** | **155º:** | **160º:** | **165º:** | **170º:** | **175º:** |
| **180º:** | **185º:** | **190º:** | **195º:** | **200º:** | **205º:** | **210º:** | **215º:** | **220º:** | **225º:** | **230º:** | **235º:** |
| **240º:** | **245º:** | **250º:** | **255º:** | **260º:** | **265º:** | **270º:** | **275º:** | **280º:** | **285º:** | **290º:** | **295º:** |
| **300º:** | **305º:** | **310º:** | **315º:** | **320º:** | **325º:** | **330º:** | **335º:** | **340º:** | **345º:** | **350º:** | **355º:** |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



021
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** º | **Orientação NV:** º | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

**CNPJ:** **59.600.817/0001-43**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:16:44 do dia 13/12/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/01/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Imprimir Voltar

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

| NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | CNPJ |
|---|---|---|---|---|
| **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA** | | | | **59600817000143** |
| Nº DA ESTAÇÃO | SERVIÇO | NAT. SERV. | LATITUDE | LONGITUDE |
| **7806027** | **230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada** | | **22° 00' 42.10" S** | **47° 53' 22.40" W** |

| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO | DISTRITO | |
|---|---|---|
| **RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO, nº 2140.** | | |
| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF |
| **CENTRO** | **São Carlos** | **SP** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:** | 06/07/2027 | | |
| **LOCALIDADE PLANO BASICO:** | | | |
| **MUNICIPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **LOCALIDADE:** | | | |
| **FREQUENCIA:** | 104.7 MHz | **CANAL:** | 284 |
| **CLASSE:** | A2 | **COTA BASE DA TORRE:** | 872.00 |
| **INDICATIVO DA ESTAÇÃO:** | ZYD838 | | |
| **NOME FANTASIA:** | | **NUMPROCESSO:** | |
| **CIDADE DA OUTORGA:** | São Carlos | | |
| **ESTUDIO PRINCIPAL** | | | |
| **ENDEREÇO:** | RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | **BAIRRO:** | CENTRO |
| **MUNICÍPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **NUMERO:** | 2140 | **COMPLEMENTO:** | 2° ANDAR |
| **ESTUDIO AUXILIAR** | | | |
| **ENDEREÇO:** | | **BAIRRO:** | |
| **MUNICÍPIO:** | | **UF:** | |
| **NUMERO:** | | **COMPLEMENTO:** | |
| **CATEGORIA DA ESTAÇÃO:** | Principal | | |
| **TIPO:** | Diretivo | | |
| **TRANSMISSOR PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | GatesAir Inc. | **MODELO:** | FAX 10K |
| **CÓDIGO:** | 017791201684 | **POTÊNCIA:** | 10.5 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **MODELO:** | FM 2500 |
| **CÓDIGO:** | 002850402252 | **POTÊNCIA:** | 2.500 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR 2** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **CÓDIGO:** | | **POTÊNCIA:** | kW |
| **ANTENA PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | **MODELO:** | 903CP-9C |
| **POLARIZAÇÃO:** | Circular | **GANHO:** | 7.93 |
| **DESCRIÇÃO:** | CONJUNTO DE NOVE PAINÉIS DE P | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | 0 graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | 102.7 m | **BEAM TILT:** | 0 graus |
| **ANTENA AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **POLARIZAÇÃO:** | | **GANHO:** | |
| **DESCRIÇÃO:** | | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | m | **BEAM TILT:** | graus |
| **LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RADIO FREQUENCY SYSTEMS | **MODELO:** | LCF 1 5/8-50JA |
| **LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| RDS | | | |
| **Código PI:** | | | |

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 12/11/2021 19:38:49

| | Emitido Em 18/02/2021 | Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=QZxhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIxNjAyZThhZjJlMjQzMw== |
|---|---|---|

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Canais de Radiodifusão

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos | Download Canais

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Específico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude | Longitude | ERP | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data | ID Estação Principal | ID do Canal | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 59600817000 | | | | (Todos) | | | | | | 284 | | | | | | | | | | | | | | |
| Ver Estações | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 02008031152 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos | | 284 | | 104.7 | A2 | | -22.011694444444 | -47.889555555556 | 5 | 102.7 | | 2 | 2021-03-16 15:36:49 | | 57dbac4ca8229 | Coordenadas prefixadas: 22S0042; 47W5322 |

Spectrum Center Inc.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Mosaico

# Estações

Estações ✔ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Visualizar em PDF | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 02008031152 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | | |
| **Nome Fantasia:** | | | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br | |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | | **Número do Fistel:** 02008031152 | |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | | **Tipo Taxa:** Integral | |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | |
| **Carater:** Primário | | **Local específico:** | |
| **Rede:** | | **Categoria da Estação:** Principal | |
| **Val. RF:** 06/07/2027 | | | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | | | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | | **Complemento:** - 2º Andar |
| **Bairro:** Centro | | **Numero:** 2.140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | | **Complemento:** |
| **Bairro:** | | **Numero:** |
| **Município:** - | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| Informações Gerais | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22° 00' 42.10" S | **Longitude:** 47° 53' 22.40" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 º | **Orientação NV:** 0 º | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 14.02 | **5º:** 13.47 | **10º:** 12.8 | **15º:** 12.22 | **20º:** 11.6 | **25º:** 10.9 | **30º:** 10.14 | **35º:** 9.36 | **40º:** 8.5 | **45º:** 7.46 | **50º:** 6.34 | **55º:** 5.19 |
| **60º:** 4.05 | **65º:** 2.97 | **70º:** 2.01 | **75º:** 1.29 | **80º:** 0.74 | **85º:** 0.34 | **90º:** 0.09 | **95º:** 0.02 | **100º:** 0.1 | **105º:** 0.35 | **110º:** 0.73 | **115º:** 1.19 |
| **120º:** 1.71 | **125º:** 2.26 | **130º:** 2.85 | **135º:** 3.5 | **140º:** 4.15 | **145º:** 4.76 | **150º:** 5.32 | **155º:** 5.77 | **160º:** 6.23 | **165º:** 6.81 | **170º:** 7.41 | **175º:** 7.93 |
| **180º:** 8.45 | **185º:** 9.03 | **190º:** 9.63 | **195º:** 10.24 | **200º:** 10.84 | **205º:** 11.37 | **210º:** 11.9 | **215º:** 12.56 | **220º:** 13.19 | **225º:** 13.63 | **230º:** 13.98 | **235º:** 14.31 |
| **240º:** 14.56 | **245º:** 14.72 | **250º:** 14.75 | **255º:** 14.61 | **260º:** 14.33 | **265º:** 13.89 | **270º:** 13.39 | **275º:** 12.94 | **280º:** 12.54 | **285º:** 12.24 | **290º:** 12.01 | **295º:** 11.8 |
| **300º:** 11.7 | **305º:** 11.83 | **310º:** 12.04 | **315º:** 12.22 | **320º:** 12.43 | **325º:** 12.68 | **330º:** 12.96 | **335º:** 13.29 | **340º:** 13.64 | **345º:** 14.05 | **350º:** 14.33 | **355º:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** Lat - Lon - | **5º:** Lat - Lon - | **10º:** Lat - Lon - | **15º:** Lat - Lon - | **20º:** Lat - Lon - | **25º:** Lat - Lon - | **30º:** Lat - Lon - | **35º:** Lat - Lon - | **40º:** Lat - Lon - | **45º:** Lat - Lon - | **50º:** Lat - Lon - | **55º:** Lat - Lon - |
| **60º:** Lat - Lon - | **65º:** Lat - Lon - | **70º:** Lat - Lon - | **75º:** Lat - Lon - | **80º:** Lat - Lon - | **85º:** Lat - Lon - | **90º:** Lat - Lon - | **95º:** Lat - Lon - | **100º:** Lat - Lon - | **105º:** Lat - Lon - | **110º:** Lat - Lon - | **115º:** Lat - Lon - |
| **120º:** Lat - Lon - | **125º:** Lat - Lon - | **130º:** Lat - Lon - | **135º:** Lat - Lon - | **140º:** Lat - Lon - | **145º:** Lat - Lon - | **150º:** Lat - Lon - | **155º:** Lat - Lon - | **160º:** Lat - Lon - | **165º:** Lat - Lon - | **170º:** Lat - Lon - | **175º:** Lat - Lon - |
| **180º:** Lat - Lon - | **185º:** Lat - Lon - | **190º:** Lat - Lon - | **195º:** Lat - Lon - | **200º:** Lat - Lon - | **205º:** Lat - Lon - | **210º:** Lat - Lon - | **215º:** Lat - Lon - | **220º:** Lat - Lon - | **225º:** Lat - Lon - | **230º:** Lat - Lon - | **235º:** Lat - Lon - |
| **240º:** Lat - Lon - | **245º:** Lat - Lon - | **250º:** Lat - Lon - | **255º:** Lat - Lon - | **260º:** Lat - Lon - | **265º:** Lat - Lon - | **270º:** Lat - Lon - | **275º:** Lat - Lon - | **280º:** Lat - Lon - | **285º:** Lat - Lon - | **290º:** Lat - Lon - | **295º:** Lat - Lon - |
| **300º:** Lat - Lon - | **305º:** Lat - Lon - | **310º:** Lat - Lon - | **315º:** Lat - Lon - | **320º:** Lat - Lon - | **325º:** Lat - Lon - | **330º:** Lat - Lon - | **335º:** Lat - Lon - | **340º:** Lat - Lon - | **345º:** Lat - Lon - | **350º:** Lat - Lon - | **355º:** Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** | **5º:** | **10º:** | **15º:** | **20º:** | **25º:** | **30º:** | **35º:** | **40º:** | **45º:** | **50º:** | **55º:** |
| **60º:** | **65º:** | **70º:** | **75º:** | **80º:** | **85º:** | **90º:** | **95º:** | **100º:** | **105º:** | **110º:** | **115º:** |
| **120º:** | **125º:** | **130º:** | **135º:** | **140º:** | **145º:** | **150º:** | **155º:** | **160º:** | **165º:** | **170º:** | **175º:** |
| **180º:** | **185º:** | **190º:** | **195º:** | **200º:** | **205º:** | **210º:** | **215º:** | **220º:** | **225º:** | **230º:** | **235º:** |
| **240º:** | **245º:** | **250º:** | **255º:** | **260º:** | **265º:** | **270º:** | **275º:** | **280º:** | **285º:** | **290º:** | **295º:** |
| **300º:** | **305º:** | **310º:** | **315º:** | **320º:** | **325º:** | **330º:** | **335º:** | **340º:** | **345º:** | **350º:** | **355º:** |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** º | **Orientação NV:** º | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

| NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | CNPJ |
|---|---|---|---|---|
| **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA** | | | | **59600817000143** |
| Nº DA ESTAÇÃO | SERVIÇO | NAT. SERV. | LATITUDE | LONGITUDE |
| **7806027** | **230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada** | | **22° 00' 42.10" S** | **47° 53' 22.40" W** |

| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO | DISTRITO | |
|---|---|---|
| **RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO, nº 2140.** | | |
| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF |
| **CENTRO** | **São Carlos** | **SP** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:** | 06/07/2027 | | |
| **LOCALIDADE PLANO BASICO:** | | | |
| **MUNICIPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **LOCALIDADE:** | | | |
| **FREQUENCIA:** | 104.7 MHz | **CANAL:** | 284 |
| **CLASSE:** | A2 | **COTA BASE DA TORRE:** | 872.00 |
| **INDICATIVO DA ESTAÇÃO:** | ZYD838 | | |
| **NOME FANTASIA:** | | **NUMPROCESSO:** | |
| **CIDADE DA OUTORGA:** | São Carlos | | |
| **ESTUDIO PRINCIPAL** | | | |
| **ENDEREÇO:** | RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | **BAIRRO:** | CENTRO |
| **MUNICÍPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **NUMERO:** | 2140 | **COMPLEMENTO:** | 2º ANDAR |
| **ESTUDIO AUXILIAR** | | | |
| **ENDEREÇO:** | | **BAIRRO:** | |
| **MUNICÍPIO:** | - | **UF:** | |
| **NUMERO:** | | **COMPLEMENTO:** | |
| **CATEGORIA DA ESTAÇÃO:** | Principal | | |
| **TIPO:** | Diretivo | | |
| **TRANSMISSOR PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | GatesAir Inc. | **MODELO:** | FAX 10K |
| **CÓDIGO:** | 017791201684 | **POTÊNCIA:** | 10.5 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **MODELO:** | FM 2500 |
| **CÓDIGO:** | 002850402252 | **POTÊNCIA:** | 2.500 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR 2** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **CÓDIGO:** | | **POTÊNCIA:** | kW |
| **ANTENA PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | **MODELO:** | 903CP-9C |
| **POLARIZAÇÃO:** | Circular | **GANHO:** | 7.93 dBd |
| **DESCRIÇÃO:** | CONJUNTO DE NOVE PAINÉIS DE P | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | 0 graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | 102.7 m | **BEAM TILT:** | 0 graus |
| **ANTENA AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **POLARIZAÇÃO:** | | **GANHO:** | dBd |
| **DESCRIÇÃO:** | | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | m | **BEAM TILT:** | graus |
| **LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RADIO FREQUENCY SYSTEMS | **MODELO:** | LCF 1 5/8-50JA |
| **LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| RDS | | | |
| **Código PI:** | | | |

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 30/10/2023 11:45:10

| | Emitido Em 18/02/2021 | Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYIxTQ1JcQ2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIyNjMyNGJkZjcwYzE5ZA== |
|---|---|---|

Autenticado eletronicamente, após conferência com original em https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

**CNPJ:** **59.600.817/0001-43**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:54:33 do dia 30/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL

**Superintendência de Administração Geral**
**Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças**
**Gerência de Arrecadação**

**Impresso por:** Tiago Ribeiro Barros **Data/Hora:** 30/10/2023 10:56:01

# Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA **Nº FISTEL:** 02008031152

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada **CNPJ/CPF:** 59600817000143

**Situação:** Ativa **Data Validade:** 06/07/2017 **CADIN:** Não

**Incide FUST:** **Data Início Operação Comercial:** **Div. Ativa:** Não **Tipo Usuário:** Integral **UF:** SP **Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** Avenida Doutor Carlos Botelho 2.140 - - 2º Andar **Bairro:** Centro

**Município:** São Carlos **CEP:** 13560-250 **UF:** SP

**End. Corresp.:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO 2140 2º ANDAR **Bairro:** CENTRO

**Município:** São Carlos **CEP:** 13560-250 **UF:** SP

**Créditos Inscritos no CADIN**

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

| Receita | Est. / Ref./ Parc. | Ano | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação | Valor Débito/Crédito (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1329 - TFF | 1 | 1990 | 31/03/1990 | 9.659,28 | 01/02/1990 | 9.659,28 | 9.659,28 | 0001 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1991 | 31/03/1991 | 13.597,02 | 08/03/1991 | 11.311,08 | 0,00 | 0002 | | |
| | | | | | 30/01/1992 | 63.986,92 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1992 | 31/03/1992 | 64.016,82 | 30/01/1992 | 52.945,01 | 226.297,66 | 0003 | | |
| | | | | | 29/01/1993 | 794.773,60 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1993 | 31/03/1993 | 794.773,61 | 29/01/1993 | 568.475,94 | 568.475,94 | 0004 | | |
| | | | | | 31/01/1994 | 10.202,31 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1994 | 31/03/1994 | 20.132,69 | 30/03/1994 | 55.056,40 | 55.056,40 | 0005 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1995 | 31/03/1995 | 107,22 | 23/03/1995 | 72,56 | 72,56 | 0006 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1996 | 31/03/1996 | 53,61 | 01/04/1996 | 148,10 | 44,42 | 0007 | Quitado | 0,00 |
| 9999 | 0 | 1996 | 01/04/1996 | 0,00 | 01/04/1996 | 103,68 | 0,00 | 0008 | Cancelado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1997 | 31/03/1997 | 107,22 | 26/03/1997 | 97,65 | 97,65 | 0009 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1997 | 22/01/1998 | 576,58 | 22/01/1998 | 525,14 | 525,14 | 0010 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 2 | 1998 | 31/03/1998 | R$ 1.300,00 | 21/08/1998 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0011 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1999 | 31/03/1999 | R$ 1.300,00 | 31/03/1999 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0012 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1999 | 07/11/1999 | R$ 619,63 | 25/10/1999 | 619,93 | 619,93 | 0013 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2000 | 31/03/2000 | R$ 1.300,00 | 31/03/2000 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0014 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2001 | 31/03/2001 | R$ 1.300,00 | 02/04/2001 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0015 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2002 | 31/03/2002 | R$ 1.300,00 | 01/04/2002 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0016 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2003 | 31/03/2003 | R$ 1.300,00 | 31/03/2003 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0017 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2004 | 31/03/2004 | R$ 1.300,00 | 30/03/2004 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0018 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2005 | 31/03/2005 | R$ 1.300,00 | 31/03/2005 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0019 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2006 | 31/03/2006 | R$ 1.300,00 | 30/03/2006 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0020 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2007 | 31/03/2007 | R$ 1.300,00 | 02/04/2007 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0021 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2008 | 31/03/2008 | R$ 1.300,00 | 31/03/2008 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0023 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2009 | 31/03/2009 | R$ 1.170,00 | 31/03/2009 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0024 | Quitado | 0,00 |
| [illegible]FRP | 1 | 2009 | 31/05/2009 | R$ 130,00 | 01/06/2009 | 130,00 | 130,00 | 0026 | Quitado | 0,00 |
| [illegible]FF | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 1.170,00 | 29/03/2010 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0027 | Quitado | 0,00 |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4200 - CFRP | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 130,00 | 29/03/2010 | 130,00 | 130,00 | 0028 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 1.170,00 | 31/03/2011 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0029 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 130,00 | 31/03/2011 | 130,00 | 130,00 | 0030 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 858,00 | 30/03/2012 | 858,00 | 858,00 | 0031 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 130,00 | 30/03/2012 | 130,00 | 130,00 | 0032 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 858,00 | 27/03/2013 | 858,00 | 858,00 | 0033 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 130,00 | 27/03/2013 | 130,00 | 130,00 | 0034 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 858,00 | 25/03/2014 | 858,00 | 858,00 | 0035 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 130,00 | 25/03/2014 | 130,00 | 130,00 | 0036 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 858,00 | 30/03/2015 | 858,00 | 858,00 | 0037 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 130,00 | 30/03/2015 | 130,00 | 130,00 | 0038 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 858,00 | 28/03/2016 | 858,00 | 858,00 | 0039 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 130,00 | 28/03/2016 | 130,00 | 130,00 | 0040 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2016 | 01/04/2016 | R$ 2.600,00 | 18/03/2016 | 2.600,00 | 2.600,00 | 0041 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 858,00 | 28/03/2017 | 858,00 | 858,00 | 0042 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 130,00 | 28/03/2017 | 130,00 | 130,00 | 0043 | Quitado | 0,00 |
| 7241 - PPDUR | 0 | 2017 | 30/05/2017 | R$ 200,00 | 27/04/2017 | 200,00 | 200,00 | 0044 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 1.518,00 | 26/03/2018 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0045 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 230,00 | 26/03/2018 | 230,00 | 230,00 | 0046 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 1.518,00 | 28/03/2019 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0047 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 230,00 | 28/03/2019 | 230,00 | 230,00 | 0048 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 1.518,00 | 25/03/2020 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0051 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 230,00 | 25/03/2020 | 230,00 | 230,00 | 0052 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2021 | 15/02/2021 | R$ 4.600,00 | 12/02/2021 | 4.600,00 | 4.600,00 | 0053 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 1.518,00 | 24/03/2021 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0054 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 230,00 | 24/03/2021 | 230,00 | 230,00 | 0055 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 1.518,00 | 30/03/2022 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0056 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 230,00 | 29/03/2022 | 230,00 | 230,00 | 0057 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 1.518,00 | 22/03/2023 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0058 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 230,00 | 22/03/2023 | 230,00 | 230,00 | 0059 | Quitado | 0,00 |

**Total devido em 30/10/2023 (em reais):** 0,00

**Total de créditos em 30/10/2023 (em reais):** 0,00

**Legenda do Campo Situação**

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Detalhes da Receita:**

**Sigla:** FLO

**Valor base:**

**Receita notificável:** Sim

**Vinculada a existência de habilitação:** Não

cia de Administração Geral
de Planejamento Orçamento e Finanças
recadação

**Impresso por:** Tiago Ribeiro Barros **Data/Hora:** 25/08/2023 10:42:26

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita |
|---|---|---|
| 1329 | 9999 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento |
| 1330 | 9998 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas |
| 1331 | 9931 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite |
| 1332 | 9332 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite |
| 1550 | 9550 | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações |
| 1551 | 9551 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP |
| 1552 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro |
| 1555 | 9555 | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados |
| 1560 | 9560 | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação |
| 1660 | 9660 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão |
| 1661 | 9661 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária |
| 1666 | 9666 | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC |
| 1770 | 9905 | Multa Contratual - Termo Autorização |
| 1777 | 9177 | Multa Contratual - Não Outorgados |
| 1780 | 9780 | Multa por Infração ao CDC |
| 1810 | 9810 | Descumprimento do PGMQ |
| 1820 | 9820 | Descumprimento da Regulação de Interconexão |
| 1830 | 9830 | Descumprimento da Regulação de Numeração |
| 1840 | 9840 | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade |
| 1850 | 9850 | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite |
| 1851 | 9851 | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite |
| 1852 | 9852 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite |
| 1853 | 9853 | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura |
| 1854 | 9854 | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar |
| 1855 | 9855 | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU |
| 1856 | 9856 | Multa Decorrente das Obrigações do FUST |
| 1857 | 9857 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC |
| 1858 | 9858 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais |
| 1859 | 9859 | Multa por Prejuízo à Competição |
| 1880 | 9880 | Monitoramento do STFC |
| 1881 | 9881 | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas |
| 1885 | 9885 | Multa por Tarifação Incorreta |
| 1886 | 9886 | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887 | 9887 | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC |
| 1889 | 9889 | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada |
| 1890 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite |
| 1891 | 9905 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência |
| 1950 | 9950 | RENDAS EVENTUAIS |
| 2018 | 9018 | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações |
| 2129 | 9129 | DIVIDA ATIVA |
| 2145 | 9145 | MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA |
| 2671 | 9333 | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro |
| 2672 | 9672 | Preço da Execução de Serviços Técnicos |
| 2680 | 9680 | Homologação de Certificação de Conformidade |
| 2682 | 9682 | Homologação de Declaração de Conformidade |
| 2684 | 9684 | Renovação de Homologação |
| 3000 | 9001 | Lançamento Complementar de Multa Moratória |
| 3001 | 9002 | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas |
| 3500 | 9500 | M U L T A / J U R O S |
| 4100 | 9111 | FUST - Declaração Espontânea |
| 4101 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4102 | 9102 | FUST - Interconexão e EILD |
| 4103 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4105 | 9105 | FUST - Multa de Ofício |
| 4200 | 9200 | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública |
| 4201 | 9201 | CFRP - Estações não Licenciadas |
| 5320 | 9320 | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais |
| 5330 | 9330 | Devolução de Salários - Exercício Corrente |
| 5331 | 9331 | Devolução de Verbas Remuneratórias |
| 5340 | 9340 | Ressarcimento Ligações Telefônicas |
| 5341 | 9341 | Serviços Administrativos |
| 5342 | 9342 | Devolução de Diárias - Exercício |
| 5343 | 9343 | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços |
| 5344 | 9344 | Diferença de Tarifa Aérea |
| | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis |
| | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | |
|---|---|---|
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante) |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A) |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Servios de Radiodifuso |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 ) |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital) |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofreqüências |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz) |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz) |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 ) |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004) |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite |
| 8801 | 9801 | Caução |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores) |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| IRACEMA ARANHA PIZANI | 606.316.518-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 35876 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mobileg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **NOME** | **CNPJ/CPF** | **ENTIDADE MC** | **CNPJ** | **CARGO** | **Qtd. Cotas** | **PART. ON** | **PART. PN** | **SERVIÇOS** | **TIPO** | **UF** | **MUNICIPIO** |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |

**Usuário:** **03951122307 - Tiago Ribeiro Barros** **Data:** **30/10/2023** **Hora:** **10:57:20**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.160.198-53 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 218 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sas.anatel.gov.br/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Usuário:** 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros **Data:** 30/10/2023 **Hora:** 10:59:00

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 318.087.088-57 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** **03951122307 - Tiago Ribeiro Barros** **Data:** **30/10/2023** **Hora:** **11:00:24**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL

BOM DIA
Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 606.316.518-53 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IRACEMA ARANHA PIZANI | 606.316.518-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | FM MELODY DE RIBEIRAO PRETO LTDA | 46.942.827/0001-15 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 35876 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | FM MELODY DE RIBEIRAO PRETO LTDA | 46.942.827/0001-15 | Sócio | 120150 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** **03951122307 - Tiago Ribeiro Barros** **Data:** **30/10/2023** **Hora:** **11:00:36**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sis.anatel.gov.br/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 360.351.328-20 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** **03951122307 - Tiago Ribeiro Barros** **Data:** **30/10/2023** **Hora:** **11:00:52**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.534.458-87 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 886 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://anatel.gov.br/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Usuário:** 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros **Data:** 30/10/2023 **Hora:** 11:01:07

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 273.286.258-48 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** **03951122307 - Tiago Ribeiro Barros** **Data:** **30/10/2023** **Hora:** **11:01:20**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL

BOM DIA
Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 254.134.838-05 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros **Data:** 30/10/2023 **Hora:** 11:01:38

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

BOM DIA
Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

.

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** **03951122307 - Tiago Ribeiro Barros** **Data:** **30/10/2023** **Hora:** **11:02:03**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **59.600.817/0001-43**<br>**MATRIZ** | | **25/08/1966** |

NOME EMPRESARIAL
**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| ******** | **DEMAIS** |

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
**60.10-1-00 - Atividades de rádio**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
**Não informada**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
**206-2 - Sociedade Empresária Limitada**

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **AV DR. CARLOS BOTELHO** | **2140** | **ANDAR 2** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **13.560-250** | **CENTRO** | **SAO CARLOS** | **SP** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **demetrio@clube.com.br** | **(16) 3371-3944/ (16) 2106-4356** |

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **27/07/2002** |

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/10/2023** às **11:03:25** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 59.600.817/0001-43
**NOME EMPRESARIAL:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA
**CAPITAL SOCIAL:** R$350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** TIAGO ARANHA PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** FILIPE ARANHA PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** IRACEMA ARANHA PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** RAFAEL ARANHA PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** JULIANO BORGES PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **30/10/2023** às **11:03** (data e hora de Brasília).

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 59.600.817/0001-43
**Razão Social:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA
**Endereço:** AV SAO CARLOS 1799 / CENTRO / SAO CARLOS / SP / 13560-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**26/10/2023 a 24/11/2023

**Certificação Número:** 2023102604160737620499

Informação obtida em 30/10/2023 11:04:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
https://inmoeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 59.600.817/0001-43
Certidão nº: 60241724/2023
Expedição: 30/10/2023, às 11:05:39
Validade: 27/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.600.817/0001-43**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**
**CNPJ: 59.600.817/0001-43**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:01:42 do dia 12/06/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/12/2023.
Código de controle da certidão: **BCD1.091E.BDB7.7519**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

## Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**

CPF/CNPJ: **59.600.817/0001-43**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

***Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.***

***Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).***

***O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.***

Certidão emitida às 11:07:16 do dia 30/10/2023 , com validade até o dia 29/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: At5zVfVQabqIL1La3fJV

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

## Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 59.600.817/0001-43

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

| | |
|---|---|
| Certidão nº | 23100976248-49 |
| Data e hora da emissão | 30/10/2023 11:08:13 |
| Validade | 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição. |

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

***CERTIDÃO Nº: 6117682*** **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 29/10/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**, CNPJ: 59.600.817/0001-43, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 30 de outubro de 2023.

**PEDIDO N°:** 0070524577

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ASSINATURA DIGITAL TJSP SAJ

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Correspondência Eletrônica - 11190729**

**Data de Envio**:
30/10/2023 12:23:59

**De**:
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para**:
cgfm@mcom.gov.br

**Assunto**:
Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem**:
Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de São Carlos/ SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 01250.025886/2017-71

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 30/10/2023 12:31

Para:COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de São Carlos/ SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.
At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>
**Enviado:** segunda-feira, 30 de outubro de 2023 12:23
**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>
**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de São Carlos/ SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://outlook.office365.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJlMDQwLWRkODItNGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCR… https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **59.600.817/0001-43**<br>**MATRIZ** | | **25/08/1966** |

NOME EMPRESARIAL
**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| ******** | **DEMAIS** |

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
**60.10-1-00 - Atividades de rádio**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
**Não informada**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
**206-2 - Sociedade Empresária Limitada**

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **AV DR. CARLOS BOTELHO** | **2140** | **ANDAR 2** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **13.560-250** | **CENTRO** | **SAO CARLOS** | **SP** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **demetrio@clube.com.br** | **(16) 3371-3944/ (16) 2106-4356** |

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **27/07/2002** |

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **04/07/2024** às **09:06:19** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

| | |
|---|---|
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |
| **NOME EMPRESARIAL:** | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA |
| **CAPITAL SOCIAL:** | R$350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | TIAGO ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | FILIPE ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | JULIANO BORGES PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | RAFAEL ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **04/07/2024** às **09:06** (data e hora de Brasília).

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 59.600.817/0001-43
**Razão Social:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA
**Endereço:** AV SAO CARLOS 1799 / CENTRO / SAO CARLOS / SP / 13560-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**29/06/2024 a 28/07/2024

**Certificação Número:** 2024062900390434222407

Informação obtida em 04/07/2024 09:16:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 59.600.817/0001-43
Certidão nº: 46791351/2024
Expedição: 04/07/2024, às 09:02:15
Validade: 31/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.600.817/0001-43**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**
**CNPJ: 59.600.817/0001-43**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:17:36 do dia 01/07/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 28/12/2024.
Código de controle da certidão: **FD93.1819.91CB.D442**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

## Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**

CPF/CNPJ: **59.600.817/0001-43**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

***Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.***

***Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).***

***O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.***

Certidão emitida às 09:18:12 do dia 04/07/2024 , com validade até o dia 03/08/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: F6zIUVZzEx1sQLNXmeS6

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Estações

Estações ✔ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Clas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Visualizar em PDF | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 02008031152 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos | | 284 | | 104.7 | A2 |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

| NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | CNPJ |
|---|---|---|---|---|
| **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA** | | | | **59600817000143** |
| Nº DA ESTAÇÃO | SERVIÇO | NAT. SERV. | LATITUDE | LONGITUDE |
| **7806027** | **230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada** | | **22° 00' 42.10" S** | **47° 53' 22.40" W** |

| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO | DISTRITO | |
|---|---|---|
| **RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO, nº 2140.** | | |
| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF |
| **CENTRO** | **São Carlos** | **SP** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:** | 06/07/2027 | | |
| **LOCALIDADE PLANO BASICO:** | | | |
| **MUNICIPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **LOCALIDADE:** | | | |
| **FREQUENCIA:** | 104.7 MHz | **CANAL:** | 284 |
| **CLASSE:** | A2 | **COTA BASE DA TORRE:** | 872.00 |
| **INDICATIVO DA ESTAÇÃO:** | ZYD838 | | |
| **NOME FANTASIA:** | | **NUMPROCESSO:** | |
| **CIDADE DA OUTORGA:** | São Carlos | | |
| **ESTUDIO PRINCIPAL** | | | |
| **ENDEREÇO:** | RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | **BAIRRO:** | CENTRO |
| **MUNICÍPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **NUMERO:** | 2140 | **COMPLEMENTO:** | 2º ANDAR |
| **ESTUDIO AUXILIAR** | | | |
| **ENDEREÇO:** | | **BAIRRO:** | |
| **MUNICÍPIO:** | - | **UF:** | |
| **NUMERO:** | | **COMPLEMENTO:** | |
| **CATEGORIA DA ESTAÇÃO:** | Principal | | |
| **TIPO:** | Diretivo | | |
| **TRANSMISSOR PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | GatesAir Inc. | **MODELO:** | FAX 10K |
| **CÓDIGO:** | 017791201684 | **POTÊNCIA:** | 10.5 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **MODELO:** | FM 2500 |
| **CÓDIGO:** | 002850402252 | **POTÊNCIA:** | 2.500 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR 2** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **CÓDIGO:** | | **POTÊNCIA:** | kW |
| **ANTENA PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | **MODELO:** | 903CP-9C |
| **POLARIZAÇÃO:** | Circular | **GANHO:** | 7.93 dBd |
| **DESCRIÇÃO:** | CONJUNTO DE NOVE PAINÉIS DE P | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | 0 graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | 102.7 m | **BEAM TILT:** | 0 graus |
| **ANTENA AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **POLARIZAÇÃO:** | | **GANHO:** | dBd |
| **DESCRIÇÃO:** | | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | m | **BEAM TILT:** | graus |
| **LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RADIO FREQUENCY SYSTEMS | **MODELO:** | LCF 1 5/8-50JA |
| **LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| RDS | | | |
| **Código PI:** | | | |

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 04/07/2024 08:50:33

Emitido Em 18/02/2021

Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYIxTQ1JcQ2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIyNjMyNGJkZjcwYzE5ZA==

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | | |
| **Nome Fantasia:** | | | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br | |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | | **Número do Fistel:** 02008031152 | |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | | **Tipo Taxa:** Integral | |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | |
| **Carater:** Primário | | **Local específico:** | |
| **Rede:** | | **Categoria da Estação:** Principal | |
| **Val. RF:** 06/07/2027 | | | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | | | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | | **Complemento:** - 2º Andar |
| **Bairro:** Centro | | **Numero:** 2.140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | | **Complemento:** |
| **Bairro:** | | **Numero:** |
| **Município:** - | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| Informações Gerais | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22° 00' 42.10" S | **Longitude:** 47° 53' 22.40" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 º | **Orientação NV:** 0 º | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 14.02 | **5º:** 13.47 | **10º:** 12.8 | **15º:** 12.22 | **20º:** 11.6 | **25º:** 10.9 | **30º:** 10.14 | **35º:** 9.36 | **40º:** 8.5 | **45º:** 7.46 | **50º:** 6.34 | **55º:** 5.19 |
| **60º:** 4.05 | **65º:** 2.97 | **70º:** 2.01 | **75º:** 1.29 | **80º:** 0.74 | **85º:** 0.34 | **90º:** 0.09 | **95º:** 0.02 | **100º:** 0.1 | **105º:** 0.35 | **110º:** 0.73 | **115º:** 1.19 |
| **120º:** 1.71 | **125º:** 2.26 | **130º:** 2.85 | **135º:** 3.5 | **140º:** 4.15 | **145º:** 4.76 | **150º:** 5.32 | **155º:** 5.77 | **160º:** 6.23 | **165º:** 6.81 | **170º:** 7.41 | **175º:** 7.93 |
| **180º:** 8.45 | **185º:** 9.03 | **190º:** 9.63 | **195º:** 10.24 | **200º:** 10.84 | **205º:** 11.37 | **210º:** 11.9 | **215º:** 12.56 | **220º:** 13.19 | **225º:** 13.63 | **230º:** 13.98 | **235º:** 14.31 |
| **240º:** 14.56 | **245º:** 14.72 | **250º:** 14.75 | **255º:** 14.61 | **260º:** 14.33 | **265º:** 13.89 | **270º:** 13.39 | **275º:** 12.94 | **280º:** 12.54 | **285º:** 12.24 | **290º:** 12.01 | **295º:** 11.8 |
| **300º:** 11.7 | **305º:** 11.83 | **310º:** 12.04 | **315º:** 12.22 | **320º:** 12.43 | **325º:** 12.68 | **330º:** 12.96 | **335º:** 13.29 | **340º:** 13.64 | **345º:** 14.05 | **350º:** 14.33 | **355º:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** Lat 0 Lon 0 | **5º:** Lat 0 Lon 0 | **10º:** Lat 0 Lon 0 | **15º:** Lat 0 Lon 0 | **20º:** Lat 0 Lon 0 | **25º:** Lat 0 Lon 0 | **30º:** Lat 0 Lon 0 | **35º:** Lat 0 Lon 0 | **40º:** Lat 0 Lon 0 | **45º:** Lat 0 Lon 0 | **50º:** Lat 0 Lon 0 | **55º:** Lat 0 Lon 0 |
| **60º:** Lat 0 Lon 0 | **65º:** Lat 0 Lon 0 | **70º:** Lat 0 Lon 0 | **75º:** Lat 0 Lon 0 | **80º:** Lat 0 Lon 0 | **85º:** Lat 0 Lon 0 | **90º:** Lat 0 Lon 0 | **95º:** Lat 0 Lon 0 | **100º:** Lat 0 Lon 0 | **105º:** Lat 0 Lon 0 | **110º:** Lat 0 Lon 0 | **115º:** Lat 0 Lon 0 |
| **120º:** Lat 0 Lon 0 | **125º:** Lat 0 Lon 0 | **130º:** Lat 0 Lon 0 | **135º:** Lat 0 Lon 0 | **140º:** Lat 0 Lon 0 | **145º:** Lat 0 Lon 0 | **150º:** Lat 0 Lon 0 | **155º:** Lat 0 Lon 0 | **160º:** Lat 0 Lon 0 | **165º:** Lat 0 Lon 0 | **170º:** Lat 0 Lon 0 | **175º:** Lat 0 Lon 0 |
| **180º:** Lat 0 Lon 0 | **185º:** Lat 0 Lon 0 | **190º:** Lat 0 Lon 0 | **195º:** Lat 0 Lon 0 | **200º:** Lat 0 Lon 0 | **205º:** Lat 0 Lon 0 | **210º:** Lat 0 Lon 0 | **215º:** Lat 0 Lon 0 | **220º:** Lat 0 Lon 0 | **225º:** Lat 0 Lon 0 | **230º:** Lat 0 Lon 0 | **235º:** Lat 0 Lon 0 |
| **240º:** Lat 0 Lon 0 | **245º:** Lat 0 Lon 0 | **250º:** Lat 0 Lon 0 | **255º:** Lat 0 Lon 0 | **260º:** Lat 0 Lon 0 | **265º:** Lat 0 Lon 0 | **270º:** Lat 0 Lon 0 | **275º:** Lat 0 Lon 0 | **280º:** Lat 0 Lon 0 | **285º:** Lat 0 Lon 0 | **290º:** Lat 0 Lon 0 | **295º:** Lat 0 Lon 0 |
| **300º:** Lat 0 Lon 0 | **305º:** Lat 0 Lon 0 | **310º:** Lat 0 Lon 0 | **315º:** Lat 0 Lon 0 | **320º:** Lat 0 Lon 0 | **325º:** Lat 0 Lon 0 | **330º:** Lat 0 Lon 0 | **335º:** Lat 0 Lon 0 | **340º:** Lat 0 Lon 0 | **345º:** Lat 0 Lon 0 | **350º:** Lat 0 Lon 0 | **355º:** Lat 0 Lon 0 |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 0 | **5º:** 0 | **10º:** 0 | **15º:** 0 | **20º:** 0 | **25º:** 0 | **30º:** 0 | **35º:** 0 | **40º:** 0 | **45º:** 0 | **50º:** 0 | **55º:** 0 |
| **60º:** 0 | **65º:** 0 | **70º:** 0 | **75º:** 0 | **80º:** 0 | **85º:** 0 | **90º:** 0 | **95º:** 0 | **100º:** 0 | **105º:** 0 | **110º:** 0 | **115º:** 0 |
| **120º:** 0 | **125º:** 0 | **130º:** 0 | **135º:** 0 | **140º:** 0 | **145º:** 0 | **150º:** 0 | **155º:** 0 | **160º:** 0 | **165º:** 0 | **170º:** 0 | **175º:** 0 |
| **180º:** 0 | **185º:** 0 | **190º:** 0 | **195º:** 0 | **200º:** 0 | **205º:** 0 | **210º:** 0 | **215º:** 0 | **220º:** 0 | **225º:** 0 | **230º:** 0 | **235º:** 0 |
| **240º:** 0 | **245º:** 0 | **250º:** 0 | **255º:** 0 | **260º:** 0 | **265º:** 0 | **270º:** 0 | **275º:** 0 | **280º:** 0 | **285º:** 0 | **290º:** 0 | **295º:** 0 |
| **300º:** 0 | **305º:** 0 | **310º:** 0 | **315º:** 0 | **320º:** 0 | **325º:** 0 | **330º:** 0 | **335º:** 0 | **340º:** 0 | **345º:** 0 | **350º:** 0 | **355º:** 0 |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** º | **Orientação NV:** º | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

**CNPJ:** **59.600.817/0001-43**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:59:34 do dia 04/07/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/08/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| IRACEMA ARANHA PIZANI | 606.316.518-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 35876 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:55:22

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 254.134.838-05 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:58:17

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 273.286.258-48 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:57:56

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.534.458-87 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 886 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:57:32

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 360.351.328-20 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:57:04

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 606.316.518-53 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IRACEMA ARANHA PIZANI | 606.316.518-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | FM MELODY DE RIBEIRAO PRETO LTDA | 46.942.827/0001-15 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 35876 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | FM MELODY DE RIBEIRAO PRETO LTDA | 46.942.827/0001-15 | Sócio | 120150 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:56:40

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 318.087.088-57 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:56:17

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.160.198-53 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 218 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:55:55

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

.

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:54:44

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Impresso por:** RICARDO DA COSTA **Data/Hora:** 04/07/2024 09:01:19

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA **Nº FISTEL:** 02008031152

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada **CNPJ/CPF:** 59600817000143

**Situação:** Ativa **Data Validade:** 06/07/2017 **CADIN:** Não

**Incide FUST:** **Data Início Operação Comercial:** **Div. Ativa:** Não **Tipo Usuário:**

Integral **UF:** SP **Proc. Caducidade:** Não

| Receita | Est. / Ref./ Parc. | Ano | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação | Valor Débito/Crédito (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1329 - TFF | 1 | 1990 | 31/03/1990 | 9.659,28 | 01/02/1990 | 9.659,28 | 9.659,28 | 0001 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1991 | 31/03/1991 | 13.597,02 | 08/03/1991 | 11.311,08 | 0,00 | 0002 | | |
| | | | | | 30/01/1992 | 63.986,92 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1992 | 31/03/1992 | 64.016,82 | 30/01/1992 | 52.945,01 | 226.297,66 | 0003 | | |
| | | | | | 29/01/1993 | 794.773,60 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1993 | 31/03/1993 | 794.773,61 | 29/01/1993 | 568.475,94 | 568.475,94 | 0004 | | |
| | | | | | 31/01/1994 | 10.202,31 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1994 | 31/03/1994 | 20.132,69 | 30/03/1994 | 55.056,40 | 55.056,40 | 0005 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1995 | 31/03/1995 | 107,22 | 23/03/1995 | 72,56 | 72,56 | 0006 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1996 | 31/03/1996 | 53,61 | 01/04/1996 | 148,10 | 44,42 | 0007 | Quitado | 0,00 |
| 9999 | 0 | 1996 | 01/04/1996 | 0,00 | 01/04/1996 | 103,68 | 0,00 | 0008 | Cancelado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1997 | 31/03/1997 | 107,22 | 26/03/1997 | 97,65 | 97,65 | 0009 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1997 | 22/01/1998 | 576,58 | 22/01/1998 | 525,14 | 525,14 | 0010 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 2 | 1998 | 31/03/1998 | R$ 1.300,00 | 21/08/1998 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0011 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1999 | 31/03/1999 | R$ 1.300,00 | 31/03/1999 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0012 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1999 | 07/11/1999 | R$ 619,63 | 25/10/1999 | 619,93 | 619,93 | 0013 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2000 | 31/03/2000 | R$ 1.300,00 | 31/03/2000 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0014 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2001 | 31/03/2001 | R$ 1.300,00 | 02/04/2001 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0015 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2002 | 31/03/2002 | R$ 1.300,00 | 01/04/2002 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0016 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2003 | 31/03/2003 | R$ 1.300,00 | 31/03/2003 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0017 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2004 | 31/03/2004 | R$ 1.300,00 | 30/03/2004 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0018 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2005 | 31/03/2005 | R$ 1.300,00 | 31/03/2005 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0019 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2006 | 31/03/2006 | R$ 1.300,00 | 30/03/2006 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0020 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2007 | 31/03/2007 | R$ 1.300,00 | 02/04/2007 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0021 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2008 | 31/03/2008 | R$ 1.300,00 | 31/03/2008 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0023 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2009 | 31/03/2009 | R$ 1.170,00 | 31/03/2009 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0024 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2009 | 31/05/2009 | R$ 130,00 | 01/06/2009 | 130,00 | 130,00 | 0026 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 1.170,00 | 29/03/2010 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0027 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 130,00 | 29/03/2010 | 130,00 | 130,00 | 0028 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 1.170,00 | 31/03/2011 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0029 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 130,00 | 31/03/2011 | 130,00 | 130,00 | 0030 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 858,00 | 30/03/2012 | 858,00 | 858,00 | 0031 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 130,00 | 30/03/2012 | 130,00 | 130,00 | 0032 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 858,00 | 27/03/2013 | 858,00 | 858,00 | 0033 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 130,00 | 27/03/2013 | 130,00 | 130,00 | 0034 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 858,00 | 25/03/2014 | 858,00 | 858,00 | 0035 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 130,00 | 25/03/2014 | 130,00 | 130,00 | 0036 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 858,00 | 30/03/2015 | 858,00 | 858,00 | 0037 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 130,00 | 30/03/2015 | 130,00 | 130,00 | 0038 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 858,00 | 28/03/2016 | 858,00 | 858,00 | 0039 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 130,00 | 28/03/2016 | 130,00 | 130,00 | 0040 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2016 | 01/04/2016 | R$ 2.600,00 | 18/03/2016 | 2.600,00 | 2.600,00 | 0041 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 858,00 | 28/03/2017 | 858,00 | 858,00 | 0042 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 130,00 | 28/03/2017 | 130,00 | 130,00 | 0043 | Quitado | 0,00 |
| 7241 - PPDUR | 0 | 2017 | 30/05/2017 | R$ 200,00 | 27/04/2017 | 200,00 | 200,00 | 0044 | Quitado | 0,00 |
| | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 1.518,00 | 26/03/2018 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0045 | Quitado | 0,00 |
| | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 230,00 | 26/03/2018 | 230,00 | 230,00 | 0046 | Quitado | 0,00 |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1329 - TFF | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 1.518,00 | 28/03/2019 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0047 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 230,00 | 28/03/2019 | 230,00 | 230,00 | 0048 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 1.518,00 | 25/03/2020 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0051 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 230,00 | 25/03/2020 | 230,00 | 230,00 | 0052 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2021 | 15/02/2021 | R$ 4.600,00 | 12/02/2021 | 4.600,00 | 4.600,00 | 0053 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 1.518,00 | 24/03/2021 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0054 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 230,00 | 24/03/2021 | 230,00 | 230,00 | 0055 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 1.518,00 | 30/03/2022 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0056 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 230,00 | 29/03/2022 | 230,00 | 230,00 | 0057 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 1.518,00 | 22/03/2023 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0058 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 230,00 | 22/03/2023 | 230,00 | 230,00 | 0059 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2024 | 31/03/2024 | R$ 1.518,00 | | 0,00 | 0,00 | 0060 | Devedor - RTC | 1.874,85 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2024 | 31/03/2024 | R$ 230,00 | | 0,00 | 0,00 | 0061 | Devedor - RTC | 284,07 |
| | | | | | | | | | **Total devido em 04/07/2024 (em reais):** | 2.158,92 |
| | | | | | | | | | **Total de créditos em 04/07/2024 (em reais):** | 0,00 |

**Legenda do Campo Situação**

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL

**Superintendência de Administração Geral**
**Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças**
**Gerência de Arrecadação**

**Impresso por:** Ricardo Henrique Pereira Nolasco **Data/Hora:** 27/04/2023 11:08:08

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita |
|---|---|---|
| 1329 | 9999 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento |
| 1330 | 9998 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas |
| 1331 | 9931 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite |
| 1332 | 9332 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite |
| 1550 | 9550 | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações |
| 1551 | 9551 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP |
| 1552 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro |
| 1555 | 9555 | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados |
| 1560 | 9560 | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação |
| 1660 | 9660 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão |
| 1661 | 9661 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária |
| 1666 | 9666 | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC |
| 1770 | 9905 | Multa Contratual - Termo Autorização |
| 1777 | 9177 | Multa Contratual - Não Outorgados |
| 1780 | 9780 | Multa por Infração ao CDC |
| 1810 | 9810 | Descumprimento do PGMQ |
| 1820 | 9820 | Descumprimento da Regulação de Interconexão |
| 1830 | 9830 | Descumprimento da Regulação de Numeração |
| 1840 | 9840 | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade |
| 1850 | 9850 | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite |
| 1851 | 9851 | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite |
| 1852 | 9852 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite |
| 1853 | 9853 | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura |
| 1854 | 9854 | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar |
| 1855 | 9855 | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU |
| 1856 | 9856 | Multa Decorrente das Obrigações do FUST |
| 1857 | 9857 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC |
| 1858 | 9858 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais |
| 1859 | 9859 | Multa por Prejuízo à Competição |
| 1880 | 9880 | Monitoramento do STFC |
| 1881 | 9881 | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas |
| 1885 | 9885 | Multa por Tarifação Incorreta |
| 1886 | 9886 | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887 | 9887 | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC |
| 1889 | 9889 | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada |
| 1890 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite |
| 1891 | 9905 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência |
| 1950 | 9950 | RENDAS EVENTUAIS |
| 2018 | 9018 | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações |
| 2129 | 9129 | DIVIDA ATIVA |
| 2145 | 9145 | MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA |
| 2671 | 9333 | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro |
| 2672 | 9672 | Preço da Execução de Serviços Técnicos |
| 2680 | 9680 | Homologação de Certificação de Conformidade |
| 2682 | 9682 | Homologação de Declaração de Conformidade |
| 2684 | 9684 | Renovação de Homologação |
| 3000 | 9001 | Lançamento Complementar de Multa Moratória |
| 3001 | 9002 | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas |
| 3500 | 9500 | M U L T A / J U R O S |
| 4100 | 9111 | FUST - Declaração Espontânea |
| 4101 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4102 | 9102 | FUST - Interconexão e EILD |
| 4103 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4105 | 9105 | FUST - Multa de Ofício |
| 4200 | 9200 | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública |
| 4201 | 9201 | CFRP - Estações não Licenciadas |
| 5320 | 9320 | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais |
| 5330 | 9330 | Devolução de Salários - Exercício Corrente |
| 5331 | 9331 | Devolução de Verbas Remuneratórias |
| 5340 | 9340 | Ressarcimento Ligações Telefônicas |
| 5341 | 9341 | Serviços Administrativos |
| 5342 | 9342 | Devolução de Diárias - Exercício |
| 5343 | 9343 | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços |
| 5344 | 9344 | Diferença de Tarifa Aérea |
| | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis |
| | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inroleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | |
|---|---|---|
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante) |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A) |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 ) |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital) |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofreqüências |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz) |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz) |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 ) |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004) |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite |
| 8801 | 9801 | Caução |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores) |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

# NOTA TÉCNICA Nº 11703/2024/SEI-MCOM

**PROCESSO: 01250.025886/2017-71**
**INTERESSADO: RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**
**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Carlos/SP, referente ao seguinte período: 06/07/2017 a 06/07/2027.

## ANÁLISE

2. A análise realizada pela então Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 17818/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 24399/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 8515036 e 8515045). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.040571/2021-99, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.2. prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º,** na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa**, **Engenheiro**, em 04/07/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **11617383** e o código CRC **B33A49E3**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 11617383

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 22941/2024/MCOM

Brasília, 04 de julho de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
**RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ Nº 59.600.817/0001-43)**
Avenida Doutor Carlos Botelho, nº 2140, 2º andar - Centro
13560-250 - São Carlos/SP

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01250.025886/2017-71**.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 11703/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

- **Protocolo Digital do MCom** (https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: https://acesso.gov.br/.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **11617486** e o código CRC **68BF4C01**.

**Anexos:**

- Nota Técnica 11703 (11617383)

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 11617486

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Correspondência Eletrônica - 11618835

**Data de Envio**:
04/07/2024 15:34:17

**De**:
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para**:
demetrio@clube.com.br
cantarella@clube.com.br
pizaniclube@clube.com.br
contato@mouraeribeiro.adv.br
carlosdamin@terra.com.br

**Assunto**:
ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem**:
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 01250.025886/2017-71

INTERESSADA: RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos**:
Oficio_11617486.html
Nota_Tecnica_11617383.html

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Cadastro para acesso ao SEI
# CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

## Consultar e-mails

○ CPF ◉ CNPJ

CNPJ: 59.600.817/0001-43

Razão Social

Pesquisar

10 1 / 1

| Razão Social | CNPJ | Emails |
|---|---|---|
| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA | 59.600.817/0001-43 | demetrio@clube.com.br, cantarella@clube.com.br, pizaniclube@clube.com.br, contato@mouraeribeiro.adv.br, carlosdamin@terra.com.br |

10 1 / 1



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Correspondência Eletrônica - 11618848**

**Data de Envio**:
04/07/2024 15:36:23

**De**:
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para**:
espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto**:
ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem**:
Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 01250.025886/2017-71, foi encaminhada notificação à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA (CNPJ 59.600.817/0001-43), solicitando a complementação da instrução processual.
Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos**:
Nota_Tecnica_11617383.html
Oficio_11617486.html

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **59.600.817/0001-43**<br>**MATRIZ** | | **25/08/1966** |

NOME EMPRESARIAL
**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| ******** | **DEMAIS** |

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
**60.10-1-00 - Atividades de rádio**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
**Não informada**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
**206-2 - Sociedade Empresária Limitada**

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **AV DR. CARLOS BOTELHO** | **2140** | **ANDAR 2** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **13.560-250** | **CENTRO** | **SAO CARLOS** | **SP** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **demetrio@clube.com.br** | **(16) 3371-3944/ (16) 2106-4356** |

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **27/07/2002** |

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/05/2025** às **11:32:34** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

| | |
|---|---|
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |
| **NOME EMPRESARIAL:** | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA |
| **CAPITAL SOCIAL:** | R$350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | TIAGO ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | FILIPE ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | RAFAEL ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | JULIANO BORGES PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **14/05/2025** às **11:33** (data e hora de Brasília).

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 59.600.817/0001-43
Certidão nº: 26600034/2025
Expedição: 14/05/2025, às 11:31:55
Validade: 10/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.600.817/0001-43**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**
**CNPJ: 59.600.817/0001-43**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:37:46 do dia 14/05/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/11/2025.
Código de controle da certidão: **785D.3A40.2E51.FE01**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

## Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**

CPF/CNPJ: **59.600.817/0001-43**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

***Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.***

***Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).***

***O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.***

Certidão emitida às 11:38:39 do dia 14/05/2025 , com validade até o dia 13/06/2025.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: ynXbRaBM6ZPblOD7V0wX

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Estações

Estações | Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Visualizar em PDF | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 02008031152 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos | | 284 | | 104.7 | A2 | | 22 |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Spectrum Center Inc.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO



| NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | CNPJ |
|---|---|---|---|---|
| **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA** | | | | **59600817000143** |
| Nº DA ESTAÇÃO | SERVIÇO | NAT. SERV. | LATITUDE | LONGITUDE |
| **7806027** | **230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada** | | **22° 00' 42.10" S** | **47° 53' 22.40" W** |

| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO | DISTRITO | |
|---|---|---|
| **RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO, nº 2140.** | | |
| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF |
| **CENTRO** | **São Carlos** | **SP** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:** | 06/07/2027 | | |
| **LOCALIDADE PLANO BASICO:** | | | |
| **MUNICIPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **LOCALIDADE:** | | | |
| **FREQUÊNCIA:** | 104.7 MHz | **CANAL:** | 284 |
| **CLASSE:** | A2 | **COTA BASE DA TORRE:** | 872.00 |
| **INDICATIVO DA ESTAÇÃO:** | ZYD838 | | |
| **NOME FANTASIA:** | | **NUMPROCESSO:** | |
| **CIDADE DA OUTORGA:** | São Carlos | | |
| **ESTUDIO PRINCIPAL** | | | |
| **ENDEREÇO:** | RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | **BAIRRO:** | CENTRO |
| **MUNICÍPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **NUMERO:** | 2140 | **COMPLEMENTO:** | 2º ANDAR |
| **ESTUDIO AUXILIAR** | | | |
| **ENDEREÇO:** | | **BAIRRO:** | |
| **MUNICÍPIO:** | - | **UF:** | |
| **NUMERO:** | | **COMPLEMENTO:** | |
| **CATEGORIA DA ESTAÇÃO:** | Principal | | |
| **TIPO:** | Diretivo | | |
| **TRANSMISSOR PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | GatesAir Inc. | **MODELO:** | FAX 10K |
| **CÓDIGO:** | 017791201684 | **POTÊNCIA:** | 10.5 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **MODELO:** | FM 2500 |
| **CÓDIGO:** | 002850402252 | **POTÊNCIA:** | 2.500 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR 2** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **CÓDIGO:** | | **POTÊNCIA:** | kW |
| ANTENA PRINCIPAL | | | |
| **FABRICANTE:** | RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, MODELO: | | 903CP-9C |
| **POLARIZAÇÃO:** | Circular | **GANHO:** | 7.93 dBd |
| **DESCRIÇÃO:** | CONJUNTO DE NOVE PAINÉIS DE P | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | 0 graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | 102.7 m | **BEAM TILT:** | 0 graus |
| ANTENA AUXILIAR | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **POLARIZAÇÃO:** | | **GANHO:** | dBd |
| **DESCRIÇÃO:** | | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | m | **BEAM TILT:** | graus |
| **LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RADIO FREQUENCY SYSTEMS | **MODELO:** | LCF 1 5/8-50JA |
| **LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| RDS | | | |
| **Código PI:** | | | |

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 14/05/2025 11:29:27

| | Emitido em | Esta licença pode ser validada em |
|---|---|---|
| | 18/02/2021 | https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token =U0NcYIxTQ1JcQ2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIyNjMyNGJkZjcwYzE5ZA== |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | | |
| **Nome Fantasia:** | | | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br | |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | | **Número do Fistel:** 02008031152 | |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | | **Tipo Taxa:** Integral | |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | |
| **Carater:** Primário | | **Local específico:** | |
| **Rede:** | | **Categoria da Estação:** Principal | |
| **Val. RF:** 06/07/2027 | | | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | | | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | | **Complemento:** - 2º Andar |
| **Bairro:** Centro | | **Numero:** 2.140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | | **Complemento:** |
| **Bairro:** | | **Numero:** |
| **Município:** - | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| Informações Gerais | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22° 00' 42.10" S | **Longitude:** 47° 53' 22.40" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 º | **Orientação NV:** 0 º | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 14.02 | **5º:** 13.47 | **10º:** 12.8 | **15º:** 12.22 | **20º:** 11.6 | **25º:** 10.9 | **30º:** 10.14 | **35º:** 9.36 | **40º:** 8.5 | **45º:** 7.46 | **50º:** 6.34 | **55º:** 5.19 |
| **60º:** 4.05 | **65º:** 2.97 | **70º:** 2.01 | **75º:** 1.29 | **80º:** 0.74 | **85º:** 0.34 | **90º:** 0.09 | **95º:** 0.02 | **100º:** 0.1 | **105º:** 0.35 | **110º:** 0.73 | **115º:** 1.19 |
| **120º:** 1.71 | **125º:** 2.26 | **130º:** 2.85 | **135º:** 3.5 | **140º:** 4.15 | **145º:** 4.76 | **150º:** 5.32 | **155º:** 5.77 | **160º:** 6.23 | **165º:** 6.81 | **170º:** 7.41 | **175º:** 7.93 |
| **180º:** 8.45 | **185º:** 9.03 | **190º:** 9.63 | **195º:** 10.24 | **200º:** 10.84 | **205º:** 11.37 | **210º:** 11.9 | **215º:** 12.56 | **220º:** 13.19 | **225º:** 13.63 | **230º:** 13.98 | **235º:** 14.31 |
| **240º:** 14.56 | **245º:** 14.72 | **250º:** 14.75 | **255º:** 14.61 | **260º:** 14.33 | **265º:** 13.89 | **270º:** 13.39 | **275º:** 12.94 | **280º:** 12.54 | **285º:** 12.24 | **290º:** 12.01 | **295º:** 11.8 |
| **300º:** 11.7 | **305º:** 11.83 | **310º:** 12.04 | **315º:** 12.22 | **320º:** 12.43 | **325º:** 12.68 | **330º:** 12.96 | **335º:** 13.29 | **340º:** 13.64 | **345º:** 14.05 | **350º:** 14.33 | **355º:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** Lat 0 Lon 0 | **5º:** Lat 0 Lon 0 | **10º:** Lat 0 Lon 0 | **15º:** Lat 0 Lon 0 | **20º:** Lat 0 Lon 0 | **25º:** Lat 0 Lon 0 | **30º:** Lat 0 Lon 0 | **35º:** Lat 0 Lon 0 | **40º:** Lat 0 Lon 0 | **45º:** Lat 0 Lon 0 | **50º:** Lat 0 Lon 0 | **55º:** Lat 0 Lon 0 |
| **60º:** Lat 0 Lon 0 | **65º:** Lat 0 Lon 0 | **70º:** Lat 0 Lon 0 | **75º:** Lat 0 Lon 0 | **80º:** Lat 0 Lon 0 | **85º:** Lat 0 Lon 0 | **90º:** Lat 0 Lon 0 | **95º:** Lat 0 Lon 0 | **100º:** Lat 0 Lon 0 | **105º:** Lat 0 Lon 0 | **110º:** Lat 0 Lon 0 | **115º:** Lat 0 Lon 0 |
| **120º:** Lat 0 Lon 0 | **125º:** Lat 0 Lon 0 | **130º:** Lat 0 Lon 0 | **135º:** Lat 0 Lon 0 | **140º:** Lat 0 Lon 0 | **145º:** Lat 0 Lon 0 | **150º:** Lat 0 Lon 0 | **155º:** Lat 0 Lon 0 | **160º:** Lat 0 Lon 0 | **165º:** Lat 0 Lon 0 | **170º:** Lat 0 Lon 0 | **175º:** Lat 0 Lon 0 |
| **180º:** Lat 0 Lon 0 | **185º:** Lat 0 Lon 0 | **190º:** Lat 0 Lon 0 | **195º:** Lat 0 Lon 0 | **200º:** Lat 0 Lon 0 | **205º:** Lat 0 Lon 0 | **210º:** Lat 0 Lon 0 | **215º:** Lat 0 Lon 0 | **220º:** Lat 0 Lon 0 | **225º:** Lat 0 Lon 0 | **230º:** Lat 0 Lon 0 | **235º:** Lat 0 Lon 0 |
| **240º:** Lat 0 Lon 0 | **245º:** Lat 0 Lon 0 | **250º:** Lat 0 Lon 0 | **255º:** Lat 0 Lon 0 | **260º:** Lat 0 Lon 0 | **265º:** Lat 0 Lon 0 | **270º:** Lat 0 Lon 0 | **275º:** Lat 0 Lon 0 | **280º:** Lat 0 Lon 0 | **285º:** Lat 0 Lon 0 | **290º:** Lat 0 Lon 0 | **295º:** Lat 0 Lon 0 |
| **300º:** Lat 0 Lon 0 | **305º:** Lat 0 Lon 0 | **310º:** Lat 0 Lon 0 | **315º:** Lat 0 Lon 0 | **320º:** Lat 0 Lon 0 | **325º:** Lat 0 Lon 0 | **330º:** Lat 0 Lon 0 | **335º:** Lat 0 Lon 0 | **340º:** Lat 0 Lon 0 | **345º:** Lat 0 Lon 0 | **350º:** Lat 0 Lon 0 | **355º:** Lat 0 Lon 0 |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 0 | **5º:** 0 | **10º:** 0 | **15º:** 0 | **20º:** 0 | **25º:** 0 | **30º:** 0 | **35º:** 0 | **40º:** 0 | **45º:** 0 | **50º:** 0 | **55º:** 0 |
| **60º:** 0 | **65º:** 0 | **70º:** 0 | **75º:** 0 | **80º:** 0 | **85º:** 0 | **90º:** 0 | **95º:** 0 | **100º:** 0 | **105º:** 0 | **110º:** 0 | **115º:** 0 |
| **120º:** 0 | **125º:** 0 | **130º:** 0 | **135º:** 0 | **140º:** 0 | **145º:** 0 | **150º:** 0 | **155º:** 0 | **160º:** 0 | **165º:** 0 | **170º:** 0 | **175º:** 0 |
| **180º:** 0 | **185º:** 0 | **190º:** 0 | **195º:** 0 | **200º:** 0 | **205º:** 0 | **210º:** 0 | **215º:** 0 | **220º:** 0 | **225º:** 0 | **230º:** 0 | **235º:** 0 |
| **240º:** 0 | **245º:** 0 | **250º:** 0 | **255º:** 0 | **260º:** 0 | **265º:** 0 | **270º:** 0 | **275º:** 0 | **280º:** 0 | **285º:** 0 | **290º:** 0 | **295º:** 0 |
| **300º:** 0 | **305º:** 0 | **310º:** 0 | **315º:** 0 | **320º:** 0 | **325º:** 0 | **330º:** 0 | **335º:** 0 | **340º:** 0 | **345º:** 0 | **350º:** 0 | **355º:** 0 |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** º | **Orientação NV:** º | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Documento assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

**CNPJ:** **59.600.817/0001-43**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:40:54 do dia 14/05/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/06/2025.

Certidão expedida gratuitamente.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://www.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:42:20

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://www.gov.br/autenticidade-assinatura/camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 254.134.838-05 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:45:22

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inmeg autenticidade assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 273.286.258-48 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:44:52

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inmeg autenticidade assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.534.458-87 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 886 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:44:18

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inmeg autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 360.351.328-20 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:43:47

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inmeg autenticidade assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 318.087.088-57 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:43:20

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inmeg autenticidade assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.160.198-53 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 218 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:42:47

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inmeg autenticidade assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:41:50

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inmeg autenticidade assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL

**Superintendência de Administração e Finanças**
**Gerência de Finanças**
**Orçamento e Arrecadação**

**Impresso por:** RICARDO DA COSTA **Data/Hora:** 14/05/2025 11:47:48

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA **Nº FISTEL:** 02008031152

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada **CNPJ/CPF:** 59600817000143

**Situação:** Ativa **Data Validade:** 06/07/2017 **CADIN:** Não

**Incide FUST:** **Data Início Operação Comercial:** **Div. Ativa:** Não **Tipo Usuário:**

Integral **UF:** SP **Proc. Caducidade:** Não

| Receita | Est. / Ref./ Parc. | Ano | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação | Valor Débito/Crédito (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1329 - TFF | 1 | 1990 | 31/03/1990 | 9.659,28 | 01/02/1990 | 9.659,28 | 9.659,28 | 0001 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1991 | 31/03/1991 | 13.597,02 | 08/03/1991 | 11.311,08 | 0,00 | 0002 | | |
| | | | | | 30/01/1992 | 63.986,92 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1992 | 31/03/1992 | 64.016,82 | 30/01/1992 | 52.945,01 | 226.297,66 | 0003 | | |
| | | | | | 29/01/1993 | 794.773,60 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1993 | 31/03/1993 | 794.773,61 | 29/01/1993 | 568.475,94 | 568.475,94 | 0004 | | |
| | | | | | 31/01/1994 | 10.202,31 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1994 | 31/03/1994 | 20.132,69 | 30/03/1994 | 55.056,40 | 55.056,40 | 0005 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1995 | 31/03/1995 | 107,22 | 23/03/1995 | 72,56 | 72,56 | 0006 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1996 | 31/03/1996 | 53,61 | 01/04/1996 | 148,10 | 44,42 | 0007 | Quitado | 0,00 |
| 9999 | 0 | 1996 | 01/04/1996 | 0,00 | 01/04/1996 | 103,68 | 0,00 | 0008 | Cancelado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1997 | 31/03/1997 | 107,22 | 26/03/1997 | 97,65 | 97,65 | 0009 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1997 | 22/01/1998 | 576,58 | 22/01/1998 | 525,14 | 525,14 | 0010 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 2 | 1998 | 31/03/1998 | R$ 1.300,00 | 21/08/1998 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0011 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1999 | 31/03/1999 | R$ 1.300,00 | 31/03/1999 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0012 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1999 | 07/11/1999 | R$ 619,63 | 25/10/1999 | 619,93 | 619,93 | 0013 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2000 | 31/03/2000 | R$ 1.300,00 | 31/03/2000 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0014 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2001 | 31/03/2001 | R$ 1.300,00 | 02/04/2001 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0015 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2002 | 31/03/2002 | R$ 1.300,00 | 01/04/2002 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0016 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2003 | 31/03/2003 | R$ 1.300,00 | 31/03/2003 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0017 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2004 | 31/03/2004 | R$ 1.300,00 | 30/03/2004 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0018 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2005 | 31/03/2005 | R$ 1.300,00 | 31/03/2005 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0019 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2006 | 31/03/2006 | R$ 1.300,00 | 30/03/2006 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0020 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2007 | 31/03/2007 | R$ 1.300,00 | 02/04/2007 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0021 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2008 | 31/03/2008 | R$ 1.300,00 | 31/03/2008 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0023 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2009 | 31/03/2009 | R$ 1.170,00 | 31/03/2009 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0024 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2009 | 31/05/2009 | R$ 130,00 | 01/06/2009 | 130,00 | 130,00 | 0026 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 1.170,00 | 29/03/2010 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0027 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 130,00 | 29/03/2010 | 130,00 | 130,00 | 0028 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 1.170,00 | 31/03/2011 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0029 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 130,00 | 31/03/2011 | 130,00 | 130,00 | 0030 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 858,00 | 30/03/2012 | 858,00 | 858,00 | 0031 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 130,00 | 30/03/2012 | 130,00 | 130,00 | 0032 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 858,00 | 27/03/2013 | 858,00 | 858,00 | 0033 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 130,00 | 27/03/2013 | 130,00 | 130,00 | 0034 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 858,00 | 25/03/2014 | 858,00 | 858,00 | 0035 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 130,00 | 25/03/2014 | 130,00 | 130,00 | 0036 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 858,00 | 30/03/2015 | 858,00 | 858,00 | 0037 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 130,00 | 30/03/2015 | 130,00 | 130,00 | 0038 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 858,00 | 28/03/2016 | 858,00 | 858,00 | 0039 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 130,00 | 28/03/2016 | 130,00 | 130,00 | 0040 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2016 | 01/04/2016 | R$ 2.600,00 | 18/03/2016 | 2.600,00 | 2.600,00 | 0041 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 858,00 | 28/03/2017 | 858,00 | 858,00 | 0042 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 130,00 | 28/03/2017 | 130,00 | 130,00 | 0043 | Quitado | 0,00 |
| JR | 0 | 2017 | 30/05/2017 | R$ 200,00 | 27/04/2017 | 200,00 | 200,00 | 0044 | Quitado | 0,00 |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mobile.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1329 - TFF | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 1.518,00 | 26/03/2018 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0045 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 230,00 | 26/03/2018 | 230,00 | 230,00 | 0046 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 1.518,00 | 28/03/2019 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0047 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 230,00 | 28/03/2019 | 230,00 | 230,00 | 0048 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 1.518,00 | 25/03/2020 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0051 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 230,00 | 25/03/2020 | 230,00 | 230,00 | 0052 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2021 | 15/02/2021 | R$ 4.600,00 | 12/02/2021 | 4.600,00 | 4.600,00 | 0053 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 1.518,00 | 24/03/2021 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0054 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 230,00 | 24/03/2021 | 230,00 | 230,00 | 0055 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 1.518,00 | 30/03/2022 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0056 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 230,00 | 29/03/2022 | 230,00 | 230,00 | 0057 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 1.518,00 | 22/03/2023 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0058 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 230,00 | 22/03/2023 | 230,00 | 230,00 | 0059 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2024 | 31/03/2024 | R$ 1.518,00 | 27/03/2024 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0060 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2024 | 31/03/2024 | R$ 230,00 | 27/03/2024 | 230,00 | 230,00 | 0061 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2025 | 31/03/2025 | R$ 1.518,00 | 18/03/2025 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0062 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2025 | 31/03/2025 | R$ 230,00 | 18/03/2025 | 230,00 | 230,00 | 0063 | Quitado | 0,00 |

**Total devido em 14/05/2025 (em reais):** 0,00

**Total de créditos em 14/05/2025 (em reais):** 0,00

**Legenda do Campo Situação**

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://www.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL

**Superintendência de Administração Geral**
**Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças**
**Gerência de Arrecadação**

**Impresso por:** Ricardo Henrique Pereira Nolasco **Data/Hora:** 27/04/2023 11:08:08

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita |
|---|---|---|
| 1329 | 9999 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento |
| 1330 | 9998 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas |
| 1331 | 9931 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite |
| 1332 | 9332 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite |
| 1550 | 9550 | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações |
| 1551 | 9551 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP |
| 1552 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro |
| 1555 | 9555 | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados |
| 1560 | 9560 | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação |
| 1660 | 9660 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão |
| 1661 | 9661 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária |
| 1666 | 9666 | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC |
| 1770 | 9905 | Multa Contratual - Termo Autorização |
| 1777 | 9177 | Multa Contratual - Não Outorgados |
| 1780 | 9780 | Multa por Infração ao CDC |
| 1810 | 9810 | Descumprimento do PGMQ |
| 1820 | 9820 | Descumprimento da Regulação de Interconexão |
| 1830 | 9830 | Descumprimento da Regulação de Numeração |
| 1840 | 9840 | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade |
| 1850 | 9850 | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite |
| 1851 | 9851 | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite |
| 1852 | 9852 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite |
| 1853 | 9853 | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura |
| 1854 | 9854 | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar |
| 1855 | 9855 | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU |
| 1856 | 9856 | Multa Decorrente das Obrigações do FUST |
| 1857 | 9857 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC |
| 1858 | 9858 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais |
| 1859 | 9859 | Multa por Prejuízo à Competição |
| 1880 | 9880 | Monitoramento do STFC |
| 1881 | 9881 | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas |
| 1885 | 9885 | Multa por Tarifação Incorreta |
| 1886 | 9886 | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887 | 9887 | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC |
| 1889 | 9889 | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada |
| 1890 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite |
| 1891 | 9905 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência |
| 1950 | 9950 | RENDAS EVENTUAIS |
| 2018 | 9018 | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações |
| 2129 | 9129 | DIVIDA ATIVA |
| 2145 | 9145 | MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA |
| 2671 | 9333 | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro |
| 2672 | 9672 | Preço da Execução de Serviços Técnicos |
| 2680 | 9680 | Homologação de Certificação de Conformidade |
| 2682 | 9682 | Homologação de Declaração de Conformidade |
| 2684 | 9684 | Renovação de Homologação |
| 3000 | 9001 | Lançamento Complementar de Multa Moratória |
| 3001 | 9002 | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas |
| 3500 | 9500 | M U L T A / J U R O S |
| 4100 | 9111 | FUST - Declaração Espontânea |
| 4101 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4102 | 9102 | FUST - Interconexão e EILD |
| 4103 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4105 | 9105 | FUST - Multa de Ofício |
| 4200 | 9200 | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública |
| 4201 | 9201 | CFRP - Estações não Licenciadas |
| 5320 | 9320 | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais |
| 5330 | 9330 | Devolução de Salários - Exercício Corrente |
| 5331 | 9331 | Devolução de Verbas Remuneratórias |
| 5340 | 9340 | Ressarcimento Ligações Telefônicas |
| 5341 | 9341 | Serviços Administrativos |
| 5342 | 9342 | Devolução de Diárias - Exercício |
| 5343 | 9343 | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços |
| 5344 | 9344 | Diferença de Tarifa Aérea |
| | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis |
| | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inroleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | |
|---|---|---|
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante) |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A) |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 ) |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital) |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofreqüências |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz) |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz) |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 ) |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004) |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite |
| 8801 | 9801 | Caução |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores) |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 105, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 2007, a permissão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 106, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Município de São Félix de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 107, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL E CULTURAL DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 391, de 24 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e Cultural de Comunicação para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 108, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JUNQUEIRÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Junqueirópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 109, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO CONCÓRDIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 763, de 18 de dezembro de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de junho de 2001, a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 110, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIBEIRÃO CORRENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 643, de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Ribeirão Corrente para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 111, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV PLANÍCIE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de junho de 2009, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 4 de outubro de 2003, a concessão outorgada à TV Planície Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 594, de 18 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada à Rede Central de Comunicações Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 113, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO RUY BARBOSA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 371, de 19 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de fevereiro de 2006, a permissão outorgada à Rádio Ruy Barbosa FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012050400004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Publicado no D.O.U. em
23 / 10 /2009
Seção 1 Página 77
Rubrica

PORTARIA Nº 520 , DE 7 DE AGOSTO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.009253/2007, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º , da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1.962, por dez anos, a partir de 6 de julho de 2007, a permissão outorgada à **RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**, por meio da Portaria MC nº 599, de 4 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 6 subseqüente, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
Ministro de Estado das Comunicações

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0667 DEFESA CIVIL 5.000.000

| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06 182 | 0667 4580 | ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL | | | | | | | 5.000.000 |
| 06 182 | 0667 4580 0859 | ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO SUDESTE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 5.000.000 |

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 5.000.000

TOTAL - GERAL 5.000.000

0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA ( JUROS E AMORTIZACOES) 800.000.000

| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 28 843 | 0905 0455 | DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA | | | | | | | 800.000.000 |
| 28 843 | 0905 0455 0001 | DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL | F | 6 | F | 90 | 0 | 100 | 800.000.000 |

TOTAL - FISCAL 800.000.000

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 800.000.000

**ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO**

**UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA**

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA**
**UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0999 RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | | | 5.000.000 |
| 99 999 | 0999 0998 | OPERACOES ESPECIAIS: RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 5.000.000 |
| 99 999 | 0999 0998 0105 | RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL | F | 9 | F | 99 | 0 | 100 | 5.000.000 |

TOTAL - FISCAL 5.000.000

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 5.000.000

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**
**Imprensa Nacional**
http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília — DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA
Diretor-Geral

**DIÁRIO OFICIAL — SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos
ISSN 1676-2339

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Coordenador-Geral de Produção Industrial

ISABEL CRISTINA ORRÚ DE AZEVEDO
Coordenadora de Jornais Oficiais
Reg. Profissional nº 405/03/70/DF

## RETIFICAÇÃO

**LEI Nº 10.458, DE 14 DE MAIO DE 2002**
(Publicada no Diário Oficial de 15 de maio de 2002, Seção 1)

Na página 4, 2ª coluna, nas assinaturas, leia-se: Fernando Henrique Cardoso, Pedro Malan e Mary Dayse Kinzo

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 83, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 451, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA) a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de maio de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 84, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DE PIO IX a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 98, de 30 de julho de 1999, que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de Pio IX a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de maio de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 85, DE 2002

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 286, de 20 de junho de 2000, que renova por dez anos, a partir de 6 de julho de 1997, a permissão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de maio de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 86, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCAR BRASIL DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 357, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão à Fundação Educar Brasil de Radiodifusão para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de maio de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 98/2002)

## Atos do Poder Executivo

### DECRETO Nº 4.234, DE 15 DE MAIO DE 2002

Dá nova redação aos arts. 3º e 4º do Decreto nº 4.128, de 13 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a inventariança, a transferência e a incorporação dos direitos, das obrigações e dos bens móveis e imóveis do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,** no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 102-A, §§ 2º e 3º, 108 e 109, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Os arts. 3º e 4º do Decreto nº 4.128, de 13 de fevereiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

....." (NR)

V - identificar, localizar e relacionar os bens móveis e imóveis da Autarquia em extinção, dando destinação aos primeiros, e propondo à Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a destinação dos bens imóveis;

....." (NR)

"Art. 4º .....

.....

III - .....

.....

d) instalações, bens móveis e equipamentos tencentes à Autarquia em extinção, localizados em to território nacional, utilizados pela Administração Cen pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias, pelos Distritos doviários Federais e por suas Residências, assim c aqueles utilizados, a qualquer título, por serviços e partições públicas municipais, estaduais e federais;

....." (N

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o § 1º do art. 4º do creto nº 4.128, de 13 de fevereiro de 2002.

Brasília, 15 de maio de 2002; 181º da In pendência e 114º da República.

MARCO AURÉLIO MELLO
*Pedro Malan*
*João Henrique de Almeida Sousa*
*Guilherme Gomes Dias*

(Of. El. nº 331/20

## Presidência da República

### CASA CIVIL

### PORTARIA Nº 17, DE 15 DE MAIO DE 2002

**O CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA I REPÚBLICA,** no uso de suas atribuições e,

Considerando que o Conselho Nacional de Arquivos - C NARQ, tem por finalidade definir a política nacional de arquivos p blicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando gestão documental e a proteção especial aos documentos de arquiv conforme disposto no Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002;

**R E S O L V E :**

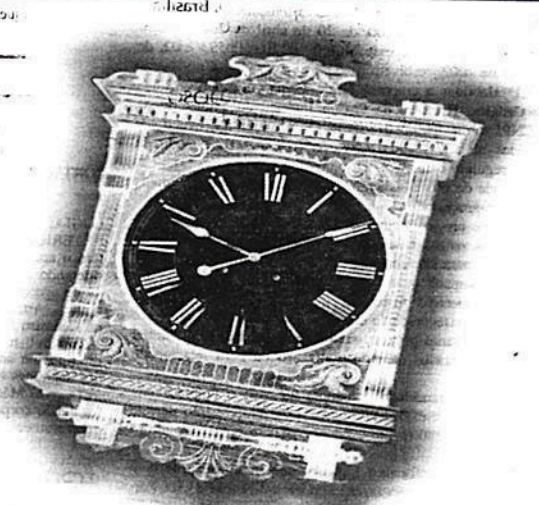
Art. 1º Compete ao Conselho Nacional de Arquivos - C NARQ atuar como órgão executor do Protocolo de colaboração na ár de arquivos assinado entre o Governo da República Federativa do Bra e o Governo da República Portuguesa, publicado no Diário Oficial União de 12 de março de 2002, Seção I, páginas 231 a 232.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua p blicação.

PEDRO PARENTE

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61) 441 9618

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

154-1 (JUR)

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 14 / 07 / 00
Página 100 Seção 1
ANOTAÇÕES Hairton

**PORTARIA Nº 286 , de 20 de junho de 2000**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000523/97, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de julho de 1997, a permissão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda., pela Portaria MC nº 599, de 4 de julho de 1977, renovada pela Portaria MC nº 151, de 1 de setembro de 1989, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 39, de 27 de fevereiro de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PIMENTA DA VEIGA

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 37, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO SINUELO LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO SINUELO LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 38, DE 1991

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TROPICAL DE BLUMENAU LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de setembro de 1988, permissão à RÁDIO TROPICAL DE BLUMENAU LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, através da Portaria nº 167, de 15 de setembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 1991

Aprova o ato que renova a concessão à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovada a renovação de concessão à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 151, de 12 de setembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 40, DE 1991

Aprova o ato que renova permissão à A GAZETA DO ESPÍRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 1º - É aprovada a renovação de permissão à A GAZETA DO ESPÍRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, renovação a que se refere a Portaria nº 160, de 15 de setembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 41, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV VALE DO MOGI-GUAÇU LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovada a outorga de permissão à RÁDIO E TV VALE DO MOGI-GUAÇU LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, na cidade de Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, outorga a que se refere a Portaria nº 254, de 14 de dezembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 42, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO DIFUSORA DE IVINHEMA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ivinhema, Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 1º - É aprovada a outorga de concessão à RÁDIO DIFUSORA DE IVINHEMA LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, na cidade de Ivinhema, Estado do Mato Grosso do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, outorga a que se refere o Decreto nº 98.332, de 24 de outubro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 43, DE 1991

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TELEVISÃO RIO GRANDE S.A., para explorar, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por quinze anos, a partir de 2 de agosto de 1989, a permissão outorgada à TELEVISÃO RIO GRANDE S.A., para explorar, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), ato a que se refere o Decreto nº 98.837, de 24 de janeiro de 1990.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 44, DE 1991

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO CAMPINA GRANDE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO CAMPINA GRANDE LTDA., através da Portaria nº 149, de 12 de setembro de 1989, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

(Of. n/nº)

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PUBLICADO NO D.O. DE 22/9/1989

PUBLICADO NO D. O. U.
EM 21 . 09 . 89

REGISTROS RÁDIO/DENTEL 28

Portaria n.º 151 , de 12 de Setembro de 1989

184-1

O Ministro de Estado das Comunicações, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e nos termos do artigo 6º, item II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29100.000453/87, resolve:

I - Renovar, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por 10 (dez) anos, a partir de 06 de julho de 1987, a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., através da Portaria nº 599, de 04 de julho de 1977, para explorar, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.

II - A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

III - A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL de 06 / 07 / 1977 Página N.º 8508

Encarregado da Revisão

SEAD - RAD SETOR DE REGISTROS

PORTARIA N.º 599 DE 04 DE 07 DE 1977

DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 15.793/75 (Edital nº 99/75),

R E S O L V E :

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, utilizando o canal 284, classe "A", na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acordo com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor na data de sua publicação.

ORIGINAL ASSINADO PELO MINISTRO
Euclides Quandt de Oliveira

EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA
Ministro de Estado das Comunicações

DNT/PAD/apc/ SMP/NBP
27.6.77.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

# PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

**NUP:** 00738.000159/2023-12
**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)
**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

## I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM,** a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

> 1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.
>
> 2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.
>
> 3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.
>
> 4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:
>
> ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.
>
> O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:
>
> I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.
>
> II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:
>
> a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
>
> b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria. 9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.

5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.

7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.

8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

9.Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).

11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).

12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

**Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras emprêsas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados nêste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas emprêsas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a êle ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. (Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968)

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma emprêsa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

**Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

**Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

**Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3 º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2 º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º , a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no art. 14, § 3º , do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processo de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicite, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A titulo exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestação pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a [illegible] **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e [illegible]gens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

> **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014**
>
> I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.
>
> II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:
>
> a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
>
> b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.
>
> Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

> 9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma." (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

> **Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**
>
> Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

> § 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.
>
> § 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:
>
> I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e
>
> II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

> **Enunciado nº 7**
>
> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM,** convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos,** ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

### II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País . Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT ).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

**II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

> Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.
>
> Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade | Base legal |
|---|---|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016. |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | |
|---|---|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022). | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022. |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **"a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação"**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de odifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

**II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito | Base normativa |
|---|---|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País. | Art. 222, caput, da CF. |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, “a” do CBT. |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT. |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão. | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou. | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR. |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR. |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações. | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR. |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso II, do RSR. |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ. | Art. 113, inciso V, do RSR. |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei. | Art. 113, inciso VI, do RSR. |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos [illegible]rsos do Fistel. | Art. 113, inciso VII, do RSR. |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | |
|---|---|
| xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. | Art. 113, inciso VIII, do RSR. |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. | Art. 113, IX, do RSR. |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR. |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento. | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida. | Art. 31-A, I, do RSR. |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

### II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]
Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

## III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N . 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o ecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Notas

1. ^ *Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do* ***PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU*** *(NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.*

---

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 513858800984975917601861473 24. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**
**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**
**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.

3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 513858800984975917601861473 24. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

# CERTIDÃO SIMPLIFICADA

**CERTIFICAMOS** QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

## EMPRESA

| NIRE | REGISTRO | DATA DA CONSTITUIÇÃO | INÍCIO DAS ATIVIDADES | PRAZO DE DURAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 35200947043 | | 10/07/1957 | 10/07/1957 | |

| NOME COMERCIAL | TIPO JURÍDICO |
|---|---|
| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA. | SOCIEDADE LIMITADA |

| C.N.P.J. | ENDEREÇO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|---|
| 59.600.817/0001-43 | AVENIDA DOUTOR CARLOS BOTELHO | 2140 | 2 ANDAR |

| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | CEP | MOEDA | VALOR CAPITAL |
|---|---|---|---|---|---|
| CENTRO | SAO CARLOS | SP | 13560-250 | R$ | 350.000,00 |

## OBJETO SOCIAL

SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

## SÓCIO E ADMINISTRADOR

| NOME | | | | |
|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | | | | |
| **ENDEREÇO** | **NÚMERO** | **COMPLEMENTO** | | |
| RUA DOUTOR FRANCISCO AUGUSTO CESAR | 775 | APTO. 262 | | |
| **BAIRRO** | **MUNICÍPIO** | **UF** | **CEP** | **RG** |
| JARDIM IRAJA | RIBEIRAO PRETO | SP | 14020-530 | 45799258 |
| **CPF** | **CARGO** | | | **QUANTIDADE COTAS** |
| 551.160.198-53 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | | | 38.500,00 |

## SÓCIO E ADMINISTRADOR

| NOME | | | | |
|---|---|---|---|---|
| FILIPE ARANHA PIZANI | | | | |
| **ENDEREÇO** | **NÚMERO** | **COMPLEMENTO** | | |
| RUA ELZIRA SAMMARCO PALMA | 405 | | | |
| **BAIRRO** | **MUNICÍPIO** | **UF** | **CEP** | **RG** |
| BOSQUE DAS JURITIS | RIBEIRAO PRETO | SP | 14021-684 | 328009702 |
| **CPF** | **CARGO** | | | **QUANTIDADE COTAS** |
| 318.087.088-57 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | | | 51.917,00 |

## SÓCIO E ADMINISTRADOR

| NOME | | | | |
|---|---|---|---|---|
| JULIANO BORGES PIZANI | | | | |
| **ENDEREÇO** | **NÚMERO** | **COMPLEMENTO** | | |
| AVENIDA COSTABILE ROMANO | 250 | CASA 09 | | |
| **BAIRRO** | **MUNICÍPIO** | **UF** | **CEP** | **RG** |
| | | | | |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



D atuito
P ercialização
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RIBEIRANIA | RIBEIRAO PRETO | SP | 14096-380 | 43529336 |

| CPF | CARGO | QUANTIDADE COTAS |
|---|---|---|
| 360.351.328-20 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | 39.958,00 |

**SÓCIO E ADMINISTRADOR**

| NOME | | | | |
|---|---|---|---|---|
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | | | | |
| ENDEREÇO | NÚMERO | COMPLEMENTO | | |
| AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO | 551 | CASA 42 | | |
| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | CEP | RG |
| CONDOMINIO GUAPORE | RIBEIRAO PRETO | SP | 14022-000 | 60123941 |
| CPF | CARGO | | | QUANTIDADE COTAS |
| 551.534.458-87 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | | | 115.792,00 |

**SÓCIO E ADMINISTRADOR**

| NOME | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RAFAEL ARANHA PIZANI | | | | |
| ENDEREÇO | NÚMERO | COMPLEMENTO | | |
| RUA CARLOS RATEB CURY | 697 | | | |
| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | CEP | RG |
| DISTRITO DE BONFIM | RIBEIRAO PRETO | SP | 14110-000 | 255974000 |
| CPF | CARGO | | | QUANTIDADE COTAS |
| 273.286.258-48 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | | | 51.916,00 |

**SÓCIO E ADMINISTRADOR**

| NOME | | | | |
|---|---|---|---|---|
| TIAGO ARANHA PIZANI | | | | |
| ENDEREÇO | NÚMERO | COMPLEMENTO | | |
| RUA CARLOS RATEB CURYSIO MONTEIRO MOREIR | 697 | | | |
| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | CEP | RG |
| CD VILLA BUENOS AIR | RIBEIRAO PRETO | SP | 14110-000 | 255974024 |
| CPF | CARGO | | | QUANTIDADE COTAS |
| 254.134.838-05 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | | | 51.917,00 |

**ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO**

| DATA | NÚMERO |
|---|---|
| 22/01/2025 | 019.615/25-5 |

A RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA VEM, EM ATENCAO A ALINEA -I-, DO ARTIGO 38, DA LEI N 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962, COM A REDACAO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, APRESENTAR E DECLARAR, PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSICAO DE SEU CAPITAL , INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE, CONFORME DISCRIMINADO, DATADA DE: 09/12/2024.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35200947043
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 18/05/2025

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



D atuito
P ercialização
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Certidão Simplificada. Documento certificado por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, Secretário Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 266960183, segunda-feira, 19 de maio de 2025 às 14:48:12.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



D atuito
P ercialização
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Correspondência Eletrônica - 12608058**

**Data de Envio**:
19/05/2025 18:03:35

**De**:
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para**:
cgfm@mcom.gov.br

**Assunto**:
Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem**:
Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Carlos/ SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Outlook

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

**De** Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>
**Data** Ter, 20/05/2025 08:36
**Para** COREP <corep@mcom.gov.br>

Processo nº: 01250.025886/2017-71

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Carlos/ SP, responder ao processo nº **53900.030778/2014-70**, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>
**Enviado:** segunda-feira, 19 de maio de 2025 18:03
**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>
**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Carlos/ SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

contrato pela detentora da outorga.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

**Processo nº:** 01250.025886/2017-71
**Entidade:** RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.
**CNPJ nº:** 59.600.817/0001-43
**FISTEL nº:** 02008031152
**Localidade:** São Carlos/SP

**Período:** 06/07/2017 a 06/07/2027
**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 21/06/2017;
(X) **Tempestivo** () **Intempestivo** (*caput* do art. 4º da Lei nº 5.785/1972; e arts. 2º e 3º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022).

**Tipo de outorga a ser renovada:**

() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.

(**X**) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.

() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.

() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|---|---|---|---|---|
| 1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 1973554<br>Pág. 3* | - Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021);<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII". | * Requerimento subscrito por **DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM e JOSÉ INACIO GENNARI PIZANI**, ambos representantes legais à época , conforme certidão simplificada (SEI 1973554 - Págs. 31-32).*datado<br><br>**no entanto, foi ratificado pelos atuais representantes |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | | legais<br>(SEI 11654401 - Págs. 4-5<br>e 12606643). |
| Declaração:<br><br>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. | |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| administração pública federal, direta ou indireta; | | | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, | |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63; | | | inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V". | |
| Declaração:<br><br>i) inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011. | |
| 2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO); | (X) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 12596941<br>Págs. 7-14 | - Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV". | |

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|---|---|---|---|---|
| 3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 12606643 | - Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII". | |
| 4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11190490<br>Pág. 8 | - Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963; | |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X". | |
| 5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 12596934<br>Pág. 1 | - Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI". | |
| 6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | F 12596934<br>Pág. 4<br><br>E 11190490<br>Pág. 7<br><br>M 11654401<br>Pág. 11 | - Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII". | |
| 7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 12596941<br>Pág. 6 | - Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII". | |
| 8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | INSS 12596934<br><br>Pág. 4<br><br>FGTS 11617331<br>Pág. 3 | - Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV". | |
| 9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante | (**X**) Sim<br>() Não | 12596934<br>Pág. 3 | - Art. 113, inciso IX do | |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; | () Não se aplica | | Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV". | |
| 10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:<br>(*i*) certidão de nascimento ou casamento; (*ii*) certidão de reservista; (*iii*) cédula de identidade; (*iv*) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (*v*) carteira profissional; (*vi*) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (*vii*) passaporte.<br><br>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade. | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | **DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM**<br>8799736<br>Pág. 18<br><br>**TIAGO ARANHA PIZANI**<br>8799736<br>Pág. 19<br><br>**FILIPE ARANHA PIZANI**<br>8799736<br>Pág. 19<br><br>**RAFAEL ARANHA PIZANI**<br>8799736<br>Pág. 19<br><br>**JULIANO BORGES PIZANI**<br>8799736<br>Pág. 20<br><br>**PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI**<br>8799736<br>Pág. 18 | - Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III". | - |
| 11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga? | (**X**) Sim<br>() Não | 12596941<br>Págs. 1-2 | - Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de | |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| | | | junho de 2023;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII". | |
| 12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga? | () Sim<br>(**X**) Não | 12596941<br>Págs. 15-18 | - Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII". | |
| 13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga; | (**X**) Sim<br>() Não | 12608720 | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V". | |
| 14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)? | () Sim<br>(**X**) Não | 12596934<br>Pág. 5 | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51. | |

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|---|---|---|---|---|
| 15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:<br>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a asileiros natos ou | () Sim<br>() Não<br>(**X**) Não se aplica | n/a | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49. | |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| naturalizados há mais de dez anos;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990; | | | | |
| 16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia. | () Sim<br>() Não<br>(**X**) Não se aplica | n/a | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963. | |

| **Observações Adicionais** |
|---|
| - n/a |

| **Conclusão** |
|---|
| A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação. |

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa**, **Engenheiro**, em 26/05/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12596645** e o código CRC **3727F4B6**.



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

# NOTA TÉCNICA Nº 7835/2025/SEI-MCOM

**PROCESSO: 01250.025886/2017-71**
**INTERESSADA: RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**
**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Progresso de São Carlos Ltda.**, inscrita no **CNPJ nº 59.600.817/0001-43**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02008031152**, referente ao período de 6 de julho de 2017 a 6 de julho de 2027.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

## ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

> Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
>
> [...]

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

> Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
>
> I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
>
> II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
>
> III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
>
> IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
>
> V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
>
> VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
>
> VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
>
> VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
>
> IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)
>
> X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)
>
> XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
>
> a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
>
> b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
>
> c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
>
> d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
>
> e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
>
> f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
>
> g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Progresso de São Carlos Ltda.** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 599, de 4 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 6 de julho de 1977 (SEI 12597157 - Pág. 8).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2007-2017**. De acordo com a Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 de outubro de 2009, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 2007**. O ato foi chancelado pelo Decreto Legislativo nº 105, de 2012, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de maio de 2012 (SEI 12597157 - Pág. 1).

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **21 de junho de 2017**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2017-2027** (SEI 1973554 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 6 de julho de 2016 a 6 de julho de 2017.

9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 12596645). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

> Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:
>
> (...)
>
> § 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
>
> § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
>
> § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
>
> I - certidão de antecedentes criminais;
>
> II - informações sobre pessoa jurídica;
>
> III - outras expressamente previstas em lei.

10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

11. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 12596645).

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 14 de maio de 2025 (SEI 12596941 - Págs. 7-14). A pesquisa ao referido sistema levou em consideração a seguinte estrutura societária/diretiva:

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| NOME | CARGO |
|---|---|
| Demetrio Luiz Pedro Bom | Sócio/Administrador |
| Paulo de Tarso Gennari Pizani | Sócio/Administrador |
| Tiago Aranha Pizani | Sócio/Administrador |
| Filipe Aranha Pizani | Sócio/Administrador |
| Rafael Aranha Pizani | Sócio/Administrador |
| Juliano Borges Pizani | Sócio/Administrador |

13. Ainda de acordo com o Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no tocante aos sócios que participam do quadro de outra pessoa jurídica (Sistema Clube de Comunicação Ltda), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, no Município de Ribeirão Preto/SP, entende-se que, por uma delas se tratar de concessão oriunda do processo de adaptação de outorga, tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, tendo em vista se tratar de excepcionalidade contida no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013.

14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 12596941 - Págs. 3-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 12608720).

15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 12596645).

16. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 12596934 - Pág. 1).

17. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63",* e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes –,* demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

18. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

> Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)
>
> § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)
>
> § 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)
>
> I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)
>
> a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)
>
> b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)
>
> c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)
>
> d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)
>
> II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)
>
> a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)
>
> b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)
>
> III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)
>
> a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)
>
> b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)
>
> c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)
>
> d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)
>
> IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)
>
> V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)
>
> § 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)
>
> § 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)
>
> § 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)
>
> § 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4° e 5° desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)
>
> § 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)
>
> § 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

20. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação*.

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 18 de fevereiro de 2021, com validade até 6 de julho de 2027 (SEI 12596941 - Págs. 1-2).

22. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 14 de maio de 2025 (SEI 12596941 - Págs. 1-2). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 12596941 - Págs. 15-18). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 12597159).

**CONCLUSÃO**

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário [illegible]unicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º,

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa**, **Engenheiro**, em 26/05/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 26/05/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/05/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12597161** e o código CRC **DCED00D7**.

**Minutas e Anexos**

inuta de Portaria (12597162)
inuta de Exposição de Motivos (12597164)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

* MINUTA DE DOCUMENTO

# MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.025886/2017-71,

**R E S O L V E**:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.600.817/0001-43, número de inscrição no FISTEL nº 02008031152, a partir de 6 de julho de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO**
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**
***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***
*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*
*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*

Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa**, **Engenheiro**, em 26/05/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 26/05/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/05/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12597162** e o código CRC **746DF980**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12597162

MINUTA

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

* MINUTA DE DOCUMENTO

# MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 01250.025886/2017-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7.835/2025/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), nos termos da Portaria nº 599, datada em 4 de julho de 1977, publicada em 6 de julho de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO**
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**
***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***
*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*
*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*

Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa**, **Engenheiro**, em 26/05/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 26/05/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/05/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12597164** e o código CRC **9A094CBF**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12597164

MINUTA

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

PORTARIA MCOM Nº 18178, DE 28 DE MAIO DE 2025

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.025886/2017-71,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.600.817/0001-43, número de inscrição no FISTEL nº 02008031152, a partir de 6 de julho de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Carlos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Siqueira Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 12/06/2025, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12630952** e o código CRC **DFB62D53**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12630952

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Brasília, 28 de maio de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 01250.025886/2017-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7.835/2025/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 18.178, de 28 de maio de 2025, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), nos termos da Portaria nº 599, datada em 4 de julho de 1977, publicada em 6 de julho de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Siqueira Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 12/06/2025, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12631024** e o código CRC **BC9BE55C**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12631024

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 63635/2025/MCOM

À Senhora
**Daniela Gonçalves Garcia**
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 18178/2025 (12630952) e a Exposição de Motivos nº 367/2025 (12631024)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 7835/2025 (12597161), encaminho a Portaria nº 18178/2025 (12630952) e a Exposição de Motivos nº 367/2025 (12631024), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

WILSON DINIZ WELLISCH
Secretário de Comunicação Social Eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 06/06/2025, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12631002** e o código CRC **2FC643B4**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12631002

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Imprimir Recibo | Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

# Envio Eletrônico de Matérias
# Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 13/06/2025 14:11:13
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
**Ofício:** 11086446
**Data prevista de publicação:** 16/06/2025
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

**Matérias**

| Sequencial | Arquivo(s) | MD5 | Tamanho (cm) | Valor |
|---|---|---|---|---|
| 22779926 | ATO PORTARIA MCOM NA 18214.rtf | e49e264aa7e53405 394d5d8feed67e7b | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22779927 | ATO PORTARIA MCOM NA 18177.rtf | d7d118b48fe93ca1 43ee2f4110941d87 | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780008 | ATO PORTARIA MCOM NA 18175.rtf | d954d4252c6b9457 8108a1d2505980c2 | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780009 | ATO PORTARIA MCOM NA 18183.rtf | 01292a2a9450fc28 e38d0b08ea13a035 | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780010 | ATO PORTARIA MCOM NA 18181.rtf | d6df1561e3687c46 2e4c183095264723 | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780011 | ATO PORTARIA MCOM NA 18179.rtf | bde36520e71c2301 48abe3ec75bbcb8b | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780012 | ATO PORTARIA MCOM NA 18169.rtf | 6be562a83b9ea690 3708e0c140a568e9 | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780013 | ATO PORTARIA MCOM NA 18178.rtf | 135492ea5bbe54b2 24fe9ded3e2cc9ed | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780014 | ATO PORTARIA MCOM NA 18188.rtf | 0dd0aa78faf08e68 833e30fe79d67686 | 9,00 | R$ 384,03 |
| 22780015 | ATO PORTARIA MCOM NA 18192.rtf | 8653c023b90348f3 880c8928f2ba2245 | 24,00 | R$ 1.024,08 |
| 22780016 | ATO PORTARIA MCOM NA 18193.rtf | 3ada9585b588442b ebc271bd51401500 | 22,00 | R$ 981,41 |
| **TOTAL DO OFICIO** | | | **111,00** | **R$ 4.779,04** |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://imprenta.gov.br/recibo.do?idof=11086446
https://imprenta-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/06/2025 | Edição: 112 | Seção: 1 | Página: 21

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

# PORTARIA MCOM Nº 18.178, DE 28 DE MAIO DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.025886/2017-71, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.600.817/0001-43, número de inscrição no FISTEL nº 02008031152, a partir de 6 de julho de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Carlos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://www.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-18.178-de-28-de-maio-de-2025-636280364
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | | |
| **Nome Fantasia:** | | | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br | |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | | **Número do Fistel:** 02008031152 | |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | | **Tipo Taxa:** Integral | |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | |
| **Carater:** Primário | | **Local específico:** | |
| **Rede:** | | **Categoria da Estação:** Principal | |
| **Val. RF:** 06/07/2027 | | | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | | | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | | **Complemento:** - 2º Andar |
| **Bairro:** Centro | | **Numero:** 2.140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | | **Complemento:** |
| **Bairro:** | | **Numero:** |
| **Município:** - | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

25/10/06/16 Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| Informações Gerais | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22° 00' 42.10" S | **Longitude:** 47° 53' 22.40" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 º | **Orientação NV:** 0 º | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 14.02 | **5º:** 13.47 | **10º:** 12.8 | **15º:** 12.22 | **20º:** 11.6 | **25º:** 10.9 | **30º:** 10.14 | **35º:** 9.36 | **40º:** 8.5 | **45º:** 7.46 | **50º:** 6.34 | **55º:** 5.19 |
| **60º:** 4.05 | **65º:** 2.97 | **70º:** 2.01 | **75º:** 1.29 | **80º:** 0.74 | **85º:** 0.34 | **90º:** 0.09 | **95º:** 0.02 | **100º:** 0.1 | **105º:** 0.35 | **110º:** 0.73 | **115º:** 1.19 |
| **120º:** 1.71 | **125º:** 2.26 | **130º:** 2.85 | **135º:** 3.5 | **140º:** 4.15 | **145º:** 4.76 | **150º:** 5.32 | **155º:** 5.77 | **160º:** 6.23 | **165º:** 6.81 | **170º:** 7.41 | **175º:** 7.93 |
| **180º:** 8.45 | **185º:** 9.03 | **190º:** 9.63 | **195º:** 10.24 | **200º:** 10.84 | **205º:** 11.37 | **210º:** 11.9 | **215º:** 12.56 | **220º:** 13.19 | **225º:** 13.63 | **230º:** 13.98 | **235º:** 14.31 |
| **240º:** 14.56 | **245º:** 14.72 | **250º:** 14.75 | **255º:** 14.61 | **260º:** 14.33 | **265º:** 13.89 | **270º:** 13.39 | **275º:** 12.94 | **280º:** 12.54 | **285º:** 12.24 | **290º:** 12.01 | **295º:** 11.8 |
| **300º:** 11.7 | **305º:** 11.83 | **310º:** 12.04 | **315º:** 12.22 | **320º:** 12.43 | **325º:** 12.68 | **330º:** 12.96 | **335º:** 13.29 | **340º:** 13.64 | **345º:** 14.05 | **350º:** 14.33 | **355º:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** Lat 0 Lon 0 | **5º:** Lat 0 Lon 0 | **10º:** Lat 0 Lon 0 | **15º:** Lat 0 Lon 0 | **20º:** Lat 0 Lon 0 | **25º:** Lat 0 Lon 0 | **30º:** Lat 0 Lon 0 | **35º:** Lat 0 Lon 0 | **40º:** Lat 0 Lon 0 | **45º:** Lat 0 Lon 0 | **50º:** Lat 0 Lon 0 | **55º:** Lat 0 Lon 0 |
| **60º:** Lat 0 Lon 0 | **65º:** Lat 0 Lon 0 | **70º:** Lat 0 Lon 0 | **75º:** Lat 0 Lon 0 | **80º:** Lat 0 Lon 0 | **85º:** Lat 0 Lon 0 | **90º:** Lat 0 Lon 0 | **95º:** Lat 0 Lon 0 | **100º:** Lat 0 Lon 0 | **105º:** Lat 0 Lon 0 | **110º:** Lat 0 Lon 0 | **115º:** Lat 0 Lon 0 |
| **120º:** Lat 0 Lon 0 | **125º:** Lat 0 Lon 0 | **130º:** Lat 0 Lon 0 | **135º:** Lat 0 Lon 0 | **140º:** Lat 0 Lon 0 | **145º:** Lat 0 Lon 0 | **150º:** Lat 0 Lon 0 | **155º:** Lat 0 Lon 0 | **160º:** Lat 0 Lon 0 | **165º:** Lat 0 Lon 0 | **170º:** Lat 0 Lon 0 | **175º:** Lat 0 Lon 0 |
| **180º:** Lat 0 Lon 0 | **185º:** Lat 0 Lon 0 | **190º:** Lat 0 Lon 0 | **195º:** Lat 0 Lon 0 | **200º:** Lat 0 Lon 0 | **205º:** Lat 0 Lon 0 | **210º:** Lat 0 Lon 0 | **215º:** Lat 0 Lon 0 | **220º:** Lat 0 Lon 0 | **225º:** Lat 0 Lon 0 | **230º:** Lat 0 Lon 0 | **235º:** Lat 0 Lon 0 |
| **240º:** Lat 0 Lon 0 | **245º:** Lat 0 Lon 0 | **250º:** Lat 0 Lon 0 | **255º:** Lat 0 Lon 0 | **260º:** Lat 0 Lon 0 | **265º:** Lat 0 Lon 0 | **270º:** Lat 0 Lon 0 | **275º:** Lat 0 Lon 0 | **280º:** Lat 0 Lon 0 | **285º:** Lat 0 Lon 0 | **290º:** Lat 0 Lon 0 | **295º:** Lat 0 Lon 0 |
| **300º:** Lat 0 Lon 0 | **305º:** Lat 0 Lon 0 | **310º:** Lat 0 Lon 0 | **315º:** Lat 0 Lon 0 | **320º:** Lat 0 Lon 0 | **325º:** Lat 0 Lon 0 | **330º:** Lat 0 Lon 0 | **335º:** Lat 0 Lon 0 | **340º:** Lat 0 Lon 0 | **345º:** Lat 0 Lon 0 | **350º:** Lat 0 Lon 0 | **355º:** Lat 0 Lon 0 |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 0 | **5º:** 0 | **10º:** 0 | **15º:** 0 | **20º:** 0 | **25º:** 0 | **30º:** 0 | **35º:** 0 | **40º:** 0 | **45º:** 0 | **50º:** 0 | **55º:** 0 |
| **60º:** 0 | **65º:** 0 | **70º:** 0 | **75º:** 0 | **80º:** 0 | **85º:** 0 | **90º:** 0 | **95º:** 0 | **100º:** 0 | **105º:** 0 | **110º:** 0 | **115º:** 0 |
| **120º:** 0 | **125º:** 0 | **130º:** 0 | **135º:** 0 | **140º:** 0 | **145º:** 0 | **150º:** 0 | **155º:** 0 | **160º:** 0 | **165º:** 0 | **170º:** 0 | **175º:** 0 |
| **180º:** 0 | **185º:** 0 | **190º:** 0 | **195º:** 0 | **200º:** 0 | **205º:** 0 | **210º:** 0 | **215º:** 0 | **220º:** 0 | **225º:** 0 | **230º:** 0 | **235º:** 0 |
| **240º:** 0 | **245º:** 0 | **250º:** 0 | **255º:** 0 | **260º:** 0 | **265º:** 0 | **270º:** 0 | **275º:** 0 | **280º:** 0 | **285º:** 0 | **290º:** 0 | **295º:** 0 |
| **300º:** 0 | **305º:** 0 | **310º:** 0 | **315º:** 0 | **320º:** 0 | **325º:** 0 | **330º:** 0 | **335º:** 0 | **340º:** 0 | **345º:** 0 | **350º:** 0 | **355º:** 0 |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** º | **Orientação NV:** º | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 157931975 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 01250.025886/2017-71 | 18178 | Portaria | MC | 28/05/2025 | 16/06/2025 | Renovação | Jurídico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 64436/2025/MCOM

Ao Senhor
**Ênio Soares Dias**
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (12631024)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 7835/2025 (12597161), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 367/2025 (12631024), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Agente Administrativo**, em 16/06/2025, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12670186** e o código CRC **E6031FE4**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12670186

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

EM nº 00337/2025 MCOM

Brasília, 17 de Junho de 2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 01250.025886/2017-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7.835/2025/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 18.178, de 28 de maio de 2025, publicada em 16/06/2025, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), nos termos da Portaria nº 599, datada em 4 de julho de 1977, publicada em 6 de julho de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Frederico de Siqueira Filho***

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 20333/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.025886/2017-71**.

Senhor Secretário,

Em conformidade com o disposto no art. 72, do Decreto nº 12.002, de 22.04.2024, encaminho a Vossa Senhoria o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro

Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/06/2025, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12674902** e o código CRC **B3BEB0C6**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12674902

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL

BOA TARDE
Riciele Milani

Sistemas Interativos

Menu Principal

SRD »» Relatórios »» *Outorga* | internet teia | menu ajuda

# Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

**UF: SP** **Município: São Carlos**

| Entidade | Município | Data Outorga | Validade |
|---|---|---|---|
| FUNDACAO DE APOIO INST AO DESENV CIENT E TECNOLOGICO | São Carlos | 05/10/2006 | 05/10/2016 |
| FUNDACAO THEODORETO SOUTO | São Carlos | 29/09/1986 | 29/09/1996 |
| INTERSOM EMISSORAS DE FREQUENCIA MODULADA LTDA | São Carlos | 17/06/2010 | 17/06/2020 |
| NATUREZA COMUNICACOES LTDA -ME | São Carlos | | |
| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | São Carlos | 06/07/2007 | 06/07/2017 |

**Usuário:** riciele.mc - Riciele Milani **Data:** 05/05/2017 **Hora:** 15:27:40

**Registro 1 até 5 de 5 registros** **Página: [1]** **[Ir]** **[Reg]**

Tela Inicial | Imprimir | Exportar Excel

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiofusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga

# DESPACHO

**Processo nº 01250.025886/2017-71**

1. A fim de dar prosseguimento a análise do processo em referência, de ordem da Coordenadora, devolvo os autos ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS, para que verifique se há pedido da Rádio Progresso de São Carlos Ltda, referente ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos, estado de São Paulo, referente à Renovação de Outorga para o período 06.07.2017 a 06.07.2027.

2. Solicito, caso seja localizado o pedido mencionado no item 1, seja este apensado ao presente processo.

3. Em caso de não localização do pedido mencionado no item 1, seja tal fato certificado nos autos, de forma a viabilizar o prosseguimento da análise.

4. Após, retornem os autos para a Coordenação de Renovação de Outorga - COROR, para o prosseguimento da análise.

Documento assinado eletronicamente por **Riciele Milani**, **Chefe de Serviço**, em 05/05/2017, às 15:37, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **1856637** e o código CRC **36C362E7**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Despacho 1856637 SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 2

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação de Documentação e Informação

Protocolo n°: 01250.025886/2017-71

Certifico e dou fé que até a presente data não foram localizados neste setor novos processos ou novos pedidos da Entidade aptos a serem relacionados, conforme solicitado.

Devolvo o processo para análise.

Em 09/05/2017

Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto**, **Técnico de Nível Superior**, em 09/05/2017, às 09:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **1862247** e o código CRC **FAE20B3B**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Despacho 1862247 SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 3

**MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 20242/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA
Avenida Dr. Carlos Botelho, nº 2140, 2º andar - Centro
13.560 - 250 São Carlos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Edição da Lei nº 13.424/2017. Necessidade de apresentação de pedido. Processo nº 01250.025886/2017-71.**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o, cordialmente, informo que em razão da edição da Lei n.º 13.424, de 28 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 29 de março de 2017, as Entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações durante os 12 (doze) meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

> **ATENÇÃO!!!** Para aquelas entidades cujas concessões ou permissões se encontrem vencidas e que não tenham apresentado seus pedidos de renovação até esta data, poderão fazê-lo no prazo de 90 (noventa dias), contado da data de publicação da referida lei.

2. Desta forma, caso a permissionária/concessionária tenha interesse em renovar sua outorga, deverá, para tanto, encaminhar requerimento devidamente preenchido, firmado por representante legal, acompanhado dos documentos relacionados no modelo anexo.

3. Por fim, informa-se que não será conhecido nenhum pedido realizado fora do modelo de requerimento anexado a este ofício.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 17/05/2017, às 10:59, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **1864120** e o código CRC **08C143B6**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 20242/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.025886/2017-71 - Nº SEI: 1864120

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## RENOVAÇÃO DE OUTORGA

### IDENTIFICAÇÃO

Nome da pessoa jurídica: _____inscrita no CNPJ nº:_____,
com sede no endereço:_____CEP nº:_____,
por seu representante legal, _____
inscrito no CPF nº:_____, com endereço eletrônico (*e-mail*): _____, vem solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, para a execução do serviço de _____, na localidade de _____, no estado _____, relativo ao período de _____a_____.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) a Entidade não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão ou permissão que será renovada.

(b) a Entidade não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga.

(c) a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço.

(d) somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;

(e) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (lei da ficha limpa);

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, eu, _____,
representante legal da entidade acima qualificada, firmo este requerimento.

_____

Assinatura do representante legal

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**DOCUMENTOS NECESSÁRIOS**

Além deste requerimento e declarações acima transcritas, os seguintes documentos são necessários para a renovação:

- RELATIVOS À ENTIDADE:

a) certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);

b) certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);

c) comprovante de regularidade com o FISTEL;

d) prova de regularidade relativa ao INSS;

e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

f) certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;

g) provas de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;

h) provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;

i) certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;

j) certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);

k) certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;

l) laudos de vistoria técnica e de ensaio dos transmissores, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão

(OBS: o modelo do laudo de vistoria técnica encontra-se disponível no seguinte endereço: http://www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga)

- RELATIVOS AOS SÓCIOS E DIRETORES:

a) prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.

**ATENÇÃO!!!:** Para efeito dos documentos pertinentes os sócios e diretores, estes serão exigidos daqueles já aprovados/conhecidos por esta Pasta. Assim, caso esteja em trâmite na Secretaria de Radiodifusão - SERAD processo administrativo da Entidade, que trate de alteração contratual, prevendo a modificação societária e/ou diretiva da empresa, a documentação pessoal dos novos sócios/diretores só será exigida no processo de renovação, após a devida aprovação da alteração contratual.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

OF: 20242/2017/SEI-MCTIC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
RADIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA
AV. Dr, CARLOS BOTELLHO, Nº 2140, 2º ANDAR - CENTRO
CEP: 13560-250 SÃO CARLOS/SP
PROC:.01250.025886/2017-71
RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Correios
REGISTRADO URGENTE
REGISTERED PRIORITY
AR ☐ MP ☐ PESO / WEIGHT (kg)
JR 43549754 7 BR

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Correios Brasil

**AVISO DE RECEBIMENTO** *AVIS CN07* **AR**

JR 43549754 7 BR

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DEPÔT*

__/__/____

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DEPÔT*

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

| | | |
|---|---|---|
| __/__/____ : h | __/__/____ : h | __/__/____ : h |

( ETIQUETA OU CARIMBO MP )

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônic
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-0
70044-900 - Brasília-DF

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

CIDADE / *LOCALITÉ* | UF | BRASIL BRÉSIL

_____-___

**REMETENTE:**

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Outros (origem externa) AR JR 43549754 7 BR (1903825) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

# AR

## DESTINATÁRIO DO OBJETO / *DESTINATAIRE*

**OF: 20242/2017/SEI-MCTIC**
**AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA**
**RADIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA**
**AV. Dr, CARLOS BOTELLHO, Nº 2140, 2º ANDAR - CENTRO**
**CEP: 13560-250 SÃO CARLOS/SP**
**PROC:.01250.025886/2017-71**
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

*IATAIRE*

UF | PAÍS / *PAYS*

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / *DISCRIMINACION*

NATUREZA DO ENVIO / *NATURE DE L'ENVOI*
- ☐ PRIORITÁRIA / *PRIORITAIRE*
- ☐ EMS
- ☐ SEGURADO / *VALEUR DÉCLARÉ*

ASSINATURA DO RECEBEDOR / *SIGNATURE DU RÉCEPTEUR*: Antonio Gilvani Jose monteiro

DATA DE RECEBIMENTO / *DATE DE LIVRATION*: 29/05/17

CARIMBO DE ENTREGA / UNIDADE DE DESTINO / *BUREAU DE DESTINATION*: CDD SÃO CARLOS 29 MAI 2017 SÃO CARLOS-DR/SP1

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / *NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR*

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO / *SIGNATURE DE L'AGENT*: EDMUNDO FERREIRA DE JESUS Agente de Correios Matr. 88930459 SÃO CARLOS

**ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / *ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS***

75240203-0 FC0463 / 16 114 x 186 mm

Outros (origem externa) AR - Recebido - 20242 - 2017 (1937199) - SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 10

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Correios Brasil

**AVISO DE RECEBIMENTO** / *AVIS CN07* — **AR**

JR 43549754 7 BR

DATA DE POSTAGEM / *DATE DE DEPÔT*

__/__/__

25 MAI 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / *BUREAU DE DEPOT*

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / *TENTATIVES DE LIVRAISON*

| | | |
|---|---|---|
| __/__/__ : h | __/__/__ : h | __/__/__ : h |

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *RETOUR*

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / *NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR*

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônic
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / *ADRESSE*

70044-900 - Brasília-DF

CIDADE / *LOCALITÉ*

UF

BRASIL
BRÉSIL

_____-___

Outros (origem externa) AR - Recebido - 20242 - 2017 (19371199)

SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 11

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **59.600.817/0001-43**<br>**MATRIZ** | | **25/08/1966** |

| NOME EMPRESARIAL |
|---|
| **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA** |

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| ******** | **DEMAIS** |

| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL |
|---|
| **60.10-1-00 - Atividades de rádio** |

| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS |
|---|
| **Não informada** |

| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA |
|---|
| **206-2 - Sociedade Empresária Limitada** |

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **AV DR. CARLOS BOTELHO** | **2140** | **ANDAR 2** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **13.560-250** | **CENTRO** | **SAO CARLOS** | **SP** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **demetrio@clube.com.br** | **(16) 3371-3944/ (16) 2106-4356** |

| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) |
|---|
| ***** |

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **27/07/2002** |

| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|
| |

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/11/2021** às **18:57:36** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONSULTAR QSA VOLTAR IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente pela Câmara dos Deputados em 12/11/2021 às 18:57:36 - 0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Passo a passo para o CNPJ Consultas CNPJ Estatísticas Parceiros Serviços CNPJ

Certidão obtida via internet (85150006) SEI 01250.023886/2017-71 / pg. 12

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**
**CNPJ: 59.600.817/0001-43**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 18:58:37 do dia 12/11/2021 <hora e data de Brasília>.
Válida até 11/05/2022.
Código de controle da certidão: **642F.F238.625D.797C**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Certidão obtida via Internet (83150006) SEI 01250.023886/2017-71 / pg. 13

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 59.600.817/0001-43
**Razão Social:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA
**Endereço:** AV SAO CARLOS 1799 / CENTRO / SAO CARLOS / SP / 13560-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**31/10/2021 a 29/11/2021

**Certificação Número:** 2021103100573866513406

Informação obtida em 12/11/2021 18:59:28

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Certidão obtida via Internet (83150006) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 14

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 59.600.817/0001-43
Certidão nº: 53433566/2021
Expedição: 12/11/2021, às 19:00:23
Validade: 10/05/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS),** inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.600.817/0001-43, NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Certidão obtida via internet (85150006) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 15

# Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

## Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 59.600.817/0001-43

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

| | |
|---|---|
| Certidão nº | 21110178032-99 |
| Data e hora da emissão | 12/11/2021 19:02:49 |
| Validade | 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição. |

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Certidão obtida via Internet (85150006) SEI 012300.023886/2017-71 / pg. 16

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | | |
| **Nome Fantasia:** | | | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br | |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | | **Número do Fistel:** 02008031152 | |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | | **Tipo Taxa:** Integral | |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | |
| **Carater:** Primário | | **Local específico:** | |
| **Rede:** | | **Categoria da Estação:** Principal | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | | | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | | **Complemento:** - 2º Andar |
| **Bairro:** Centro | | **Numero:** 2.140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | | **Complemento:** |
| **Bairro:** | | **Numero:** |
| **Município:** | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

| Informações Gerais |
|---|

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Relatório de Canal Mosaico (6514968) SEI 01230.023886/2017-71 / pg. 17

| | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22°0'42" S | **Longitude:** 47°53'22" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 ° | **Orientação NV:** 0 ° | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0°:** 14.02 | **5°:** 13.47 | **10°:** 12.8 | **15°:** 12.22 | **20°:** 11.6 | **25°:** 10.9 | **30°:** 10.14 | **35°:** 9.36 | **40°:** 8.5 | **45°:** 7.46 | **50°:** 6.34 | **55°:** 5.19 |
| **60°:** 4.05 | **65°:** 2.97 | **70°:** 2.01 | **75°:** 1.29 | **80°:** 0.74 | **85°:** 0.34 | **90°:** 0.09 | **95°:** 0.02 | **100°:** 0.1 | **105°:** 0.35 | **110°:** 0.73 | **115°:** 1.19 |
| **120°:** 1.71 | **125°:** 2.26 | **130°:** 2.85 | **135°:** 3.5 | **140°:** 4.15 | **145°:** 4.76 | **150°:** 5.32 | **155°:** 5.77 | **160°:** 6.23 | **165°:** 6.81 | **170°:** 7.41 | **175°:** 7.93 |
| **180°:** 8.45 | **185°:** 9.03 | **190°:** 9.63 | **195°:** 10.24 | **200°:** 10.84 | **205°:** 11.37 | **210°:** 11.9 | **215°:** 12.56 | **220°:** 13.19 | **225°:** 13.63 | **230°:** 13.98 | **235°:** 14.31 |
| **240°:** 14.56 | **245°:** 14.72 | **250°:** 14.75 | **255°:** 14.61 | **260°:** 14.33 | **265°:** 13.89 | **270°:** 13.39 | **275°:** 12.94 | **280°:** 12.54 | **285°:** 12.24 | **290°:** 12.01 | **295°:** 11.8 |
| **300°:** 11.7 | **305°:** 11.83 | **310°:** 12.04 | **315°:** 12.22 | **320°:** 12.43 | **325°:** 12.68 | **330°:** 12.96 | **335°:** 13.29 | **340°:** 13.64 | **345°:** 14.05 | **350°:** 14.33 | **355°:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0°:** Lat - Lon - | **5°:** Lat - Lon - | **10°:** Lat - Lon - | **15°:** Lat - Lon - | **20°:** Lat - Lon - | **25°:** Lat - Lon - | **30°:** Lat - Lon - | **35°:** Lat - Lon - | **40°:** Lat - Lon - | **45°:** Lat - Lon - | **50°:** Lat - Lon - | **55°:** Lat - Lon - |
| **60°:** Lat - Lon - | **65°:** Lat - Lon - | **70°:** Lat - Lon - | **75°:** Lat - Lon - | **80°:** Lat - Lon - | **85°:** Lat - Lon - | **90°:** Lat - Lon - | **95°:** Lat - Lon - | **100°:** Lat - Lon - | **105°:** Lat - Lon - | **110°:** Lat - Lon - | **115°:** Lat - Lon - |
| **120°:** Lat - Lon - | **125°:** Lat - Lon - | **130°:** Lat - Lon - | **135°:** Lat - Lon - | **140°:** Lat - Lon - | **145°:** Lat - Lon - | **150°:** Lat - Lon - | **155°:** Lat - Lon - | **160°:** Lat - Lon - | **165°:** Lat - Lon - | **170°:** Lat - Lon - | **175°:** Lat - Lon - |
| **180°:** Lat - Lon - | **185°:** Lat - Lon - | **190°:** Lat - Lon - | **195°:** Lat - Lon - | **200°:** Lat - Lon - | **205°:** Lat - Lon - | **210°:** Lat - Lon - | **215°:** Lat - Lon - | **220°:** Lat - Lon - | **225°:** Lat - Lon - | **230°:** Lat - Lon - | **235°:** Lat - Lon - |
| **240°:** Lat - Lon - | **245°:** Lat - Lon - | **250°:** Lat - Lon - | **255°:** Lat - Lon - | **260°:** Lat - Lon - | **265°:** Lat - Lon - | **270°:** Lat - Lon - | **275°:** Lat - Lon - | **280°:** Lat - Lon - | **285°:** Lat - Lon - | **290°:** Lat - Lon - | **295°:** Lat - Lon - |
| **300°:** Lat - Lon - | **305°:** Lat - Lon - | **310°:** Lat - Lon - | **315°:** Lat - Lon - | **320°:** Lat - Lon - | **325°:** Lat - Lon - | **330°:** Lat - Lon - | **335°:** Lat - Lon - | **340°:** Lat - Lon - | **345°:** Lat - Lon - | **350°:** Lat - Lon - | **355°:** Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0°:** | **5°:** | **10°:** | **15°:** | **20°:** | **25°:** | **30°:** | **35°:** | **40°:** | **45°:** | **50°:** | **55°:** |
| **60°:** | **65°:** | **70°:** | **75°:** | **80°:** | **85°:** | **90°:** | **95°:** | **100°:** | **105°:** | **110°:** | **115°:** |
| **120°:** | **125°:** | **130°:** | **135°:** | **140°:** | **145°:** | **150°:** | **155°:** | **160°:** | **165°:** | **170°:** | **175°:** |
| **180°:** | **185°:** | **190°:** | **195°:** | **200°:** | **205°:** | **210°:** | **215°:** | **220°:** | **225°:** | **230°:** | **235°:** |
| **240°:** | **245°:** | **250°:** | **255°:** | **260°:** | **265°:** | **270°:** | **275°:** | **280°:** | **285°:** | **290°:** | **295°:** |
| **300°:** | **305°:** | **310°:** | **315°:** | **320°:** | **325°:** | **330°:** | **335°:** | **340°:** | **345°:** | **350°:** | **355°:** |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Relatório de Canal Mosaico (8514968) SEI 01230.023886/2017-71 / pg. 18

| | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** ° | **Orientação NV:** ° | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Relatório de Canal Mosaico (8514968) SEI 01230.023886/2017-71 / pg. 19

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

**NOTA TÉCNICA Nº 17818/2021/SEI-MCOM**

**PROCESSO Nº: 01250.025886/2017-71**

**INTERESSADO: RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**

**ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL. EXIGÊNCIA.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA (FISTEL 02008031152), relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Carlos/SP, referente ao seguinte período: 06/07/2017 a 06/07/2027.

## ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o presente feito deve ser instruído em conformidade com o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e com as Leis nºs 5.785, de 23 de junho de 1972, 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, 4.117, de 27 de agosto de 1962, 6.615, de 16 de dezembro de 1978.

3. O presente processo administrativo fora instaurado de ofício pelo Poder Concedente, em razão da verificação da ausência de pedido da Entidade para renovar a outorga a ela outorgada. Esse procedimento foi realizado em atenção ao artigo 112, § 3º do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963. Devidamente notificada, a Entidade apresentou a documentação requerida conforme protocolo nº 01250.036413/2017-08.

4. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos:**

**RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

4.1. requerimento, solicitando a renovação, datado e assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

*a)* a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

*b)* nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

*c)* nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

*d)* a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal,

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

direta ou indireta;

*e)* a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

*f)* a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

*g)* a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

*h)* inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações subscritas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

4.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

4.3. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, atualizada, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

4.4. prova de regularidade perante as Fazendas estadual de débitos inscritos na Dívida Ativa e municipal da sede da pessoa jurídica, atualizadas, na forma da lei;

4.5. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (*i*) certidão de nascimento ou casamento; (*ii*) certidão de reservista; (*iii*) cédula de identidade; (*iv*) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (*v*) carteira profissional; (*vi*) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (*vii*) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

## CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º,** ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Ferreira**, **Assistente Técnico**, em 16/11/2021, às 14:05 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 16/11/2021, às 14:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **8515036** e o código CRC **30C044BD**.

**Minutas e Anexos**

Não Possui.



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

| IDENTIFICAÇÃO | | | |
|---|---|---|---|
| ***Nome da Pessoa Jurídica:*** | | | |
| ***CNPJ:*** | | ***CEP da sede:*** | |
| ***Endereço da sede:*** | | | |
| ***E-mail de contato:*** | | | |
| ***Serviço a ser renovado:*** | ( ) Radiodifusão sonora | ( ) em frequência modulada<br>( ) em ondas curtas<br>( ) em ondas médias<br>( ) em ondas tropicais | |
| | ( ) Radiodifusão de sons e imagens | | |
| ***Período da renovação:*** | | | |
| ***Localidade da renovação:*** | | ***UF:*** | |

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

## DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Requerimento Padrão (0515046) SEI 01250.025880/2017-71 / pg. 23

(a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

(b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

(c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

(d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

(e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;

(f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

(g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;

(h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

(i) inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

**_____, _____ de _____ de _____.**

_____

**Assinatura do representante legal**



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Requerimento Padrão (0515046) SEI 01250.025880/2017-71 / pg. 24

## ANEXO

| DOCUMENTOS NECESSÁRIOS | |
|---|---|
| ***RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA E AOS SÓCIOS*** | (a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;<br><br>(b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: *i)* certidão de nascimento ou casamento; *ii)* certidão de reservista; *iii)* cédula de identidade; *iv)* certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; *v)* carteira profissional; *vi)* Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou *vii)* passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.<br><br>(c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;<br><br>(d) prova de inscrição no CNPJ;<br><br>(e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;<br><br>(f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;<br><br>(g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e<br><br>(h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho. |



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Requerimento Padrão (0515046) SEI 01250.025880/2017-71 / pg. 25

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial
Processos de Renovação de Radiodifusão Comercial da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 24399/2021/MCOM

Brasília, 12 de novembro de 2021.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
**RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA (CNPJ: 59.600.817/0001-43)**
Avenida Dr. Carlos Botelho, nº 2140, 2º andar - Centro
13.560 - 250 - São Carlos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 01250.025886/2017-71**.

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 17818/2021/SEI-MCOM e do Requerimento Padrão (evento SEI nº 8515046), com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

**2. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

3. Ressalta-se que a não apresentação da documentação no prazo mencionado acarretará na declaração de perempção da outorga em questão.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Kenia da Silva Vieira**, **Coordenadora de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial**, em 16/11/2021, às 14:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 .

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **8515045** e o código CRC **39B48E16**.



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Ofício 24399 (8515045) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 27

**Data de Envio**:
16/11/2021 14:34:20

**De**:
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

**Para**:
demetrio@clube.com.br
cantarella@clube.com.br
pizaniclube@clube.com.br
contato@mouraeribeiro.adv.br
carlosdamin@terra.com.br

**Assunto**:
Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

**Mensagem**:
Assunto:
Envio de Correspondência Oficial, Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: - EDITAR - 01250.025886/2017-71

INTERESSADA: - RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos**:
Oficio_8515045.html
Requerimento_8515046_Requerimento_Padrao.pdf
Nota_Tecnica_8515036.html

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Data de Envio**:
13/12/2021 11:30:08

**De**:
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

**Para**:
cgfm@mcom.gov.br

**Assunto**:
RENOVAÇÃO DE OUTORGA

**Mensagem**:
Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Seg, 13/12/2021 12:36

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informo que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, que:

- tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de revogação da autorização;

- trate de operação clandestina de serviço de radiodifusão; ou

- verse sobre vinculo político-partidário, religioso ou familiar.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>
**Enviado:** segunda-feira, 13 de dezembro de 2021 11:30
**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>
**Assunto:** RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Esta mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mfoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Data de Envio**:
23/12/2021 15:25:48

**De**:
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>

**Para**:
cgfm@mcom.gov.br

**Assunto**:
RENOVAÇÃO DE OUTORGA

**Mensagem**:
Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Solicito nova consulta à esta Coordenação, com o fito de complementar a resposta anteriormente recebida.

Em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

**Anexos**:
Correspondencia_Eletronica_8896944.html

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# RE: RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Marcio da Silva Barbosa <marcio.barbosa@mcom.gov.br>

Sex, 24/12/2021 12:45

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, responder ao processo nº 53900.030778/2014-70, que culminou na sanção de suspensão, que por este ato ficou convertida em multa no valor de R$ 10.054,77 (dez mil e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos), e lhe atribuiu 06 (seis) pontos, por infringência ao disposto no artigo 38, alíneas 'b' e 'e', do Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de **CASSAÇÃO** de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <corrc@mcom.gov.br>
**Enviado:** quinta-feira, 23 de dezembro de 2021 15:25
**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>
**Assunto:** RENOVAÇÃO DE OUTORGA

Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização e Monitoramento,

Solicito nova consulta à esta Coordenação, com o fito de complementar a resposta anteriormente recebida.

Em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Carlos/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

mensagem (incluindo qualquer anexo) é dirigida apenas para o uso do indivíduo ou entidade ao

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mroleg-autenticidade.assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

qual está endereçada e pode conter informações que são proprietárias, confidenciais e protegidas de divulgação. Se você não for o destinatário pretendido, e recebeu esta mensagem por engano, por favor notifique o remetente imediatamente, e destrua este e-mail.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mfoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



E-mail Resposta CGPM (8967443) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 33

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL de 06 / 07 / 1977 Página N.º 8508

Encarregado da Revisão

SEAD - RAD SETOR DE REGISTROS

PORTARIA N.º 599 DE 04 DE 07 DE 1977

DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 15.793/75 (Edital nº 99/75),

R E S O L V E :

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, utilizando o canal 284, classe "A", na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acordo com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor na data de sua publicação.

ORIGINAL ASSINADO PELO MINISTRO
Euclides Quandt de Oliveira

EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA
Ministro de Estado das Comunicações

DNT/PAD/apc/ SMP/NBP
27.6.77.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Publicado no D.O.U. em
23 / 10 /2009
Seção 1 Página 77
Rubrica

PORTARIA Nº 520 , DE 7 DE AGOSTO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.009253/2007, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º , da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1.962, por dez anos, a partir de 6 de julho de 2007, a permissão outorgada à **RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**, por meio da Portaria MC nº 599, de 4 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 6 subseqüente, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
Ministro de Estado das Comunicações

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 105, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 2007, a permissão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 106, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Município de São Félix de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 107, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL E CULTURAL DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 391, de 24 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e Cultural de Comunicação para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 108, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JUNQUEIRÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Junqueirópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 109, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO CONCÓRDIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 763, de 18 de dezembro de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de junho de 2001, a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 110, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIBEIRÃO CORRENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 643, de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Ribeirão Corrente para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 111, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV PLANÍCIE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de junho de 2009, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 4 de outubro de 2003, a concessão outorgada à TV Planície Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 594, de 18 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada à Rede Central de Comunicações Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 113, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO RUY BARBOSA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 371, de 19 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de fevereiro de 2006, a permissão outorgada à Rádio Ruy Barbosa FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012050400004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo Atos de Outorga (8897184) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 36

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| JOSE INACIO GENNARI PIZANI | 201.572.588-15 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 71750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 71750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 127750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 127750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:17:37

Anexo Anatel (6514887) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 37

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

**Tipo de Consulta:** CPF

**CPF:** 551.160.198-53

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| CEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 218 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

Anexo Anatel (8514887) SEI 01250.025889/2017-71 / pg. 38

0e13ed01a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?0e13ed01a3c-4157-9e33-020779d069a9

Usuári Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:21:24

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 318.087.088-57 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:21:42

Anexo Anatel (8514887)
SEI 53500.025886/2017-71 / pg. 39
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 201.572.588-15 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JOSE INACIO GENNARI PIZANI | 201.572.588-15 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 71750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 71750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 886 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 676500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 676500 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 676500 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 676500 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 676500 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

Anexo Anatel (8514887) SEI 01250.025889/2017-71 / pg. 40

0e13ed01a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_conferir.php?0e13ed01a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 360.351.328-20 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:22:00

Anexo Anatel (8514887) SEI 53500.025886/2017-71 / pg. 41

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.534.458-87 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 127750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 127750 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 886 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

Anexo Anatel (8514887) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 42

0e13edc01a8c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sei.anatel.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_documento_consulta_externa.php?0e13edc01a8c-4157-9e33-020779d069a9

Usuári Carla Fabiane da Costa Ferreira Data: 12/11/2021 Hora: 18:22:09

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 273.286.258-48 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:22:19

Anexo Anatel (8514887)
SEI 53500.025886/2017-71 / pg. 43
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 254.134.838-05 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 28000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OM | Regional | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:22:30

Anexo Anatel (8514887)
SEI 53500.025886/2017-71 / pg. 44
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

| UF: | SP | Município: | São Carlos |
|---|---|---|---|

| Entidade | Município | Data Outorga | Validade |
|---|---|---|---|
| CENTRAL SAO CARLOS DE COMUNICACAO LTDA | São Carlos | | |
| FUNDACAO DE APOIO INST AO DESENV CIENT E TECNOLOGICO | São Carlos | 05/10/2006 | 05/10/2016 |
| FUNDACAO THEODORETO SOUTO | São Carlos | 29/09/1986 | 29/09/1996 |
| INTERSOM EMISSORAS DE FREQUENCIA MODULADA LTDA | São Carlos | | |
| NATUREZA COMUNICACOES LTDA -ME | São Carlos | | |
| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | São Carlos | 06/07/2007 | 06/07/2017 |
| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | São Carlos | 01/05/2004 | |
| RADIO SAO CARLOS LTDA.ME | São Carlos | | |

**Usuário:** carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira **Data:** 12/11/2021 **Hora:** 18:20:31

**Registro 1 até 8 de 8 registros** **Página: [1]** **[Ir]** **[Reg]**

Tela Inicial | Imprimir | Exportar Excel

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo Anatel (8514887) SEI 01250.025080/2017-71 / pg. 45

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

**CNPJ:** **59.600.817/0001-43**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 18:23:53 do dia 12/11/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/12/2021.

Certidão expedida gratuitamente.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Imprimir Voltar
Anexo Anatel (8514887) SEI 53500.023580/2017-71 / pg. 46

Mosaico

# Canais de Radiodifusão

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos | Download Canais

2 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Específico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude | Longitude | ERP | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data | ID Estação Principal | ID do Canal | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 59600817000: | | | | (Todos) | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Ver Estações | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 02008031152 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos | | 284 | | 104.7 | A2 | | -22.011694444444 | -47.8895555555556 | 5 | 102.7 | | 2 | 2021-03-16 15:36:49 | | 57dbac4ca8229 | Coordenadas prefixadas: 22S0042; 47W5322 |
| Ver Estações | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 50418620105 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos | | 216 | | 91.1 | B1 | | -22.01169 | -47.88956 | | 96.6 | | 1 | 2021-10-22 15:32:14 | | 5c18d2f594d62 | Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Coordenadas pré fixadas 22S |

Anexo Spectrum - E_Canais (8897192)
SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 47
Spectrum Center Inc.
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | | |
| **Nome Fantasia:** | | | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br | |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | | **Número do Fistel:** 02008031152 | |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | | **Tipo Taxa:** Integral | |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | |
| **Carater:** Primário | | **Local específico:** | |
| **Rede:** | | **Categoria da Estação:** Principal | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | | | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | | **Complemento:** - 2º Andar |
| **Bairro:** Centro | | **Numero:** 2.140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | | **Complemento:** |
| **Bairro:** | | **Numero:** |
| **Município:** | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

| Informações Gerais |
|---|

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Relatório de Canal Mosaico (6897197) SEI 01230.023886/2017-71 / pg. 48

| | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22°0'42" S | **Longitude:** 47°53'22" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 ° | **Orientação NV:** 0 ° | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0°:** 14.02 | **5°:** 13.47 | **10°:** 12.8 | **15°:** 12.22 | **20°:** 11.6 | **25°:** 10.9 | **30°:** 10.14 | **35°:** 9.36 | **40°:** 8.5 | **45°:** 7.46 | **50°:** 6.34 | **55°:** 5.19 |
| **60°:** 4.05 | **65°:** 2.97 | **70°:** 2.01 | **75°:** 1.29 | **80°:** 0.74 | **85°:** 0.34 | **90°:** 0.09 | **95°:** 0.02 | **100°:** 0.1 | **105°:** 0.35 | **110°:** 0.73 | **115°:** 1.19 |
| **120°:** 1.71 | **125°:** 2.26 | **130°:** 2.85 | **135°:** 3.5 | **140°:** 4.15 | **145°:** 4.76 | **150°:** 5.32 | **155°:** 5.77 | **160°:** 6.23 | **165°:** 6.81 | **170°:** 7.41 | **175°:** 7.93 |
| **180°:** 8.45 | **185°:** 9.03 | **190°:** 9.63 | **195°:** 10.24 | **200°:** 10.84 | **205°:** 11.37 | **210°:** 11.9 | **215°:** 12.56 | **220°:** 13.19 | **225°:** 13.63 | **230°:** 13.98 | **235°:** 14.31 |
| **240°:** 14.56 | **245°:** 14.72 | **250°:** 14.75 | **255°:** 14.61 | **260°:** 14.33 | **265°:** 13.89 | **270°:** 13.39 | **275°:** 12.94 | **280°:** 12.54 | **285°:** 12.24 | **290°:** 12.01 | **295°:** 11.8 |
| **300°:** 11.7 | **305°:** 11.83 | **310°:** 12.04 | **315°:** 12.22 | **320°:** 12.43 | **325°:** 12.68 | **330°:** 12.96 | **335°:** 13.29 | **340°:** 13.64 | **345°:** 14.05 | **350°:** 14.33 | **355°:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0°:** Lat - Lon - | **5°:** Lat - Lon - | **10°:** Lat - Lon - | **15°:** Lat - Lon - | **20°:** Lat - Lon - | **25°:** Lat - Lon - | **30°:** Lat - Lon - | **35°:** Lat - Lon - | **40°:** Lat - Lon - | **45°:** Lat - Lon - | **50°:** Lat - Lon - | **55°:** Lat - Lon - |
| **60°:** Lat - Lon - | **65°:** Lat - Lon - | **70°:** Lat - Lon - | **75°:** Lat - Lon - | **80°:** Lat - Lon - | **85°:** Lat - Lon - | **90°:** Lat - Lon - | **95°:** Lat - Lon - | **100°:** Lat - Lon - | **105°:** Lat - Lon - | **110°:** Lat - Lon - | **115°:** Lat - Lon - |
| **120°:** Lat - Lon - | **125°:** Lat - Lon - | **130°:** Lat - Lon - | **135°:** Lat - Lon - | **140°:** Lat - Lon - | **145°:** Lat - Lon - | **150°:** Lat - Lon - | **155°:** Lat - Lon - | **160°:** Lat - Lon - | **165°:** Lat - Lon - | **170°:** Lat - Lon - | **175°:** Lat - Lon - |
| **180°:** Lat - Lon - | **185°:** Lat - Lon - | **190°:** Lat - Lon - | **195°:** Lat - Lon - | **200°:** Lat - Lon - | **205°:** Lat - Lon - | **210°:** Lat - Lon - | **215°:** Lat - Lon - | **220°:** Lat - Lon - | **225°:** Lat - Lon - | **230°:** Lat - Lon - | **235°:** Lat - Lon - |
| **240°:** Lat - Lon - | **245°:** Lat - Lon - | **250°:** Lat - Lon - | **255°:** Lat - Lon - | **260°:** Lat - Lon - | **265°:** Lat - Lon - | **270°:** Lat - Lon - | **275°:** Lat - Lon - | **280°:** Lat - Lon - | **285°:** Lat - Lon - | **290°:** Lat - Lon - | **295°:** Lat - Lon - |
| **300°:** Lat - Lon - | **305°:** Lat - Lon - | **310°:** Lat - Lon - | **315°:** Lat - Lon - | **320°:** Lat - Lon - | **325°:** Lat - Lon - | **330°:** Lat - Lon - | **335°:** Lat - Lon - | **340°:** Lat - Lon - | **345°:** Lat - Lon - | **350°:** Lat - Lon - | **355°:** Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0°:** | **5°:** | **10°:** | **15°:** | **20°:** | **25°:** | **30°:** | **35°:** | **40°:** | **45°:** | **50°:** | **55°:** |
| **60°:** | **65°:** | **70°:** | **75°:** | **80°:** | **85°:** | **90°:** | **95°:** | **100°:** | **105°:** | **110°:** | **115°:** |
| **120°:** | **125°:** | **130°:** | **135°:** | **140°:** | **145°:** | **150°:** | **155°:** | **160°:** | **165°:** | **170°:** | **175°:** |
| **180°:** | **185°:** | **190°:** | **195°:** | **200°:** | **205°:** | **210°:** | **215°:** | **220°:** | **225°:** | **230°:** | **235°:** |
| **240°:** | **245°:** | **250°:** | **255°:** | **260°:** | **265°:** | **270°:** | **275°:** | **280°:** | **285°:** | **290°:** | **295°:** |
| **300°:** | **305°:** | **310°:** | **315°:** | **320°:** | **325°:** | **330°:** | **335°:** | **340°:** | **345°:** | **350°:** | **355°:** |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Relatório de Canal Mosaico (8897197) SEI 01230.023886/2017-71 / pg. 49

| | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** º | **Orientação NV:** º | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

Informações do documento de Outorga

| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 9999 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

Informações do documento de Aprovação de Locais

| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

Histórico de Documentos Emitidos

| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Relatório de Canal Mosaico (8897197) SEI 01230.023886/2017-71 / pg. 50

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

**CNPJ:** **59.600.817/0001-43**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:16:44 do dia 13/12/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 12/01/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Imprimir Voltar

Certidão obtida via Internet Fls. 51 Proc. 53500.025886/2017-71 / pg. 51

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

| NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | CNPJ |
|---|---|---|---|---|
| **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA** | | | | **59600817000143** |
| Nº DA ESTAÇÃO | SERVIÇO | NAT. SERV. | LATITUDE | LONGITUDE |
| **7806027** | **230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada** | | **22° 00' 42.10" S** | **47° 53' 22.40" W** |

| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO | DISTRITO | |
|---|---|---|
| **RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO, nº 2140.** | | |
| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF |
| **CENTRO** | **São Carlos** | **SP** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:** | 06/07/2027 | | |
| **LOCALIDADE PLANO BASICO:** | | | |
| **MUNICIPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **LOCALIDADE:** | | | |
| **FREQUENCIA:** | 104.7 MHz | **CANAL:** | 284 |
| **CLASSE:** | A2 | **COTA BASE DA TORRE:** | 872.00 |
| **INDICATIVO DA ESTAÇÃO:** | ZYD838 | | |
| **NOME FANTASIA:** | | **NUMPROCESSO:** | |
| **CIDADE DA OUTORGA:** | São Carlos | | |
| **ESTUDIO PRINCIPAL** | | | |
| **ENDEREÇO:** | RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | **BAIRRO:** | CENTRO |
| **MUNICÍPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **NUMERO:** | 2140 | **COMPLEMENTO:** | 2° ANDAR |
| **ESTUDIO AUXILIAR** | | | |
| **ENDEREÇO:** | | **BAIRRO:** | |
| **MUNICÍPIO:** | | **UF:** | |
| **NUMERO:** | | **COMPLEMENTO:** | |
| **CATEGORIA DA ESTAÇÃO:** | Principal | | |
| **TIPO:** | Diretivo | | |
| **TRANSMISSOR PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | GatesAir Inc. | **MODELO:** | FAX 10K |
| **CÓDIGO:** | 017791201684 | **POTÊNCIA:** | 10.5 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **MODELO:** | FM 2500 |
| **CÓDIGO:** | 002850402252 | **POTÊNCIA:** | 2.500 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR 2** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **CÓDIGO:** | | **POTÊNCIA:** | kW |
| **ANTENA PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | **MODELO:** | 903CP-9C |
| **POLARIZAÇÃO:** | Circular | **GANHO:** | 7.93 |
| **DESCRIÇÃO:** | CONJUNTO DE NOVE PAINÉIS DE P | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | 0 graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | 102.7 m | **BEAM TILT:** | 0 graus |
| **ANTENA AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **POLARIZAÇÃO:** | | **GANHO:** | |
| **DESCRIÇÃO:** | | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | m | **BEAM TILT:** | graus |
| **LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RADIO FREQUENCY SYSTEMS | **MODELO:** | LCF 1 5/8-50JA |
| **LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| RDS | | | |
| **Código PI:** | | | |

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 12/11/2021 19:38:49

| | Emitido Em | Esta licença pode ser validada em |
|---|---|---|
| | 18/02/2021 | https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIxNjAyZThhZjJlMjQzMw== |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Licença (8514904) SEI 01250.025886/2019-71 / pg. 52
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Canais de Radiodifusão

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos | Download Canais

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Específico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | Latitude | Longitude | ERP | HCI | Fistel Geradora | Fase | Data | ID Estação Principal | ID do Canal | Observações |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | 59600817000 | | | | (Todos) | | | | | | 284 | | | | | | | | | | | | | | |
| Ver Estações | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 02008031152 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos | | 284 | | 104.7 | A2 | | -22.011694444444 | -47.889555555556 | 5 | 102.7 | | 2 | 2021-03-16 15:36:49 | | 57dbac4ca8229 | Coordenadas prefixadas: 22S0042; 47W5322 |

Licença (8514964) — SEI 0125025886/2017-71 / pg. 53

Spectrum Center Inc.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Estações

Estações ✔ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Visualizar em PDF | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 02008031152 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | |
| **Nome Fantasia:** | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | **Número do Fistel:** 02008031152 |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | **Tipo Taxa:** Integral |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| **Carater:** Primário | **Local específico:** |
| **Rede:** | **Categoria da Estação:** Principal |
| **Val. RF:** 06/07/2027 | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | | **Complemento:** - 2º Andar |
| **Bairro:** Centro | | **Numero:** 2.140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | | **Complemento:** |
| **Bairro:** | | **Numero:** |
| **Município:** - | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi gerado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo ANATEL (11190483) SEI 01250.025686/2017-71 / pg. 55

| Informações Gerais | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22° 00' 42.10" S | **Longitude:** 47° 53' 22.40" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 º | **Orientação NV:** 0 º | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 14.02 | **5º:** 13.47 | **10º:** 12.8 | **15º:** 12.22 | **20º:** 11.6 | **25º:** 10.9 | **30º:** 10.14 | **35º:** 9.36 | **40º:** 8.5 | **45º:** 7.46 | **50º:** 6.34 | **55º:** 5.19 |
| **60º:** 4.05 | **65º:** 2.97 | **70º:** 2.01 | **75º:** 1.29 | **80º:** 0.74 | **85º:** 0.34 | **90º:** 0.09 | **95º:** 0.02 | **100º:** 0.1 | **105º:** 0.35 | **110º:** 0.73 | **115º:** 1.19 |
| **120º:** 1.71 | **125º:** 2.26 | **130º:** 2.85 | **135º:** 3.5 | **140º:** 4.15 | **145º:** 4.76 | **150º:** 5.32 | **155º:** 5.77 | **160º:** 6.23 | **165º:** 6.81 | **170º:** 7.41 | **175º:** 7.93 |
| **180º:** 8.45 | **185º:** 9.03 | **190º:** 9.63 | **195º:** 10.24 | **200º:** 10.84 | **205º:** 11.37 | **210º:** 11.9 | **215º:** 12.56 | **220º:** 13.19 | **225º:** 13.63 | **230º:** 13.98 | **235º:** 14.31 |
| **240º:** 14.56 | **245º:** 14.72 | **250º:** 14.75 | **255º:** 14.61 | **260º:** 14.33 | **265º:** 13.89 | **270º:** 13.39 | **275º:** 12.94 | **280º:** 12.54 | **285º:** 12.24 | **290º:** 12.01 | **295º:** 11.8 |
| **300º:** 11.7 | **305º:** 11.83 | **310º:** 12.04 | **315º:** 12.22 | **320º:** 12.43 | **325º:** 12.68 | **330º:** 12.96 | **335º:** 13.29 | **340º:** 13.64 | **345º:** 14.05 | **350º:** 14.33 | **355º:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** Lat - Lon - | **5º:** Lat - Lon - | **10º:** Lat - Lon - | **15º:** Lat - Lon - | **20º:** Lat - Lon - | **25º:** Lat - Lon - | **30º:** Lat - Lon - | **35º:** Lat - Lon - | **40º:** Lat - Lon - | **45º:** Lat - Lon - | **50º:** Lat - Lon - | **55º:** Lat - Lon - |
| **60º:** Lat - Lon - | **65º:** Lat - Lon - | **70º:** Lat - Lon - | **75º:** Lat - Lon - | **80º:** Lat - Lon - | **85º:** Lat - Lon - | **90º:** Lat - Lon - | **95º:** Lat - Lon - | **100º:** Lat - Lon - | **105º:** Lat - Lon - | **110º:** Lat - Lon - | **115º:** Lat - Lon - |
| **120º:** Lat - Lon - | **125º:** Lat - Lon - | **130º:** Lat - Lon - | **135º:** Lat - Lon - | **140º:** Lat - Lon - | **145º:** Lat - Lon - | **150º:** Lat - Lon - | **155º:** Lat - Lon - | **160º:** Lat - Lon - | **165º:** Lat - Lon - | **170º:** Lat - Lon - | **175º:** Lat - Lon - |
| **180º:** Lat - Lon - | **185º:** Lat - Lon - | **190º:** Lat - Lon - | **195º:** Lat - Lon - | **200º:** Lat - Lon - | **205º:** Lat - Lon - | **210º:** Lat - Lon - | **215º:** Lat - Lon - | **220º:** Lat - Lon - | **225º:** Lat - Lon - | **230º:** Lat - Lon - | **235º:** Lat - Lon - |
| **240º:** Lat - Lon - | **245º:** Lat - Lon - | **250º:** Lat - Lon - | **255º:** Lat - Lon - | **260º:** Lat - Lon - | **265º:** Lat - Lon - | **270º:** Lat - Lon - | **275º:** Lat - Lon - | **280º:** Lat - Lon - | **285º:** Lat - Lon - | **290º:** Lat - Lon - | **295º:** Lat - Lon - |
| **300º:** Lat - Lon - | **305º:** Lat - Lon - | **310º:** Lat - Lon - | **315º:** Lat - Lon - | **320º:** Lat - Lon - | **325º:** Lat - Lon - | **330º:** Lat - Lon - | **335º:** Lat - Lon - | **340º:** Lat - Lon - | **345º:** Lat - Lon - | **350º:** Lat - Lon - | **355º:** Lat - Lon - |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** | **5º:** | **10º:** | **15º:** | **20º:** | **25º:** | **30º:** | **35º:** | **40º:** | **45º:** | **50º:** | **55º:** |
| **60º:** | **65º:** | **70º:** | **75º:** | **80º:** | **85º:** | **90º:** | **95º:** | **100º:** | **105º:** | **110º:** | **115º:** |
| **120º:** | **125º:** | **130º:** | **135º:** | **140º:** | **145º:** | **150º:** | **155º:** | **160º:** | **165º:** | **170º:** | **175º:** |
| **180º:** | **185º:** | **190º:** | **195º:** | **200º:** | **205º:** | **210º:** | **215º:** | **220º:** | **225º:** | **230º:** | **235º:** |
| **240º:** | **245º:** | **250º:** | **255º:** | **260º:** | **265º:** | **270º:** | **275º:** | **280º:** | **285º:** | **290º:** | **295º:** |
| **300º:** | **305º:** | **310º:** | **315º:** | **320º:** | **325º:** | **330º:** | **335º:** | **340º:** | **345º:** | **350º:** | **355º:** |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi gerado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo ANATEL (11190483) SEI 01250.025686/2017-71 / pg. 56

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** º | **Orientação NV:** º | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo ANATEL (11190483) SEI 01250.025686/2017-71 / pg. 57

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

| NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | CNPJ |
|---|---|---|---|---|
| **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA** | | | | **59600817000143** |
| Nº DA ESTAÇÃO | SERVIÇO | NAT. SERV. | LATITUDE | LONGITUDE |
| **7806027** | **230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada** | | **22° 00' 42.10" S** | **47° 53' 22.40" W** |

| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO | DISTRITO | |
|---|---|---|
| **RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO, nº 2140.** | | |
| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF |
| **CENTRO** | **São Carlos** | **SP** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:** | 06/07/2027 | | |
| **LOCALIDADE PLANO BASICO:** | | | |
| **MUNICIPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **LOCALIDADE:** | | | |
| **FREQUENCIA:** | 104.7 MHz | **CANAL:** | 284 |
| **CLASSE:** | A2 | **COTA BASE DA TORRE:** | 872.00 |
| **INDICATIVO DA ESTAÇÃO:** | ZYD838 | | |
| **NOME FANTASIA:** | | **NUMPROCESSO:** | |
| **CIDADE DA OUTORGA:** | São Carlos | | |
| **ESTUDIO PRINCIPAL** | | | |
| **ENDEREÇO:** | RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | **BAIRRO:** | CENTRO |
| **MUNICÍPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **NUMERO:** | 2140 | **COMPLEMENTO:** | 2º ANDAR |
| **ESTUDIO AUXILIAR** | | | |
| **ENDEREÇO:** | | **BAIRRO:** | |
| **MUNICÍPIO:** | - | **UF:** | |
| **NUMERO:** | | **COMPLEMENTO:** | |
| **CATEGORIA DA ESTAÇÃO:** | Principal | | |
| **TIPO:** | Diretivo | | |
| **TRANSMISSOR PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | GatesAir Inc. | **MODELO:** | FAX 10K |
| **CÓDIGO:** | 017791201684 | **POTÊNCIA:** | 10.5 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **MODELO:** | FM 2500 |
| **CÓDIGO:** | 002850402252 | **POTÊNCIA:** | 2.500 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR 2** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **CÓDIGO:** | | **POTÊNCIA:** | kW |
| **ANTENA PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | **MODELO:** | 903CP-9C |
| **POLARIZAÇÃO:** | Circular | **GANHO:** | 7.93 dBd |
| **DESCRIÇÃO:** | CONJUNTO DE NOVE PAINÉIS DE P | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | 0 graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | 102.7 m | **BEAM TILT:** | 0 graus |
| **ANTENA AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **POLARIZAÇÃO:** | | **GANHO:** | dBd |
| **DESCRIÇÃO:** | | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | m | **BEAM TILT:** | graus |
| **LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RADIO FREQUENCY SYSTEMS | **MODELO:** | LCF 1 5/8-50JA |
| **LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| RDS | | | |
| **Código PI:** | | | |

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 30/10/2023 11:45:10

| | Emitido Em 18/02/2021 | Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYIxTQ1JcQ2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIyNjMyNGJkZjcw |
|---|---|---|

Autenticado eletronicamente, após conferência com original em https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo ANATEL (11106488) SEI 01250.025080/2017-71 / pg. 58

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

**CNPJ:** **59.600.817/0001-43**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 10:54:33 do dia 30/10/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/11/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mrsleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (11190483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 59

ANATEL

**Superintendência de Administração Geral**
**Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças**
**Gerência de Arrecadação**

**Impresso por:** Tiago Ribeiro Barros **Data/Hora:** 30/10/2023 10:56:01

# Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA **Nº FISTEL:** 02008031152

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada **CNPJ/CPF:** 59600817000143

**Situação:** Ativa **Data Validade:** 06/07/2017 **CADIN:** Não

**Incide FUST:** **Data Início Operação Comercial:** **Div. Ativa:** Não **Tipo Usuário:** Integral **UF:** SP **Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** Avenida Doutor Carlos Botelho 2.140 - - 2º Andar **Bairro:** Centro

**Município:** São Carlos **CEP:** 13560-250 **UF:** SP

**End. Corresp.:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO 2140 2º ANDAR **Bairro:** CENTRO

**Município:** São Carlos **CEP:** 13560-250 **UF:** SP

**Créditos Inscritos no CADIN**

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

| Receita | Est. / Ref./ Parc. | Ano | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação | Valor Débito/Crédito (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1329 - TFF | 1 | 1990 | 31/03/1990 | 9.659,28 | 01/02/1990 | 9.659,28 | 9.659,28 | 0001 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1991 | 31/03/1991 | 13.597,02 | 08/03/1991 | 11.311,08 | 0,00 | 0002 | | |
| | | | | | 30/01/1992 | 63.986,92 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1992 | 31/03/1992 | 64.016,82 | 30/01/1992 | 52.945,01 | 226.297,66 | 0003 | | |
| | | | | | 29/01/1993 | 794.773,60 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1993 | 31/03/1993 | 794.773,61 | 29/01/1993 | 568.475,94 | 568.475,94 | 0004 | | |
| | | | | | 31/01/1994 | 10.202,31 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1994 | 31/03/1994 | 20.132,69 | 30/03/1994 | 55.056,40 | 55.056,40 | 0005 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1995 | 31/03/1995 | 107,22 | 23/03/1995 | 72,56 | 72,56 | 0006 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1996 | 31/03/1996 | 53,61 | 01/04/1996 | 148,10 | 44,42 | 0007 | Quitado | 0,00 |
| 9999 | 0 | 1996 | 01/04/1996 | 0,00 | 01/04/1996 | 103,68 | 0,00 | 0008 | Cancelado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1997 | 31/03/1997 | 107,22 | 26/03/1997 | 97,65 | 97,65 | 0009 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1997 | 22/01/1998 | 576,58 | 22/01/1998 | 525,14 | 525,14 | 0010 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 2 | 1998 | 31/03/1998 | R$ 1.300,00 | 21/08/1998 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0011 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1999 | 31/03/1999 | R$ 1.300,00 | 31/03/1999 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0012 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1999 | 07/11/1999 | R$ 619,63 | 25/10/1999 | 619,93 | 619,93 | 0013 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2000 | 31/03/2000 | R$ 1.300,00 | 31/03/2000 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0014 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2001 | 31/03/2001 | R$ 1.300,00 | 02/04/2001 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0015 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2002 | 31/03/2002 | R$ 1.300,00 | 01/04/2002 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0016 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2003 | 31/03/2003 | R$ 1.300,00 | 31/03/2003 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0017 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2004 | 31/03/2004 | R$ 1.300,00 | 30/03/2004 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0018 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2005 | 31/03/2005 | R$ 1.300,00 | 31/03/2005 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0019 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2006 | 31/03/2006 | R$ 1.300,00 | 30/03/2006 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0020 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2007 | 31/03/2007 | R$ 1.300,00 | 02/04/2007 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0021 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2008 | 31/03/2008 | R$ 1.300,00 | 31/03/2008 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0023 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2009 | 31/03/2009 | R$ 1.170,00 | 31/03/2009 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0024 | Quitado | 0,00 |
| [illegible]FRP | 1 | 2009 | 31/05/2009 | R$ 130,00 | 01/06/2009 | 130,00 | 130,00 | 0026 | Quitado | 0,00 |
| [illegible]FF | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 1.170,00 | 29/03/2010 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0027 | Quitado | 0,00 |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mnoleg-autenticidade-assinatura.cloud.anatel.gov.br/sigec/ConsultasGerais/ExtratoLancamentos/tela.asp?hdnImprimir=true
Anexo ANATEL (11190483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 60

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 4200 - CFRP | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 130,00 | 29/03/2010 | 130,00 | 130,00 | 0028 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 1.170,00 | 31/03/2011 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0029 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 130,00 | 31/03/2011 | 130,00 | 130,00 | 0030 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 858,00 | 30/03/2012 | 858,00 | 858,00 | 0031 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 130,00 | 30/03/2012 | 130,00 | 130,00 | 0032 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 858,00 | 27/03/2013 | 858,00 | 858,00 | 0033 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 130,00 | 27/03/2013 | 130,00 | 130,00 | 0034 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 858,00 | 25/03/2014 | 858,00 | 858,00 | 0035 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 130,00 | 25/03/2014 | 130,00 | 130,00 | 0036 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 858,00 | 30/03/2015 | 858,00 | 858,00 | 0037 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 130,00 | 30/03/2015 | 130,00 | 130,00 | 0038 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 858,00 | 28/03/2016 | 858,00 | 858,00 | 0039 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 130,00 | 28/03/2016 | 130,00 | 130,00 | 0040 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2016 | 01/04/2016 | R$ 2.600,00 | 18/03/2016 | 2.600,00 | 2.600,00 | 0041 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 858,00 | 28/03/2017 | 858,00 | 858,00 | 0042 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 130,00 | 28/03/2017 | 130,00 | 130,00 | 0043 | Quitado | 0,00 |
| 7241 - PPDUR | 0 | 2017 | 30/05/2017 | R$ 200,00 | 27/04/2017 | 200,00 | 200,00 | 0044 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 1.518,00 | 26/03/2018 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0045 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 230,00 | 26/03/2018 | 230,00 | 230,00 | 0046 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 1.518,00 | 28/03/2019 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0047 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 230,00 | 28/03/2019 | 230,00 | 230,00 | 0048 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 1.518,00 | 25/03/2020 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0051 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 230,00 | 25/03/2020 | 230,00 | 230,00 | 0052 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2021 | 15/02/2021 | R$ 4.600,00 | 12/02/2021 | 4.600,00 | 4.600,00 | 0053 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 1.518,00 | 24/03/2021 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0054 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 230,00 | 24/03/2021 | 230,00 | 230,00 | 0055 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 1.518,00 | 30/03/2022 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0056 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 230,00 | 29/03/2022 | 230,00 | 230,00 | 0057 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 1.518,00 | 22/03/2023 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0058 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 230,00 | 22/03/2023 | 230,00 | 230,00 | 0059 | Quitado | 0,00 |

**Total devido em 30/10/2023 (em reais):** 0,00

**Total de créditos em 30/10/2023 (em reais):** 0,00

**Legenda do Campo Situação**

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mreleg-autenticidade-assinatura.cloud.anatel.gov.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (11190483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 61

**Detalhes da Receita:**

**Sigla:** FLO

**Valor base:**

**Receita notificável:** Sim

**Vinculada a existência de habilitação:** Não

**Impresso por:** Tiago Ribeiro Barros **Data/Hora:** 25/08/2023 10:42:26

cia de Administração Geral
de Planejamento Orçamento e Finanças
recadação

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita |
|---|---|---|
| 1329 | 9999 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento |
| 1330 | 9998 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas |
| 1331 | 9931 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite |
| 1332 | 9332 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite |
| 1550 | 9550 | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações |
| 1551 | 9551 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP |
| 1552 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro |
| 1555 | 9555 | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados |
| 1560 | 9560 | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação |
| 1660 | 9660 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão |
| 1661 | 9661 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária |
| 1666 | 9666 | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC |
| 1770 | 9905 | Multa Contratual - Termo Autorização |
| 1777 | 9177 | Multa Contratual - Não Outorgados |
| 1780 | 9780 | Multa por Infração ao CDC |
| 1810 | 9810 | Descumprimento do PGMQ |
| 1820 | 9820 | Descumprimento da Regulação de Interconexão |
| 1830 | 9830 | Descumprimento da Regulação de Numeração |
| 1840 | 9840 | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade |
| 1850 | 9850 | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite |
| 1851 | 9851 | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite |
| 1852 | 9852 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite |
| 1853 | 9853 | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura |
| 1854 | 9854 | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar |
| 1855 | 9855 | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU |
| 1856 | 9856 | Multa Decorrente das Obrigações do FUST |
| 1857 | 9857 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC |
| 1858 | 9858 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais |
| 1859 | 9859 | Multa por Prejuízo à Competição |
| 1880 | 9880 | Monitoramento do STFC |
| 1881 | 9881 | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas |
| 1885 | 9885 | Multa por Tarifação Incorreta |
| 1886 | 9886 | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887 | 9887 | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC |
| 1889 | 9889 | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada |
| 1890 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite |
| 1891 | 9905 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência |
| 1950 | 9950 | RENDAS EVENTUAIS |
| 2018 | 9018 | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações |
| 2129 | 9129 | DIVIDA ATIVA |
| 2145 | 9145 | MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA |
| 2671 | 9333 | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro |
| 2672 | 9672 | Preço da Execução de Serviços Técnicos |
| 2680 | 9680 | Homologação de Certificação de Conformidade |
| 2682 | 9682 | Homologação de Declaração de Conformidade |
| 2684 | 9684 | Renovação de Homologação |
| 3000 | 9001 | Lançamento Complementar de Multa Moratória |
| 3001 | 9002 | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas |
| 3500 | 9500 | M U L T A / J U R O S |
| 4100 | 9111 | FUST - Declaração Espontânea |
| 4101 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4102 | 9102 | FUST - Interconexão e EILD |
| 4103 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4105 | 9105 | FUST - Multa de Ofício |
| 4200 | 9200 | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública |
| 4201 | 9201 | CFRP - Estações não Licenciadas |
| 5320 | 9320 | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais |
| 5330 | 9330 | Devolução de Salários - Exercício Corrente |
| 5331 | 9331 | Devolução de Verbas Remuneratórias |
| 5340 | 9340 | Ressarcimento Ligações Telefônicas |
| 5341 | 9341 | Serviços Administrativos |
| 5342 | 9342 | Devolução de Diárias - Exercício |
| 5343 | 9343 | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços |
| 5344 | 9344 | Diferença de Tarifa Aérea |
| | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis |
| | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | |
|---|---|---|
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante) |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A) |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Servios de Radiodifuso |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 ) |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital) |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofreqüências |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz) |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz) |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 ) |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004) |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite |
| 8801 | 9801 | Caução |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores) |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| IRACEMA ARANHA PIZANI | 606.316.518-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 35876 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sei.anatel.gov.br/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
https://mnoleg-autenticidade-assinatura.cunha.eng.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo ANATEL (11100483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 64

| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **NOME** | **CNPJ/CPF** | **ENTIDADE MC** | **CNPJ** | **CARGO** | **Qtd. Cotas** | **PART. ON** | **PART. PN** | **SERVIÇOS** | **TIPO** | **UF** | **MUNICIPIO** |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |

**Usuário:** **03951122307 - Tiago Ribeiro Barros** **Data:** **30/10/2023** **Hora:** **10:57:20**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (11100483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 65

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.160.198-53 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 218 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mnoleg-autenticidade-assinatura.canaa.reg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (11190483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 66

**Usuário:** 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros **Data:** 30/10/2023 **Hora:** 10:59:00

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (11190483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 67

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 318.087.088-57 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros **Data:** 30/10/2023 **Hora:** 11:00:24

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mnoleg-autenticidade-assinatura.canalarea.com/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo ANATEL (11100483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 68

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 606.316.518-53 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IRACEMA ARANHA PIZANI | 606.316.518-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | FM MELODY DE RIBEIRAO PRETO LTDA | 46.942.827/0001-15 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 35876 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | FM MELODY DE RIBEIRAO PRETO LTDA | 46.942.827/0001-15 | Sócio | 120150 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** **03951122307 - Tiago Ribeiro Barros** **Data:** **30/10/2023** **Hora:** **11:00:36**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mnoleg-autenticidade-assinatura.canary.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo ANATEL (11100483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 69

BOM DIA
Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 360.351.328-20 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** **03951122307 - Tiago Ribeiro Barros** **Data:** **30/10/2023** **Hora:** **11:00:52**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mnoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (11100483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 70

# Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.534.458-87 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 886 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://anatel.gov.br/siacco/_Novo_Siacco/Relatorios/ConsolidadoParticipacaoComposicao/tela.asp
https://anatel-assinatura.canary.teg/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9/
Anexo ANATEL (11190483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 71

**Usuário:** 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros **Data:** 30/10/2023 **Hora:** 11:01:07

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (11190483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 72

ANATEL

BOM DIA
Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 273.286.258-48 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros **Data:** 30/10/2023 **Hora:** 11:01:20

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mnoleg-autenticidade-assinatura.cania.ai/reg/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo ANATEL (11100483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 73

ANATEL

BOM DIA
Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 254.134.838-05 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros **Data:** 30/10/2023 **Hora:** 11:01:38

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mnoleg-autenticidade-assinatura.canaa.eg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (11100483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 74

BOM DIA
Tiago Ribeiro Barros

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

.

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** 03951122307 - Tiago Ribeiro Barros **Data:** 30/10/2023 **Hora:** 11:02:03

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mnoleg-autenticidade-assinatura.canary.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (11100483) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 75

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **59.600.817/0001-43**<br>**MATRIZ** | | **25/08/1966** |

NOME EMPRESARIAL
**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| ******** | **DEMAIS** |

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
**60.10-1-00 - Atividades de rádio**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
**Não informada**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
**206-2 - Sociedade Empresária Limitada**

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **AV DR. CARLOS BOTELHO** | **2140** | **ANDAR 2** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **13.560-250** | **CENTRO** | **SAO CARLOS** | **SP** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **demetrio@clube.com.br** | **(16) 3371-3944/ (16) 2106-4356** |

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **27/07/2002** |

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/10/2023** às **11:03:25** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo Certidões emitidas (11190490) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 76

# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

**CNPJ:** 59.600.817/0001-43
**NOME EMPRESARIAL:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA
**CAPITAL SOCIAL:** R$350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

**Nome/Nome Empresarial:** DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** TIAGO ARANHA PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** FILIPE ARANHA PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** IRACEMA ARANHA PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** RAFAEL ARANHA PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** JULIANO BORGES PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

**Nome/Nome Empresarial:** PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI
**Qualificação:** 49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **30/10/2023** às **11:03** (data e hora de Brasília).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

# Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 59.600.817/0001-43
**Razão Social:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA
**Endereço:** AV SAO CARLOS 1799 / CENTRO / SAO CARLOS / SP / 13560-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**26/10/2023 a 24/11/2023

**Certificação Número:** 2023102604160737620499

Informação obtida em 30/10/2023 11:04:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf
https://www.autenticidade-assinatura.caixa.gov.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo Certidões emitidas (11190490) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 78

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 59.600.817/0001-43
Certidão nº: 60241724/2023
Expedição: 30/10/2023, às 11:05:39
Validade: 27/04/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.600.817/0001-43**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo Certidões emitidas (11190490) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 79

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**
**CNPJ: 59.600.817/0001-43**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:01:42 do dia 12/06/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 09/12/2023.
Código de controle da certidão: **BCD1.091E.BDB7.7519**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

## Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**

CPF/CNPJ: **59.600.817/0001-43**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

***Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.***

***Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).***

***O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.***

Certidão emitida às 11:07:16 do dia 30/10/2023 , com validade até o dia 29/11/2023.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: At5zVfVQabqIL1La3fJV

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo Certidões emitidas (11190490) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 81

# Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

## Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 59.600.817/0001-43

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

| | |
|---|---|
| Certidão nº | 23100976248-49 |
| Data e hora da emissão | 30/10/2023 11:08:13 |
| Validade | 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição. |

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo Certidões emitidas (11190490) SEI 012300.025886/2017-71 / pg. 82

# PODER JUDICIÁRIO

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

***CERTIDÃO Nº: 6117682*** **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

**CERTIFICA E DÁ FÉ** que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 29/10/2023, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**, CNPJ: 59.600.817/0001-43, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 30 de outubro de 2023.

**PEDIDO N°:** 0070524577

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo Certidões emitidas (11130490) SEI 01230.025886/2017-71 / pg. 83

**Data de Envio**:
30/10/2023 12:23:59

**De**:
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para**:
cgfm@mcom.gov.br

**Assunto**:
Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem**:
Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de São Carlos/ SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 01250.025886/2017-71

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 30/10/2023 12:31

Para:COREP <corep@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à emissora RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de São Carlos/ SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.
At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>
**Enviado:** segunda-feira, 30 de outubro de 2023 12:23
**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>
**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de São Carlos/ SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mooleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **59.600.817/0001-43**<br>**MATRIZ** | | **25/08/1966** |

NOME EMPRESARIAL
**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**

| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | PORTE |
|---|---|
| ******** | **DEMAIS** |

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
**60.10-1-00 - Atividades de rádio**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
**Não informada**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
**206-2 - Sociedade Empresária Limitada**

| LOGRADOURO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| **AV DR. CARLOS BOTELHO** | **2140** | **ANDAR 2** |

| CEP | BAIRRO/DISTRITO | MUNICÍPIO | UF |
|---|---|---|---|
| **13.560-250** | **CENTRO** | **SAO CARLOS** | **SP** |

| ENDEREÇO ELETRÔNICO | TELEFONE |
|---|---|
| **demetrio@clube.com.br** | **(16) 3371-3944/ (16) 2106-4356** |

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

| SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL |
|---|---|
| **ATIVA** | **27/07/2002** |

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

| SITUAÇÃO ESPECIAL | DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL |
|---|---|
| ******** | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **04/07/2024** às **09:06:19** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo Certidões emitidas (11617331) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 86

# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

| | |
|---|---|
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |
| **NOME EMPRESARIAL:** | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA |
| **CAPITAL SOCIAL:** | R$350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | TIAGO ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | FILIPE ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | JULIANO BORGES PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | RAFAEL ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **04/07/2024** às **09:06** (data e hora de Brasília).

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 59.600.817/0001-43
**Razão Social:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA
**Endereço:** AV SAO CARLOS 1799 / CENTRO / SAO CARLOS / SP / 13560-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:**29/06/2024 a 28/07/2024

**Certificação Número:** 2024062900390434222407

Informação obtida em 04/07/2024 09:16:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 59.600.817/0001-43
Certidão nº: 46791351/2024
Expedição: 04/07/2024, às 09:02:15
Validade: 31/12/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.600.817/0001-43**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo Certidões emitidas (11017331) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 89

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**
**CNPJ: 59.600.817/0001-43**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:17:36 do dia 01/07/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 28/12/2024.
Código de controle da certidão: **FD93.1819.91CB.D442**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

## Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**

CPF/CNPJ: **59.600.817/0001-43**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

***Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.***

***Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).***

***O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.***

Certidão emitida às 09:18:12 do dia 04/07/2024 , com validade até o dia 03/08/2024.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: F6zIUVZzEx1sQLNXmeS6

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo Certidões emitidas (11017331) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 91

# Estações

Estações ✔ Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Clas |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Visualizar em PDF | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 02008031152 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos | | 284 | | 104.7 | A2 |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO



| NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | CNPJ |
|---|---|---|---|---|
| **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA** | | | | **59600817000143** |
| Nº DA ESTAÇÃO | SERVIÇO | NAT. SERV. | LATITUDE | LONGITUDE |
| **7806027** | **230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada** | | **22° 00' 42.10" S** | **47° 53' 22.40" W** |

| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO | DISTRITO | |
|---|---|---|
| **RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO, nº 2140.** | | |
| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF |
| **CENTRO** | **São Carlos** | **SP** |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:** | 06/07/2027 | | |
| **LOCALIDADE PLANO BASICO:** | | | |
| **MUNICIPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **LOCALIDADE:** | | | |
| **FREQUENCIA:** | 104.7 MHz | **CANAL:** | 284 |
| **CLASSE:** | A2 | **COTA BASE DA TORRE:** | 872.00 |
| **INDICATIVO DA ESTAÇÃO:** | ZYD838 | | |
| **NOME FANTASIA:** | | **NUMPROCESSO:** | |
| **CIDADE DA OUTORGA:** | São Carlos | | |
| **ESTUDIO PRINCIPAL** | | | |
| **ENDEREÇO:** | RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | **BAIRRO:** | CENTRO |
| **MUNICÍPIO:** | São Carlos | **UF:** | SP |
| **NUMERO:** | 2140 | **COMPLEMENTO:** | 2º ANDAR |
| **ESTUDIO AUXILIAR** | | | |
| **ENDEREÇO:** | | **BAIRRO:** | |
| **MUNICÍPIO:** | - | **UF:** | |
| **NUMERO:** | | **COMPLEMENTO:** | |
| **CATEGORIA DA ESTAÇÃO:** | Principal | | |
| **TIPO:** | Diretivo | | |
| **TRANSMISSOR PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | GatesAir Inc. | **MODELO:** | FAX 10K |
| **CÓDIGO:** | 017791201684 | **POTÊNCIA:** | 10.5 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **MODELO:** | FM 2500 |
| **CÓDIGO:** | 002850402252 | **POTÊNCIA:** | 2.500 kW |
| **TRANSMISSOR AUXILIAR 2** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **CÓDIGO:** | | **POTÊNCIA:** | kW |
| **ANTENA PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | **MODELO:** | 903CP-9C |
| **POLARIZAÇÃO:** | Circular | **GANHO:** | 7.93 dBd |
| **DESCRIÇÃO:** | CONJUNTO DE NOVE PAINÉIS DE P | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | 0 graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | 102.7 m | **BEAM TILT:** | 0 graus |
| **ANTENA AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| **POLARIZAÇÃO:** | | **GANHO:** | dBd |
| **DESCRIÇÃO:** | | **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** | graus |
| **ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** | m | **BEAM TILT:** | graus |
| **LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL** | | | |
| **FABRICANTE:** | RADIO FREQUENCY SYSTEMS | **MODELO:** | LCF 1 5/8-50JA |
| **LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR** | | | |
| **FABRICANTE:** | | **MODELO:** | |
| RDS | | | |
| **Código PI:** | | | |

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 04/07/2024 08:50:33

| | Emitido Em 18/02/2021 | Esta licença pode ser validada em https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYIxTQ1JcQ2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIyNjMyNGJkZjcw |
|---|---|---|

Autenticado eletronicamente, após conferência com original em https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo ANATEL (11017888) SEI 01250.025080/2017-71 / pg. 93

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | |
|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | |
| **Nome Fantasia:** | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | **Número do Fistel:** 02008031152 |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | **Tipo Taxa:** Integral |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada |
| **Carater:** Primário | **Local específico:** |
| **Rede:** | **Categoria da Estação:** Principal |
| **Val. RF:** 06/07/2027 | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | | **Complemento:** - 2º Andar |
| **Bairro:** Centro | | **Numero:** 2.140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | | **Complemento:** |
| **Bairro:** | | **Numero:** |
| **Município:** - | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi gerado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo ANATEL (11617333) SEI 01250.025686/2017-71 / pg. 94

| Informações Gerais | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22° 00' 42.10" S | **Longitude:** 47° 53' 22.40" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 º | **Orientação NV:** 0 º | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 14.02 | **5º:** 13.47 | **10º:** 12.8 | **15º:** 12.22 | **20º:** 11.6 | **25º:** 10.9 | **30º:** 10.14 | **35º:** 9.36 | **40º:** 8.5 | **45º:** 7.46 | **50º:** 6.34 | **55º:** 5.19 |
| **60º:** 4.05 | **65º:** 2.97 | **70º:** 2.01 | **75º:** 1.29 | **80º:** 0.74 | **85º:** 0.34 | **90º:** 0.09 | **95º:** 0.02 | **100º:** 0.1 | **105º:** 0.35 | **110º:** 0.73 | **115º:** 1.19 |
| **120º:** 1.71 | **125º:** 2.26 | **130º:** 2.85 | **135º:** 3.5 | **140º:** 4.15 | **145º:** 4.76 | **150º:** 5.32 | **155º:** 5.77 | **160º:** 6.23 | **165º:** 6.81 | **170º:** 7.41 | **175º:** 7.93 |
| **180º:** 8.45 | **185º:** 9.03 | **190º:** 9.63 | **195º:** 10.24 | **200º:** 10.84 | **205º:** 11.37 | **210º:** 11.9 | **215º:** 12.56 | **220º:** 13.19 | **225º:** 13.63 | **230º:** 13.98 | **235º:** 14.31 |
| **240º:** 14.56 | **245º:** 14.72 | **250º:** 14.75 | **255º:** 14.61 | **260º:** 14.33 | **265º:** 13.89 | **270º:** 13.39 | **275º:** 12.94 | **280º:** 12.54 | **285º:** 12.24 | **290º:** 12.01 | **295º:** 11.8 |
| **300º:** 11.7 | **305º:** 11.83 | **310º:** 12.04 | **315º:** 12.22 | **320º:** 12.43 | **325º:** 12.68 | **330º:** 12.96 | **335º:** 13.29 | **340º:** 13.64 | **345º:** 14.05 | **350º:** 14.33 | **355º:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** Lat 0 Lon 0 | **5º:** Lat 0 Lon 0 | **10º:** Lat 0 Lon 0 | **15º:** Lat 0 Lon 0 | **20º:** Lat 0 Lon 0 | **25º:** Lat 0 Lon 0 | **30º:** Lat 0 Lon 0 | **35º:** Lat 0 Lon 0 | **40º:** Lat 0 Lon 0 | **45º:** Lat 0 Lon 0 | **50º:** Lat 0 Lon 0 | **55º:** Lat 0 Lon 0 |
| **60º:** Lat 0 Lon 0 | **65º:** Lat 0 Lon 0 | **70º:** Lat 0 Lon 0 | **75º:** Lat 0 Lon 0 | **80º:** Lat 0 Lon 0 | **85º:** Lat 0 Lon 0 | **90º:** Lat 0 Lon 0 | **95º:** Lat 0 Lon 0 | **100º:** Lat 0 Lon 0 | **105º:** Lat 0 Lon 0 | **110º:** Lat 0 Lon 0 | **115º:** Lat 0 Lon 0 |
| **120º:** Lat 0 Lon 0 | **125º:** Lat 0 Lon 0 | **130º:** Lat 0 Lon 0 | **135º:** Lat 0 Lon 0 | **140º:** Lat 0 Lon 0 | **145º:** Lat 0 Lon 0 | **150º:** Lat 0 Lon 0 | **155º:** Lat 0 Lon 0 | **160º:** Lat 0 Lon 0 | **165º:** Lat 0 Lon 0 | **170º:** Lat 0 Lon 0 | **175º:** Lat 0 Lon 0 |
| **180º:** Lat 0 Lon 0 | **185º:** Lat 0 Lon 0 | **190º:** Lat 0 Lon 0 | **195º:** Lat 0 Lon 0 | **200º:** Lat 0 Lon 0 | **205º:** Lat 0 Lon 0 | **210º:** Lat 0 Lon 0 | **215º:** Lat 0 Lon 0 | **220º:** Lat 0 Lon 0 | **225º:** Lat 0 Lon 0 | **230º:** Lat 0 Lon 0 | **235º:** Lat 0 Lon 0 |
| **240º:** Lat 0 Lon 0 | **245º:** Lat 0 Lon 0 | **250º:** Lat 0 Lon 0 | **255º:** Lat 0 Lon 0 | **260º:** Lat 0 Lon 0 | **265º:** Lat 0 Lon 0 | **270º:** Lat 0 Lon 0 | **275º:** Lat 0 Lon 0 | **280º:** Lat 0 Lon 0 | **285º:** Lat 0 Lon 0 | **290º:** Lat 0 Lon 0 | **295º:** Lat 0 Lon 0 |
| **300º:** Lat 0 Lon 0 | **305º:** Lat 0 Lon 0 | **310º:** Lat 0 Lon 0 | **315º:** Lat 0 Lon 0 | **320º:** Lat 0 Lon 0 | **325º:** Lat 0 Lon 0 | **330º:** Lat 0 Lon 0 | **335º:** Lat 0 Lon 0 | **340º:** Lat 0 Lon 0 | **345º:** Lat 0 Lon 0 | **350º:** Lat 0 Lon 0 | **355º:** Lat 0 Lon 0 |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 0 | **5º:** 0 | **10º:** 0 | **15º:** 0 | **20º:** 0 | **25º:** 0 | **30º:** 0 | **35º:** 0 | **40º:** 0 | **45º:** 0 | **50º:** 0 | **55º:** 0 |
| **60º:** 0 | **65º:** 0 | **70º:** 0 | **75º:** 0 | **80º:** 0 | **85º:** 0 | **90º:** 0 | **95º:** 0 | **100º:** 0 | **105º:** 0 | **110º:** 0 | **115º:** 0 |
| **120º:** 0 | **125º:** 0 | **130º:** 0 | **135º:** 0 | **140º:** 0 | **145º:** 0 | **150º:** 0 | **155º:** 0 | **160º:** 0 | **165º:** 0 | **170º:** 0 | **175º:** 0 |
| **180º:** 0 | **185º:** 0 | **190º:** 0 | **195º:** 0 | **200º:** 0 | **205º:** 0 | **210º:** 0 | **215º:** 0 | **220º:** 0 | **225º:** 0 | **230º:** 0 | **235º:** 0 |
| **240º:** 0 | **245º:** 0 | **250º:** 0 | **255º:** 0 | **260º:** 0 | **265º:** 0 | **270º:** 0 | **275º:** 0 | **280º:** 0 | **285º:** 0 | **290º:** 0 | **295º:** 0 |
| **300º:** 0 | **305º:** 0 | **310º:** 0 | **315º:** 0 | **320º:** 0 | **325º:** 0 | **330º:** 0 | **335º:** 0 | **340º:** 0 | **345º:** 0 | **350º:** 0 | **355º:** 0 |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo ANATEL (11617333) SEI 01250.025686/2017-71 / pg. 95

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** º | **Orientação NV:** º | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo ANATEL (11617333) SEI 01250.025686/2017-71 / pg. 96

# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

**CNPJ:** **59.600.817/0001-43**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 08:59:34 do dia 04/07/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 03/08/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| IRACEMA ARANHA PIZANI | 606.316.518-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 35876 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:55:22

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 254.134.838-05 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:58:17

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 273.286.258-48 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:57:56

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.534.458-87 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 886 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:57:32

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 360.351.328-20 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:57:04

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 606.316.518-53 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| IRACEMA ARANHA PIZANI | 606.316.518-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | FM MELODY DE RIBEIRAO PRETO LTDA | 46.942.827/0001-15 | Diretor (ADMINISTRADORA) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 35876 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | FM MELODY DE RIBEIRAO PRETO LTDA | 46.942.827/0001-15 | Sócio | 120150 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:56:40

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 318.087.088-57 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:56:17

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.160.198-53 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 218 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:55:55

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

.

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** - **Data:** 04/07/2024 **Hora:** 08:54:44

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo ANATEL (11617333) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 106

Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

**Impresso por:** RICARDO DA COSTA **Data/Hora:** 04/07/2024 09:01:19

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA **Nº FISTEL:** 02008031152

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada **CNPJ/CPF:** 59600817000143

**Situação:** Ativa **Data Validade:** 06/07/2017 **CADIN:** Não

**Incide FUST:** **Data Início Operação Comercial:** **Div. Ativa:** Não **Tipo Usuário:**

Integral **UF:** SP **Proc. Caducidade:** Não

| Receita | Est. / Ref./ Parc. | Ano | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação | Valor Débito/Crédito (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1329 - TFF | 1 | 1990 | 31/03/1990 | 9.659,28 | 01/02/1990 | 9.659,28 | 9.659,28 | 0001 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1991 | 31/03/1991 | 13.597,02 | 08/03/1991 | 11.311,08 | 0,00 | 0002 | | |
| | | | | | 30/01/1992 | 63.986,92 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1992 | 31/03/1992 | 64.016,82 | 30/01/1992 | 52.945,01 | 226.297,66 | 0003 | | |
| | | | | | 29/01/1993 | 794.773,60 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1993 | 31/03/1993 | 794.773,61 | 29/01/1993 | 568.475,94 | 568.475,94 | 0004 | | |
| | | | | | 31/01/1994 | 10.202,31 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1994 | 31/03/1994 | 20.132,69 | 30/03/1994 | 55.056,40 | 55.056,40 | 0005 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1995 | 31/03/1995 | 107,22 | 23/03/1995 | 72,56 | 72,56 | 0006 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1996 | 31/03/1996 | 53,61 | 01/04/1996 | 148,10 | 44,42 | 0007 | Quitado | 0,00 |
| 9999 | 0 | 1996 | 01/04/1996 | 0,00 | 01/04/1996 | 103,68 | 0,00 | 0008 | Cancelado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1997 | 31/03/1997 | 107,22 | 26/03/1997 | 97,65 | 97,65 | 0009 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1997 | 22/01/1998 | 576,58 | 22/01/1998 | 525,14 | 525,14 | 0010 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 2 | 1998 | 31/03/1998 | R$ 1.300,00 | 21/08/1998 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0011 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1999 | 31/03/1999 | R$ 1.300,00 | 31/03/1999 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0012 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1999 | 07/11/1999 | R$ 619,63 | 25/10/1999 | 619,93 | 619,93 | 0013 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2000 | 31/03/2000 | R$ 1.300,00 | 31/03/2000 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0014 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2001 | 31/03/2001 | R$ 1.300,00 | 02/04/2001 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0015 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2002 | 31/03/2002 | R$ 1.300,00 | 01/04/2002 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0016 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2003 | 31/03/2003 | R$ 1.300,00 | 31/03/2003 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0017 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2004 | 31/03/2004 | R$ 1.300,00 | 30/03/2004 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0018 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2005 | 31/03/2005 | R$ 1.300,00 | 31/03/2005 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0019 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2006 | 31/03/2006 | R$ 1.300,00 | 30/03/2006 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0020 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2007 | 31/03/2007 | R$ 1.300,00 | 02/04/2007 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0021 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2008 | 31/03/2008 | R$ 1.300,00 | 31/03/2008 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0023 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2009 | 31/03/2009 | R$ 1.170,00 | 31/03/2009 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0024 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2009 | 31/05/2009 | R$ 130,00 | 01/06/2009 | 130,00 | 130,00 | 0026 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 1.170,00 | 29/03/2010 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0027 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 130,00 | 29/03/2010 | 130,00 | 130,00 | 0028 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 1.170,00 | 31/03/2011 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0029 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 130,00 | 31/03/2011 | 130,00 | 130,00 | 0030 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 858,00 | 30/03/2012 | 858,00 | 858,00 | 0031 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 130,00 | 30/03/2012 | 130,00 | 130,00 | 0032 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 858,00 | 27/03/2013 | 858,00 | 858,00 | 0033 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 130,00 | 27/03/2013 | 130,00 | 130,00 | 0034 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 858,00 | 25/03/2014 | 858,00 | 858,00 | 0035 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 130,00 | 25/03/2014 | 130,00 | 130,00 | 0036 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 858,00 | 30/03/2015 | 858,00 | 858,00 | 0037 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 130,00 | 30/03/2015 | 130,00 | 130,00 | 0038 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 858,00 | 28/03/2016 | 858,00 | 858,00 | 0039 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 130,00 | 28/03/2016 | 130,00 | 130,00 | 0040 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2016 | 01/04/2016 | R$ 2.600,00 | 18/03/2016 | 2.600,00 | 2.600,00 | 0041 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 858,00 | 28/03/2017 | 858,00 | 858,00 | 0042 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 130,00 | 28/03/2017 | 130,00 | 130,00 | 0043 | Quitado | 0,00 |
| 7241 - PPDUR | 0 | 2017 | 30/05/2017 | R$ 200,00 | 27/04/2017 | 200,00 | 200,00 | 0044 | Quitado | 0,00 |
| | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 1.518,00 | 26/03/2018 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0045 | Quitado | 0,00 |
| | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 230,00 | 26/03/2018 | 230,00 | 230,00 | 0046 | Quitado | 0,00 |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1329 - TFF | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 1.518,00 | 28/03/2019 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0047 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 230,00 | 28/03/2019 | 230,00 | 230,00 | 0048 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 1.518,00 | 25/03/2020 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0051 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 230,00 | 25/03/2020 | 230,00 | 230,00 | 0052 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2021 | 15/02/2021 | R$ 4.600,00 | 12/02/2021 | 4.600,00 | 4.600,00 | 0053 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 1.518,00 | 24/03/2021 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0054 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 230,00 | 24/03/2021 | 230,00 | 230,00 | 0055 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 1.518,00 | 30/03/2022 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0056 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 230,00 | 29/03/2022 | 230,00 | 230,00 | 0057 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 1.518,00 | 22/03/2023 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0058 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 230,00 | 22/03/2023 | 230,00 | 230,00 | 0059 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2024 | 31/03/2024 | R$ 1.518,00 | | 0,00 | 0,00 | 0060 | Devedor - RTC | 1.874,85 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2024 | 31/03/2024 | R$ 230,00 | | 0,00 | 0,00 | 0061 | Devedor - RTC | 284,07 |
| | | | | | | | | | **Total devido em 04/07/2024 (em reais):** | 2.158,92 |
| | | | | | | | | | **Total de créditos em 04/07/2024 (em reais):** | 0,00 |

**Legenda do Campo Situação**

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ANATEL

**Superintendência de Administração Geral**
**Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças**
**Gerência de Arrecadação**

**Impresso por:** Ricardo Henrique Pereira Nolasco **Data/Hora:** 27/04/2023 11:08:08

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita |
|---|---|---|
| 1329 | 9999 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento |
| 1330 | 9998 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas |
| 1331 | 9931 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite |
| 1332 | 9332 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite |
| 1550 | 9550 | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações |
| 1551 | 9551 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP |
| 1552 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro |
| 1555 | 9555 | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados |
| 1560 | 9560 | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação |
| 1660 | 9660 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão |
| 1661 | 9661 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária |
| 1666 | 9666 | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC |
| 1770 | 9905 | Multa Contratual - Termo Autorização |
| 1777 | 9177 | Multa Contratual - Não Outorgados |
| 1780 | 9780 | Multa por Infração ao CDC |
| 1810 | 9810 | Descumprimento do PGMQ |
| 1820 | 9820 | Descumprimento da Regulação de Interconexão |
| 1830 | 9830 | Descumprimento da Regulação de Numeração |
| 1840 | 9840 | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade |
| 1850 | 9850 | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite |
| 1851 | 9851 | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite |
| 1852 | 9852 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite |
| 1853 | 9853 | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura |
| 1854 | 9854 | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar |
| 1855 | 9855 | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU |
| 1856 | 9856 | Multa Decorrente das Obrigações do FUST |
| 1857 | 9857 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC |
| 1858 | 9858 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais |
| 1859 | 9859 | Multa por Prejuízo à Competição |
| 1880 | 9880 | Monitoramento do STFC |
| 1881 | 9881 | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas |
| 1885 | 9885 | Multa por Tarifação Incorreta |
| 1886 | 9886 | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887 | 9887 | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC |
| 1889 | 9889 | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada |
| 1890 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite |
| 1891 | 9905 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência |
| 1950 | 9950 | RENDAS EVENTUAIS |
| 2018 | 9018 | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações |
| 2129 | 9129 | DIVIDA ATIVA |
| 2145 | 9145 | MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA |
| 2671 | 9333 | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro |
| 2672 | 9672 | Preço da Execução de Serviços Técnicos |
| 2680 | 9680 | Homologação de Certificação de Conformidade |
| 2682 | 9682 | Homologação de Declaração de Conformidade |
| 2684 | 9684 | Renovação de Homologação |
| 3000 | 9001 | Lançamento Complementar de Multa Moratória |
| 3001 | 9002 | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas |
| 3500 | 9500 | M U L T A / J U R O S |
| 4100 | 9111 | FUST - Declaração Espontânea |
| 4101 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4102 | 9102 | FUST - Interconexão e EILD |
| 4103 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4105 | 9105 | FUST - Multa de Ofício |
| 4200 | 9200 | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública |
| 4201 | 9201 | CFRP - Estações não Licenciadas |
| 5320 | 9320 | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais |
| 5330 | 9330 | Devolução de Salários - Exercício Corrente |
| 5331 | 9331 | Devolução de Verbas Remuneratórias |
| 5340 | 9340 | Ressarcimento Ligações Telefônicas |
| 5341 | 9341 | Serviços Administrativos |
| 5342 | 9342 | Devolução de Diárias - Exercício |
| 5343 | 9343 | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços |
| 5344 | 9344 | Diferença de Tarifa Aérea |
| | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis |
| | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo ANATEL (11617333) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 109

| | | |
|---|---|---|
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante) |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A) |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 ) |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital) |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofreqüências |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz) |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz) |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 ) |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004) |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite |
| 8801 | 9801 | Caução |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores) |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inmetro-autenticidade-assinatura.camarabeg.com/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (11617333) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 110

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

# NOTA TÉCNICA Nº 11703/2024/SEI-MCOM

**PROCESSO: 01250.025886/2017-71**
**INTERESSADO: RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**
**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Carlos/SP, referente ao seguinte período: 06/07/2017 a 06/07/2027.

## ANÁLISE

2. A análise realizada pela então Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 17818/2021/SEI-MCOM, concluiu pela expedição do Ofício nº 24399/2021/MCOM à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI 8515036 e 8515045). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 53115.040571/2021-99, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.2. prova de regularidade perante a Fazenda municipal da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.

## CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º,** na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa**, **Engenheiro**, em 04/07/2024, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **11617383** e o código CRC **B33A49E3**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 11617383

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 22941/2024/MCOM

Brasília, 04 de julho de 2024.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
**RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ Nº 59.600.817/0001-43)**
Avenida Doutor Carlos Botelho, nº 2140, 2º andar - Centro
13560-250 - São Carlos/SP

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01250.025886/2017-71**.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 11703/2024/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**

- **Protocolo Digital do MCom** (https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: https://acesso.gov.br/.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2024, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **11617486** e o código CRC **68BF4C01**.

**Anexos:**

- Nota Técnica 11703 (11617383)

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 11617486

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Data de Envio**:
04/07/2024 15:34:17

**De**:
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para**:
demetrio@clube.com.br
cantarella@clube.com.br
pizaniclube@clube.com.br
contato@mouraeribeiro.adv.br
carlosdamin@terra.com.br

**Assunto**:
ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem**:
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

PROCESSO Nº: 01250.025886/2017-71

INTERESSADA: RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos**:
Oficio_11617486.html
Nota_Tecnica_11617383.html

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# Cadastro para acesso ao SEI
# CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar Sair

## Consultar e-mails

○ CPF ◉ CNPJ

CNPJ: 59.600.817/0001-43

Razão Social

Pesquisar

10 1 / 1

| Razão Social | CNPJ | Emails |
|---|---|---|
| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA | 59.600.817/0001-43 | demetrio@clube.com.br, cantarella@clube.com.br, pizaniclube@clube.com.br, contato@mouraeribeiro.adv.br, carlosdamin@terra.com.br |

10 1 / 1

MCTIC/SE/SPOA/CGTI/COINF/DSIS - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**Data de Envio**:
04/07/2024 15:36:23

**De**:
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

**Para**:
espacodoradiodifusor@mcom.gov.br

**Assunto**:
ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem**:
Ao Espaço do Radiodifusor,

Prezados,

Informa-se que, no âmbito do Processo Administrativo nº 01250.025886/2017-71, foi encaminhada notificação à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA (CNPJ 59.600.817/0001-43), solicitando a complementação da instrução processual.
Sendo assim, encaminha-se o presente e-mail ao Espaço do Radiodifusor - ESRAD, para a adoção das providências cabíveis, devendo ser inserido no referido processo administrativo o documento comprobatório das medidas adotadas.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

**Anexos**:
Nota_Tecnica_11617383.html
Oficio_11617486.html

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

| NÚMERO DE INSCRIÇÃO | COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL | DATA DE ABERTURA |
|---|---|---|
| **59.600.817/0001-43**<br>**MATRIZ** | | **25/08/1966** |

| | |
|---|---|
| NOME EMPRESARIAL | **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA** |
| TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) | ******** |
| PORTE | **DEMAIS** |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL | **60.10-1-00 - Atividades de rádio** |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS | **Não informada** |
| CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA | **206-2 - Sociedade Empresária Limitada** |
| LOGRADOURO | **AV DR. CARLOS BOTELHO** |
| NÚMERO | **2140** |
| COMPLEMENTO | **ANDAR 2** |
| CEP | **13.560-250** |
| BAIRRO/DISTRITO | **CENTRO** |
| MUNICÍPIO | **SAO CARLOS** |
| UF | **SP** |
| ENDEREÇO ELETRÔNICO | **demetrio@clube.com.br** |
| TELEFONE | **(16) 3371-3944/ (16) 2106-4356** |
| ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) | ***** |
| SITUAÇÃO CADASTRAL | **ATIVA** |
| DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL | **27/07/2002** |
| MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL | |
| SITUAÇÃO ESPECIAL | ******** |
| DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL | ******** |

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **14/05/2025** às **11:32:34** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo Certidões Emitidas (12596934) SEI 01250.023886/2017-71 / pg. 118

# Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

| | |
|---|---|
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |
| **NOME EMPRESARIAL:** | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA |
| **CAPITAL SOCIAL:** | R$350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | TIAGO ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | FILIPE ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | RAFAEL ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | JULIANO BORGES PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **14/05/2025** às **11:33** (data e hora de Brasília).

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 59.600.817/0001-43
Certidão nº: 26600034/2025
Expedição: 14/05/2025, às 11:31:55
Validade: 10/11/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **59.600.817/0001-43**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo Certidões Emitidas (12596934) SEI 01250.023886/2017-71 / pg. 120

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

# CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

**Nome: RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**
**CNPJ: 59.600.817/0001-43**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:37:46 do dia 14/05/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 10/11/2025.
Código de controle da certidão: **785D.3A40.2E51.FE01**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

# CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

## Certidão Negativa Correcional - Entes Privados (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA**

CPF/CNPJ: **59.600.817/0001-43**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM, mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes ou de procedimentos acusatórios em andamento, relativos ao CPF/CNPJ consultado.

***Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.***

***Os Sistemas ePAD e CGU-PJ consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.***

***O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram quaisquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).***

***O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.***

Certidão emitida às 11:38:39 do dia 14/05/2025 , com validade até o dia 13/06/2025.

Link para consulta da verificação da certidão https://certidoes.cgu.gov.br/

Código de controle da certidão: ynXbRaBM6ZPblOD7V0wX

*Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.*

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo Certidões Emitidas (12596934) SEI 01250.023886/2017-71 / pg. 122

# Estações

Estações | Voltar

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

| Ações | Status | CNPJ | Entidade | NumFistel | Carater | Finalidade | Serviço | Num Serviço | UF | Município | Local Especifico | Canal | Dec | Frequência | Classe | Categoria da Estação | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Visualizar em PDF | FM-C4 (Canal Licenciado) | 59600817000143 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 02008031152 | P | Comercial | FM | 230 | SP | São Carlos | | 284 | | 104.7 | A2 | | 22 |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

# AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

## LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

| NOME/RAZÃO SOCIAL | | | | CNPJ |
|---|---|---|---|---|
| **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA** | | | | **59600817000143** |
| Nº DA ESTAÇÃO | SERVIÇO | NAT. SERV. | LATITUDE | LONGITUDE |
| **7806027** | **230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada** | | **22° 00' 42.10" S** | **47° 53' 22.40" W** |

| ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO | DISTRITO | |
|---|---|---|
| **RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO, nº 2140.** | | |
| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF |
| **CENTRO** | **São Carlos** | **SP** |

**VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:** 06/07/2027
**LOCALIDADE PLANO BASICO:**
**MUNICIPIO:** São Carlos **UF:** SP
**LOCALIDADE:**
**FREQUÊNCIA:** 104.7 MHz **CANAL:** 284
**CLASSE:** A2 **COTA BASE DA TORRE:** 872.00
**INDICATIVO DA ESTAÇÃO:** ZYD838
**NOME FANTASIA:** **NUMPROCESSO:**
**CIDADE DA OUTORGA:** São Carlos
**ESTUDIO PRINCIPAL**
**ENDEREÇO:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO **BAIRRO:** CENTRO
**MUNICÍPIO:** São Carlos **UF:** SP
**NUMERO:** 2140 **COMPLEMENTO:** 2º ANDAR
**ESTUDIO AUXILIAR**
**ENDEREÇO:** **BAIRRO:**
**MUNICÍPIO:** - **UF:**
**NUMERO:** **COMPLEMENTO:**
**CATEGORIA DA ESTAÇÃO:** Principal
**TIPO:** Diretivo
**TRANSMISSOR PRINCIPAL**
**FABRICANTE:** GatesAir Inc. **MODELO:** FAX 10K
**CÓDIGO:** 017791201684 **POTÊNCIA:** 10.5 kW
**TRANSMISSOR AUXILIAR**
**FABRICANTE:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP **MODELO:** FM 2500
**CÓDIGO:** 002850402252 **POTÊNCIA:** 2.500 kW
**TRANSMISSOR AUXILIAR 2**
**FABRICANTE:** **MODELO:**
**CÓDIGO:** **POTÊNCIA:** kW
ANTENA PRINCIPAL
**FABRICANTE:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, **MODELO:** 903CP-9C
**POLARIZAÇÃO:** Circular **GANHO:** 7.93 dBd
**DESCRIÇÃO:** CONJUNTO DE NOVE PAINÉIS DE P **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** 0 graus
**ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** 102.7 m **BEAM TILT:** 0 graus
ANTENA AUXILIAR
**FABRICANTE:** **MODELO:**
**POLARIZAÇÃO:** **GANHO:** dBd
**DESCRIÇÃO:** **ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:** graus
**ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:** m **BEAM TILT:** graus
**LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL**
**FABRICANTE:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS **MODELO:** LCF 1 5/8-50JA
**LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR**
**FABRICANTE:** **MODELO:**
RDS
**Código PI:**

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'
XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 14/05/2025 11:29:27

| | Emitido em | Esta licença pode ser validada em |
|---|---|---|
| | 18/02/2021 | https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token =U0NcYIxTQ1JcQ2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIyNjMyNGJkZjcwYzE5ZA== |

Autenticado eletronicamente, após conferência com original
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo ANATEL (12539941) SEI 01250.025880/2017-71 / pg. 124

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | | | |
|---|---|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | | |
| **Nome Fantasia:** | | | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br | |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | | **Número do Fistel:** 02008031152 | |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | | **Tipo Taxa:** Integral | |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | |
| **Carater:** Primário | | **Local específico:** | |
| **Rede:** | | **Categoria da Estação:** Principal | |
| **Val. RF:** 06/07/2027 | | | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | | | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | | **Complemento:** - 2º Andar |
| **Bairro:** Centro | | **Numero:** 2.140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | | **Complemento:** 2º ANDAR |
| **Bairro:** CENTRO | | **Numero:** 2140 |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | | **Complemento:** |
| **Bairro:** | | **Numero:** |
| **Município:** - | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi gerado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo ANATEL (12536941) SEI 01250.029886/2017-71 / pg. 125

| Informações Gerais | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22° 00' 42.10" S | **Longitude:** 47° 53' 22.40" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 º | **Orientação NV:** 0 º | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 14.02 | **5º:** 13.47 | **10º:** 12.8 | **15º:** 12.22 | **20º:** 11.6 | **25º:** 10.9 | **30º:** 10.14 | **35º:** 9.36 | **40º:** 8.5 | **45º:** 7.46 | **50º:** 6.34 | **55º:** 5.19 |
| **60º:** 4.05 | **65º:** 2.97 | **70º:** 2.01 | **75º:** 1.29 | **80º:** 0.74 | **85º:** 0.34 | **90º:** 0.09 | **95º:** 0.02 | **100º:** 0.1 | **105º:** 0.35 | **110º:** 0.73 | **115º:** 1.19 |
| **120º:** 1.71 | **125º:** 2.26 | **130º:** 2.85 | **135º:** 3.5 | **140º:** 4.15 | **145º:** 4.76 | **150º:** 5.32 | **155º:** 5.77 | **160º:** 6.23 | **165º:** 6.81 | **170º:** 7.41 | **175º:** 7.93 |
| **180º:** 8.45 | **185º:** 9.03 | **190º:** 9.63 | **195º:** 10.24 | **200º:** 10.84 | **205º:** 11.37 | **210º:** 11.9 | **215º:** 12.56 | **220º:** 13.19 | **225º:** 13.63 | **230º:** 13.98 | **235º:** 14.31 |
| **240º:** 14.56 | **245º:** 14.72 | **250º:** 14.75 | **255º:** 14.61 | **260º:** 14.33 | **265º:** 13.89 | **270º:** 13.39 | **275º:** 12.94 | **280º:** 12.54 | **285º:** 12.24 | **290º:** 12.01 | **295º:** 11.8 |
| **300º:** 11.7 | **305º:** 11.83 | **310º:** 12.04 | **315º:** 12.22 | **320º:** 12.43 | **325º:** 12.68 | **330º:** 12.96 | **335º:** 13.29 | **340º:** 13.64 | **345º:** 14.05 | **350º:** 14.33 | **355º:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** Lat 0 Lon 0 | **5º:** Lat 0 Lon 0 | **10º:** Lat 0 Lon 0 | **15º:** Lat 0 Lon 0 | **20º:** Lat 0 Lon 0 | **25º:** Lat 0 Lon 0 | **30º:** Lat 0 Lon 0 | **35º:** Lat 0 Lon 0 | **40º:** Lat 0 Lon 0 | **45º:** Lat 0 Lon 0 | **50º:** Lat 0 Lon 0 | **55º:** Lat 0 Lon 0 |
| **60º:** Lat 0 Lon 0 | **65º:** Lat 0 Lon 0 | **70º:** Lat 0 Lon 0 | **75º:** Lat 0 Lon 0 | **80º:** Lat 0 Lon 0 | **85º:** Lat 0 Lon 0 | **90º:** Lat 0 Lon 0 | **95º:** Lat 0 Lon 0 | **100º:** Lat 0 Lon 0 | **105º:** Lat 0 Lon 0 | **110º:** Lat 0 Lon 0 | **115º:** Lat 0 Lon 0 |
| **120º:** Lat 0 Lon 0 | **125º:** Lat 0 Lon 0 | **130º:** Lat 0 Lon 0 | **135º:** Lat 0 Lon 0 | **140º:** Lat 0 Lon 0 | **145º:** Lat 0 Lon 0 | **150º:** Lat 0 Lon 0 | **155º:** Lat 0 Lon 0 | **160º:** Lat 0 Lon 0 | **165º:** Lat 0 Lon 0 | **170º:** Lat 0 Lon 0 | **175º:** Lat 0 Lon 0 |
| **180º:** Lat 0 Lon 0 | **185º:** Lat 0 Lon 0 | **190º:** Lat 0 Lon 0 | **195º:** Lat 0 Lon 0 | **200º:** Lat 0 Lon 0 | **205º:** Lat 0 Lon 0 | **210º:** Lat 0 Lon 0 | **215º:** Lat 0 Lon 0 | **220º:** Lat 0 Lon 0 | **225º:** Lat 0 Lon 0 | **230º:** Lat 0 Lon 0 | **235º:** Lat 0 Lon 0 |
| **240º:** Lat 0 Lon 0 | **245º:** Lat 0 Lon 0 | **250º:** Lat 0 Lon 0 | **255º:** Lat 0 Lon 0 | **260º:** Lat 0 Lon 0 | **265º:** Lat 0 Lon 0 | **270º:** Lat 0 Lon 0 | **275º:** Lat 0 Lon 0 | **280º:** Lat 0 Lon 0 | **285º:** Lat 0 Lon 0 | **290º:** Lat 0 Lon 0 | **295º:** Lat 0 Lon 0 |
| **300º:** Lat 0 Lon 0 | **305º:** Lat 0 Lon 0 | **310º:** Lat 0 Lon 0 | **315º:** Lat 0 Lon 0 | **320º:** Lat 0 Lon 0 | **325º:** Lat 0 Lon 0 | **330º:** Lat 0 Lon 0 | **335º:** Lat 0 Lon 0 | **340º:** Lat 0 Lon 0 | **345º:** Lat 0 Lon 0 | **350º:** Lat 0 Lon 0 | **355º:** Lat 0 Lon 0 |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 0 | **5º:** 0 | **10º:** 0 | **15º:** 0 | **20º:** 0 | **25º:** 0 | **30º:** 0 | **35º:** 0 | **40º:** 0 | **45º:** 0 | **50º:** 0 | **55º:** 0 |
| **60º:** 0 | **65º:** 0 | **70º:** 0 | **75º:** 0 | **80º:** 0 | **85º:** 0 | **90º:** 0 | **95º:** 0 | **100º:** 0 | **105º:** 0 | **110º:** 0 | **115º:** 0 |
| **120º:** 0 | **125º:** 0 | **130º:** 0 | **135º:** 0 | **140º:** 0 | **145º:** 0 | **150º:** 0 | **155º:** 0 | **160º:** 0 | **165º:** 0 | **170º:** 0 | **175º:** 0 |
| **180º:** 0 | **185º:** 0 | **190º:** 0 | **195º:** 0 | **200º:** 0 | **205º:** 0 | **210º:** 0 | **215º:** 0 | **220º:** 0 | **225º:** 0 | **230º:** 0 | **235º:** 0 |
| **240º:** 0 | **245º:** 0 | **250º:** 0 | **255º:** 0 | **260º:** 0 | **265º:** 0 | **270º:** 0 | **275º:** 0 | **280º:** 0 | **285º:** 0 | **290º:** 0 | **295º:** 0 |
| **300º:** 0 | **305º:** 0 | **310º:** 0 | **315º:** 0 | **320º:** 0 | **325º:** 0 | **330º:** 0 | **335º:** 0 | **340º:** 0 | **345º:** 0 | **350º:** 0 | **355º:** 0 |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Este documento foi gerado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo ANATEL (12539941) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 126

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** º | **Orientação NV:** º | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9


Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por camaradeleg.br e Tribunal de Contas da União - TCU - Seg Jurídico, em 25/11/2025 05:01:05 -0300
Este documento foi gerado pelo usuário 000.000.000-00 em 25/11/2025 05:01:05 -0300

# CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

**Nome:** **RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

**CNPJ:** **59.600.817/0001-43**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:40:54 do dia 14/05/2025 (hora e data de Brasília).

Válida até 13/06/2025.

Certidão expedida gratuitamente.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



Anexo ANATEL (12539941) SEI 01250.029886/2017-717 pg. 128

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

**RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA**

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:42:20

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sei.anatel.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 129
Anexo ANATEL (12536941)

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 254.134.838-05 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| TIAGO ARANHA PIZANI | 254.134.838-05 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:45:22

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sei.anatel.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 130

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 273.286.258-48 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| RAFAEL ARANHA PIZANI | 273.286.258-48 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:44:52

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



Anexo ANATEL (12336941) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 131

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.534.458-87 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI | 551.534.458-87 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 115792 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 886 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 1204500 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:44:18

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



Anexo ANATEL (12536941) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 132

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 360.351.328-20 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| JULIANO BORGES PIZANI | 360.351.328-20 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:43:47

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sei.anatel.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Anexo ANATEL (12359941) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 133

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 318.087.088-57 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| FILIPE ARANHA PIZANI | 318.087.088-57 | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 39958 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 264000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:43:20

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sei.anatel.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Anexo ANATEL (12339941) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 134

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CPF |
| **CPF:** | 551.160.198-53 |

| NOME | CNPJ/CPF | ENTIDADE MC | CNPJ | CARGO | Qtd. Cotas | PART. ON | PART. PN | SERVIÇOS | TIPO | UF | MUNICIPIO |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | 551.160.198-53 | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Diretor (ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Diretor (SÓCIO-ADMINISTRADOR) | 0 | -- | -- | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | GTVD | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | TV | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | 59.600.817/0001-43 | Sócio | 38500 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | São Carlos |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Ribeirão Preto |
| | | UNIVERSAL FM STEREO BRODOWSKI LTDA | 53.840.435/0001-00 | Sócio | 218 | 0,00% | 0,00% | FM | -- | SP | Brodowski |
| | | SISTEMA CLUBE DE COMUNICACAO LTDA | 46.665.188/0001-98 | Sócio | 363000 | 0,00% | 0,00% | OC | -- | SP | Ribeirão Preto |

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:42:47

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



Anexo ANATEL (12536941) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 135

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

BOM DIA
RICARDO DA COSTA

Sistemas Interativos

Menu Principal

SIACCO »» Consultas Gerais »» ***Consolidado Participação e Composição*** | menu ajuda

Dados da consulta | Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

| | |
|---|---|
| **Tipo de Consulta:** | CNPJ |
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |

.

Não foi encontrado dados com essa informação

**Usuário:** 42177910706 - RICARDO DA COSTA **Data:** 14/05/2025 **Hora:** 11:41:50

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://sei.anatel.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Anexo ANATEL (12339941) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 136

ANATEL

**Superintendência de Administração e Finanças**
**Gerência de Finanças**
**Orçamento e Arrecadação**

**Impresso por:** RICARDO DA COSTA **Data/Hora:** 14/05/2025 11:47:48

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA **Nº FISTEL:** 02008031152

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada **CNPJ/CPF:** 59600817000143

**Situação:** Ativa **Data Validade:** 06/07/2017 **CADIN:** Não

**Incide FUST:** **Data Início Operação Comercial:** **Div. Ativa:** Não **Tipo Usuário:**

Integral **UF:** SP **Proc. Caducidade:** Não

| Receita | Est. / Ref./ Parc. | Ano | Data Vencimento | Valor Original | Data do Pagamento | Valor Pago | Valor Utilizado | Seq. | Situação | Valor Débito/Crédito (R$) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1329 - TFF | 1 | 1990 | 31/03/1990 | 9.659,28 | 01/02/1990 | 9.659,28 | 9.659,28 | 0001 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1991 | 31/03/1991 | 13.597,02 | 08/03/1991 | 11.311,08 | 0,00 | 0002 | | |
| | | | | | 30/01/1992 | 63.986,92 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1992 | 31/03/1992 | 64.016,82 | 30/01/1992 | 52.945,01 | 226.297,66 | 0003 | | |
| | | | | | 29/01/1993 | 794.773,60 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1993 | 31/03/1993 | 794.773,61 | 29/01/1993 | 568.475,94 | 568.475,94 | 0004 | | |
| | | | | | 31/01/1994 | 10.202,31 | | | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1994 | 31/03/1994 | 20.132,69 | 30/03/1994 | 55.056,40 | 55.056,40 | 0005 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1995 | 31/03/1995 | 107,22 | 23/03/1995 | 72,56 | 72,56 | 0006 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1996 | 31/03/1996 | 53,61 | 01/04/1996 | 148,10 | 44,42 | 0007 | Quitado | 0,00 |
| 9999 | 0 | 1996 | 01/04/1996 | 0,00 | 01/04/1996 | 103,68 | 0,00 | 0008 | Cancelado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1997 | 31/03/1997 | 107,22 | 26/03/1997 | 97,65 | 97,65 | 0009 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1997 | 22/01/1998 | 576,58 | 22/01/1998 | 525,14 | 525,14 | 0010 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 2 | 1998 | 31/03/1998 | R$ 1.300,00 | 21/08/1998 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0011 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 1999 | 31/03/1999 | R$ 1.300,00 | 31/03/1999 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0012 | Quitado | 0,00 |
| 1660 | 0 | 1999 | 07/11/1999 | R$ 619,63 | 25/10/1999 | 619,93 | 619,93 | 0013 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2000 | 31/03/2000 | R$ 1.300,00 | 31/03/2000 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0014 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2001 | 31/03/2001 | R$ 1.300,00 | 02/04/2001 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0015 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2002 | 31/03/2002 | R$ 1.300,00 | 01/04/2002 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0016 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2003 | 31/03/2003 | R$ 1.300,00 | 31/03/2003 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0017 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2004 | 31/03/2004 | R$ 1.300,00 | 30/03/2004 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0018 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2005 | 31/03/2005 | R$ 1.300,00 | 31/03/2005 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0019 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2006 | 31/03/2006 | R$ 1.300,00 | 30/03/2006 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0020 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2007 | 31/03/2007 | R$ 1.300,00 | 02/04/2007 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0021 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2008 | 31/03/2008 | R$ 1.300,00 | 31/03/2008 | 1.300,00 | 1.300,00 | 0023 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2009 | 31/03/2009 | R$ 1.170,00 | 31/03/2009 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0024 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2009 | 31/05/2009 | R$ 130,00 | 01/06/2009 | 130,00 | 130,00 | 0026 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 1.170,00 | 29/03/2010 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0027 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2010 | 31/03/2010 | R$ 130,00 | 29/03/2010 | 130,00 | 130,00 | 0028 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 1.170,00 | 31/03/2011 | 1.170,00 | 1.170,00 | 0029 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2011 | 31/03/2011 | R$ 130,00 | 31/03/2011 | 130,00 | 130,00 | 0030 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 858,00 | 30/03/2012 | 858,00 | 858,00 | 0031 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2012 | 31/03/2012 | R$ 130,00 | 30/03/2012 | 130,00 | 130,00 | 0032 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 858,00 | 27/03/2013 | 858,00 | 858,00 | 0033 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2013 | 31/03/2013 | R$ 130,00 | 27/03/2013 | 130,00 | 130,00 | 0034 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 858,00 | 25/03/2014 | 858,00 | 858,00 | 0035 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2014 | 31/03/2014 | R$ 130,00 | 25/03/2014 | 130,00 | 130,00 | 0036 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 858,00 | 30/03/2015 | 858,00 | 858,00 | 0037 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2015 | 31/03/2015 | R$ 130,00 | 30/03/2015 | 130,00 | 130,00 | 0038 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 858,00 | 28/03/2016 | 858,00 | 858,00 | 0039 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2016 | 31/03/2016 | R$ 130,00 | 28/03/2016 | 130,00 | 130,00 | 0040 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2016 | 01/04/2016 | R$ 2.600,00 | 18/03/2016 | 2.600,00 | 2.600,00 | 0041 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 858,00 | 28/03/2017 | 858,00 | 858,00 | 0042 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2017 | 31/03/2017 | R$ 130,00 | 28/03/2017 | 130,00 | 130,00 | 0043 | Quitado | 0,00 |
| JR | 0 | 2017 | 30/05/2017 | R$ 200,00 | 27/04/2017 | 200,00 | 200,00 | 0044 | Quitado | 0,00 |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://mineg.autenticadocumentos.com.br/validacao?codigo=0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (12359941) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 137

| | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1329 - TFF | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 1.518,00 | 26/03/2018 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0045 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2018 | 31/03/2018 | R$ 230,00 | 26/03/2018 | 230,00 | 230,00 | 0046 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 1.518,00 | 28/03/2019 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0047 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2019 | 31/03/2019 | R$ 230,00 | 28/03/2019 | 230,00 | 230,00 | 0048 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 1.518,00 | 25/03/2020 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0051 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2020 | 31/08/2020 | R$ 230,00 | 25/03/2020 | 230,00 | 230,00 | 0052 | Quitado | 0,00 |
| 8766 - TFI | 1 | 2021 | 15/02/2021 | R$ 4.600,00 | 12/02/2021 | 4.600,00 | 4.600,00 | 0053 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 1.518,00 | 24/03/2021 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0054 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2021 | 31/03/2021 | R$ 230,00 | 24/03/2021 | 230,00 | 230,00 | 0055 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 1.518,00 | 30/03/2022 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0056 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2022 | 31/03/2022 | R$ 230,00 | 29/03/2022 | 230,00 | 230,00 | 0057 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 1.518,00 | 22/03/2023 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0058 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2023 | 31/03/2023 | R$ 230,00 | 22/03/2023 | 230,00 | 230,00 | 0059 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2024 | 31/03/2024 | R$ 1.518,00 | 27/03/2024 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0060 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2024 | 31/03/2024 | R$ 230,00 | 27/03/2024 | 230,00 | 230,00 | 0061 | Quitado | 0,00 |
| 1329 - TFF | 1 | 2025 | 31/03/2025 | R$ 1.518,00 | 18/03/2025 | 1.518,00 | 1.518,00 | 0062 | Quitado | 0,00 |
| 4200 - CFRP | 1 | 2025 | 31/03/2025 | R$ 230,00 | 18/03/2025 | 230,00 | 230,00 | 0063 | Quitado | 0,00 |

**Total devido em 14/05/2025 (em reais):** 0,00

**Total de créditos em 14/05/2025 (em reais):** 0,00

**Legenda do Campo Situação**

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



Anexo ANATEL (12339941) SEI 01250.029886/2017-71 / pg. 138

ANATEL

**Superintendência de Administração Geral**
**Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças**
**Gerência de Arrecadação**

**Impresso por:** Ricardo Henrique Pereira Nolasco **Data/Hora:** 27/04/2023 11:08:08

## Consulta Tabela de Receita

| Código da Receita | Não Identificado | Receita |
|---|---|---|
| 1329 | 9999 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento |
| 1330 | 9998 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas |
| 1331 | 9931 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite |
| 1332 | 9332 | Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite |
| 1550 | 9550 | Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações |
| 1551 | 9551 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP |
| 1552 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro |
| 1555 | 9555 | Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados |
| 1560 | 9560 | Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação |
| 1660 | 9660 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão |
| 1661 | 9661 | Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária |
| 1666 | 9666 | Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC |
| 1770 | 9905 | Multa Contratual - Termo Autorização |
| 1777 | 9177 | Multa Contratual - Não Outorgados |
| 1780 | 9780 | Multa por Infração ao CDC |
| 1810 | 9810 | Descumprimento do PGMQ |
| 1820 | 9820 | Descumprimento da Regulação de Interconexão |
| 1830 | 9830 | Descumprimento da Regulação de Numeração |
| 1840 | 9840 | Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade |
| 1850 | 9850 | Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite |
| 1851 | 9851 | Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite |
| 1852 | 9852 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite |
| 1853 | 9853 | Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura |
| 1854 | 9854 | Multa por Descumprimento de Medida Cautelar |
| 1855 | 9855 | Multa Decorrente das Obrigações do PGMU |
| 1856 | 9856 | Multa Decorrente das Obrigações do FUST |
| 1857 | 9857 | Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC |
| 1858 | 9858 | Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais |
| 1859 | 9859 | Multa por Prejuízo à Competição |
| 1880 | 9880 | Monitoramento do STFC |
| 1881 | 9881 | Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas |
| 1885 | 9885 | Multa por Tarifação Incorreta |
| 1886 | 9886 | Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas |
| 1887 | 9887 | Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC |
| 1889 | 9889 | Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada |
| 1890 | 9552 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite |
| 1891 | 9905 | Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência |
| 1950 | 9950 | RENDAS EVENTUAIS |
| 2018 | 9018 | Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações |
| 2129 | 9129 | DIVIDA ATIVA |
| 2145 | 9145 | MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA |
| 2671 | 9333 | Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro |
| 2672 | 9672 | Preço da Execução de Serviços Técnicos |
| 2680 | 9680 | Homologação de Certificação de Conformidade |
| 2682 | 9682 | Homologação de Declaração de Conformidade |
| 2684 | 9684 | Renovação de Homologação |
| 3000 | 9001 | Lançamento Complementar de Multa Moratória |
| 3001 | 9002 | Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas |
| 3500 | 9500 | M U L T A / J U R O S |
| 4100 | 9111 | FUST - Declaração Espontânea |
| 4101 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4102 | 9102 | FUST - Interconexão e EILD |
| 4103 | 9101 | FUST - Lançamento de Ofício |
| 4105 | 9105 | FUST - Multa de Ofício |
| 4200 | 9200 | Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública |
| 4201 | 9201 | CFRP - Estações não Licenciadas |
| 5320 | 9320 | Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais |
| 5330 | 9330 | Devolução de Salários - Exercício Corrente |
| 5331 | 9331 | Devolução de Verbas Remuneratórias |
| 5340 | 9340 | Ressarcimento Ligações Telefônicas |
| 5341 | 9341 | Serviços Administrativos |
| 5342 | 9342 | Devolução de Diárias - Exercício |
| 5343 | 9343 | Multa sobre Contratos de Bens e Serviços |
| 5344 | 9344 | Diferença de Tarifa Aérea |
| | 9345 | Cessão de Uso/Alugueis |
| | 9346 | Ressarcimento de Pagamentos Indevidos |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inloeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo ANATEL (12536941) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 139

| | | |
|---|---|---|
| 5347 | 9346 | Outros Ressarcimentos (Restaurante) |
| 5348 | 9347 | Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A) |
| 5349 | 9349 | Outras Receitas Imobiliárias |
| 5350 | 9350 | Parcelamento Extrajudicial |
| 5351 | 9351 | Honorários Advocatícios |
| 5352 | 9352 | Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta |
| 5353 | 9353 | Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa |
| 5354 | 9354 | Outros Serviços |
| 5355 | 9355 | Parcelamento Extraordinário |
| 5356 | 9356 | Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão |
| 5357 | 9357 | Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa |
| 5358 | 9358 | Parcelamento Administrativo |
| 5359 | 9959 | Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo |
| 5360 | 9900 | Emissão de Certificados |
| 5370 | 9370 | Emissão de Licença sem fato gerador da TFI |
| 5380 | 9910 | Segunda Via de Documentos |
| 5390 | 9390 | Depósito de Terceiros |
| 5400 | 9400 | Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição |
| 5404 | 9404 | Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro |
| 5405 | 9405 | Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos |
| 5848 | 9848 | Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade |
| 6526 | 9526 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 ) |
| 6527 | 9527 | Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital) |
| 6528 | 9528 | Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofreqüências |
| 6529 | 9529 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 6530 | 9888 | Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem |
| 6531 | 9531 | Chamamento Público SME |
| 6532 | 9932 | Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G |
| 6533 | 9533 | Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz |
| 6534 | 9534 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz) |
| 6535 | 9535 | Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz) |
| 6536 | 9536 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz |
| 6537 | 9537 | Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz |
| 6538 | 9538 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite |
| 6539 | 9539 | Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações |
| 6540 | 9540 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite |
| 6541 | 9541 | Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações |
| 7241 | 9444 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 ) |
| 7242 | 9445 | Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência |
| 7244 | 9244 | Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004) |
| 7245 | 9222 | Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004) |
| 7246 | 9246 | Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração |
| 7247 | 9247 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7248 | 9248 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC |
| 7249 | 9249 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7250 | 9250 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP |
| 7251 | 9251 | Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 7252 | 9252 | Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP |
| 8766 | 9777 | Taxa de Fiscalização de Instalação |
| 8767 | 9978 | Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite |
| 8801 | 9801 | Caução |
| 8804 | 9804 | Ressarcimento de Despesas com Cópias |
| 8806 | 9806 | Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN |
| 8807 | 9807 | Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores) |
| 8808 | 9808 | Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício |
| 8809 | 9809 | STN - Outras Indenizações |
| 8810 | 9811 | Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI |
| 8812 | 9812 | Devolução Convênios - Exercício |
| 8815 | 9815 | Ressarcimento de Despesas Médicas |
| 8836 | 9836 | Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores |
| 8860 | 9860 | Outras Indenizações |
| 8888 | 9688 | Anulação de Despesa no Exercício |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://inmetro-autenticidade-assinatura.camarad.eg.gov/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Anexo ANATEL (12536941) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 140

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 105, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 2007, a permissão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 106, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DO MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DE MINAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 59, de 10 de fevereiro de 2010, que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos do Município de São Félix de Minas para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Félix de Minas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 107, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCACIONAL E CULTURAL DE COMUNICAÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 391, de 24 de junho de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Educacional e Cultural de Comunicação para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paracatu, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 108, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO JUNQUEIRÓPOLIS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a concessão outorgada à Rádio Junqueirópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Junqueirópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 109, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RADIO CONCÓRDIA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 763, de 18 de dezembro de 2007, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 10 de junho de 2001, a permissão outorgada à Rádio Concórdia FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 110, DE 2012

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RIBEIRÃO CORRENTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 643, de 21 de novembro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Ribeirão Corrente para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 111, DE 2012

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV PLANÍCIE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 10 de junho de 2009, que renova por 15 (quinze) anos, a partir de 4 de outubro de 2003, a concessão outorgada à TV Planície Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 112, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à REDE CENTRAL DE COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 594, de 18 de agosto de 2009, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 2004, a permissão outorgada à Rede Central de Comunicações Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Marta Suplicy, Primeira Vice-Presidente do Senado Federal, no exercício da Presidência, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 113, DE 2012

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO RUY BARBOSA FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 371, de 19 de abril de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 20 de fevereiro de 2006, a permissão outorgada à Rádio Ruy Barbosa FM Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ruy Barbosa, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de maio de 2012.
Senadora MARTA SUPLICY
Primeira Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012012050400004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Ato de Outorga e Renovação (12397157) SEI 01230.025886/2017-71 / pg. 141

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Publicado no D.O.U. em
23 / 10 /2009
Seção 1 Página 77
Rubrica

PORTARIA Nº 520 , DE 7 DE AGOSTO DE 2009.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei no 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.009253/2007, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º , da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1.962, por dez anos, a partir de 6 de julho de 2007, a permissão outorgada à **RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**, por meio da Portaria MC nº 599, de 4 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 6 subseqüente, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**HÉLIO COSTA**
Ministro de Estado das Comunicações

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0667 DEFESA CIVIL 5.000.000

| | | ATIVIDADES | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 06 182 | 0667 4580 | ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL | | | | | | | 5.000.000 |
| 06 182 | 0667 4580 0859 | ACOES EMERGENCIAIS DE DEFESA CIVIL - (CREDITO EXTRAORDINARIO) - NA REGIAO SUDESTE | S | 4 | P | 40 | 0 | 100 | 5.000.000 |

TOTAL - FISCAL 0

TOTAL - SEGURIDADE 5.000.000

TOTAL - GERAL 5.000.000

0905 OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA INTERNA ( JUROS E AMORTIZACOES) 800.000.000

| | | OPERACOES ESPECIAIS | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 28 843 | 0905 0455 | DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA | | | | | | | 800.000.000 |
| 28 843 | 0905 0455 0001 | DIVIDA PUBLICA MOBILIARIA FEDERAL INTERNA - NACIONAL | F | 6 | F | 90 | 0 | 100 | 800.000.000 |

TOTAL - FISCAL 800.000.000

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 800.000.000

**ORGAO : 71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIAO**

**UNIDADE : 71101 - RECURSOS SOB SUPERVISAO DO MINISTERIO DA FAZENDA**

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|

**ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA**
**UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA**

ANEXO II CREDITO EXTRAORDINARIO

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1, 00

| FUNC. | PROGRAMATICA | PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO | ESF | GND | RP | MOD | IU | FTE | VALOR |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 0999 RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | | | 5.000.000 |
| 99 999 | 0999 0998 | OPERACOES ESPECIAIS: RESERVA DE CONTINGENCIA | | | | | | | 5.000.000 |
| 99 999 | 0999 0998 0105 | RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL | F | 9 | F | 99 | 0 | 100 | 5.000.000 |

TOTAL - FISCAL 5.000.000

TOTAL - SEGURIDADE 0

TOTAL - GERAL 5.000.000

**CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**
**Imprensa Nacional**
http://www.in.gov.br e-mail: in@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília — DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800-619900

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Presidente da República

PEDRO PARENTE
Chefe da Casa Civil

CARLOS ALBERTO GUIMARÃES BATISTA DA SILVA
Diretor-Geral

**DIÁRIO OFICIAL — SEÇÃO 1**

Publicação de atos normativos
ISSN 1676-2339

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Coordenador-Geral de Produção Industrial

ISABEL CRISTINA ORRÚ DE AZEVEDO
Coordenadora de Jornais Oficiais
Reg. Profissional nº 405/03/70/DF

## RETIFICAÇÃO

**LEI Nº 10.458, DE 14 DE MAIO DE 2002**
(Publicada no Diário Oficial de 15 de maio de 2002, Seção 1)

Na página 4, 2ª coluna, nas assinaturas, leia-se: Fernando Henrique Cardoso, Pedro Malan e Mary Dayse Kinzo

## Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 83, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ANGICAL (ARCA) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 451, de 14 de agosto de 2000, que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Angical (ARCA) a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Angical, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de maio de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 84, DE 2002

Aprova o ato que autoriza a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO DE PIO IX a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 98, de 30 de julho de 1999, que autoriza a Associação Comunitária de Rádio de Pio IX a executar, por três anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pio IX, Estado do Piauí.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de maio de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 85, DE 2002

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Ato de Outorga e Renovação (12397157) SEI 01230.025886/2017-71 / pg. 143

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 286, de 20 de junho de 2000, que renova por dez anos, a partir de 6 de julho de 1997, a permissão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de maio de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 86, DE 2002

Aprova o ato que outorga permissão à FUNDAÇÃO EDUCAR BRASIL DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 357, de 5 de julho de 2001, que outorga permissão à Fundação Educar Brasil de Radiodifusão para executar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 15 de maio de 2002
Senador RAMEZ TEBET
Presidente do Senado Federal

(Of. El. nº 98/2002)

## Atos do Poder Executivo

### DECRETO Nº 4.234, DE 15 DE MAIO DE 2002

Dá nova redação aos arts. 3º e 4º do Decreto nº 4.128, de 13 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre a inventariança, a transferência e a incorporação dos direitos, das obrigações e dos bens móveis e imóveis do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL,** no exercício do cargo de Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 102-A, §§ 2º e 3º, 108 e 109, da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001,

**D E C R E T A :**

Art. 1º Os arts. 3º e 4º do Decreto nº 4.128, de 13 de fevereiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

....." (NR)

V - identificar, localizar e relacionar os bens móveis e imóveis da Autarquia em extinção, dando destinação aos primeiros, e propondo à Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a destinação dos bens imóveis;

....." (NR)

"Art. 4º .....

.....

III - .....

.....

d) instalações, bens móveis e equipamentos tencentes à Autarquia em extinção, localizados em to território nacional, utilizados pela Administração Cen pelo Instituto de Pesquisas Rodoviárias, pelos Distritos doviários Federais e por suas Residências, assim c aqueles utilizados, a qualquer título, por serviços e partições públicas municipais, estaduais e federais;

....." (N

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o § 1º do art. 4º do creto nº 4.128, de 13 de fevereiro de 2002.

Brasília, 15 de maio de 2002; 181º da In pendência e 114º da República.

MARCO AURÉLIO MELLO
*Pedro Malan*
*João Henrique de Almeida Sousa*
*Guilherme Gomes Dias*

(Of. El. nº 331/20

## Presidência da República

### CASA CIVIL

### PORTARIA Nº 17, DE 15 DE MAIO DE 2002

**O CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA I REPÚBLICA,** no uso de suas atribuições e,

Considerando que o Conselho Nacional de Arquivos - C NARQ, tem por finalidade definir a política nacional de arquivos p blicos e privados, bem como exercer orientação normativa visando gestão documental e a proteção especial aos documentos de arquiv conforme disposto no Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002;

**R E S O L V E :**

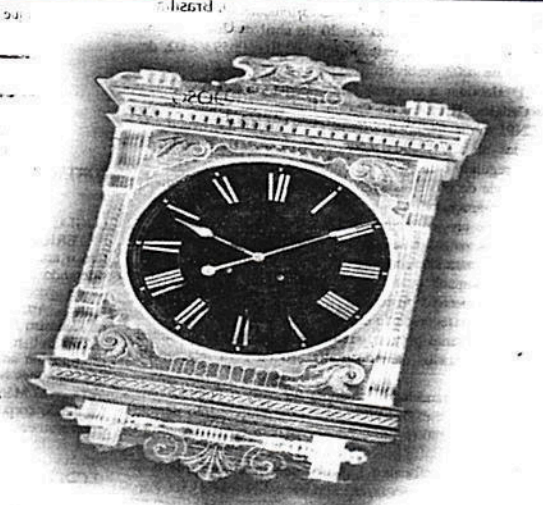
Art. 1º Compete ao Conselho Nacional de Arquivos - C NARQ atuar como órgão executor do Protocolo de colaboração na ár de arquivos assinado entre o Governo da República Federativa do Bra e o Governo da República Portuguesa, publicado no Diário Oficial União de 12 de março de 2002, Seção I, páginas 231 a 232.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua p blicação.

PEDRO PARENTE

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61) 441 9618

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Ato de Outorga e Renovação (12397157) SEI 01230.025886/2017-71 / pg. 144

154-1 (JUR)

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DE 14 / 07 / 00
Página 100 Seção 1
ANOTAÇÕES Hairton

**PORTARIA Nº 286 , de 20 de junho de 2000**

**O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições conforme o disposto no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53830.000523/97, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 6 de julho de 1997, a permissão outorgada à Rádio Progresso de São Carlos Ltda., pela Portaria MC nº 599, de 4 de julho de 1977, renovada pela Portaria MC nº 151, de 1 de setembro de 1989, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 39, de 27 de fevereiro de 1991, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PIMENTA DA VEIGA

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 37, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO SINUELO LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 1º - É aprovado o ato que outorga permissão à SOCIEDADE RÁDIO SINUELO LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 38, DE 1991

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO TROPICAL DE BLUMENAU LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de setembro de 1988, permissão à RÁDIO TROPICAL DE BLUMENAU LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, através da Portaria nº 167, de 15 de setembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 39, DE 1991

Aprova o ato que renova a concessão à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovada a renovação de concessão à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora, em freqüência modulada, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, ato a que se refere a Portaria nº 151, de 12 de setembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 40, DE 1991

Aprova o ato que renova permissão à A GAZETA DO ESPÍRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo.

Art. 1º - É aprovada a renovação de permissão à A GAZETA DO ESPÍRITO SANTO RÁDIO E TV LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, renovação a que se refere a Portaria nº 160, de 15 de setembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 41, DE 1991

Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO E TV VALE DO MOGI-GUAÇU LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo.

Art. 1º - É aprovada a outorga de permissão à RÁDIO E TV VALE DO MOGI-GUAÇU LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, na cidade de Mogi-Guaçu, Estado de São Paulo, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, outorga a que se refere a Portaria nº 254, de 14 de dezembro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 42, DE 1991

Aprova o ato que outorga concessão à RÁDIO DIFUSORA DE IVINHEMA LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Ivinhema, Estado do Mato Grosso do Sul.

Art. 1º - É aprovada a outorga de concessão à RÁDIO DIFUSORA DE IVINHEMA LTDA., para explorar, pelo prazo de dez anos, na cidade de Ivinhema, Estado do Mato Grosso do Sul, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, outorga a que se refere o Decreto nº 98.332, de 24 de outubro de 1989.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 43, DE 1991

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à TELEVISÃO RIO GRANDE S.A., para explorar, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão).

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por quinze anos, a partir de 2 de agosto de 1989, a permissão outorgada à TELEVISÃO RIO GRANDE S.A., para explorar, na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão), ato a que se refere o Decreto nº 98.837, de 24 de janeiro de 1990.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso XII, da Constituição, e eu, MAURO BENEVIDES, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 44, DE 1991

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO CAMPINA GRANDE LTDA., para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 1º - É aprovado o ato que renova por dez anos a permissão outorgada à RÁDIO E TELEVISÃO CAMPINA GRANDE LTDA., através da Portaria nº 149, de 12 de setembro de 1989, para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE FEVEREIRO DE 1991

SENADOR MAURO BENEVIDES
Presidente

(Of. n/nº)

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Ato de Outorga e Renovação (12397157) SEI 01230.025886/2017-71 / pg. 146

PUBLICADO NO D.O. DE 22/9/1989

PUBLICADO NO D. O. U.
EM 21 . 09 . 89

REGISTROS RÁDIO/DENTEL 28

Portaria n.º 151 , de 12 de Setembro de 1989

184-1

O Ministro de Estado das Comunicações, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e nos termos do artigo 6º, item II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 29100.000453/87, resolve:

I - Renovar, de acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por 10 (dez) anos, a partir de 06 de julho de 1987, a permissão outorgada à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., através da Portaria nº 599, de 04 de julho de 1977, para explorar, na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada.

II - A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos.

III - A permissão ora renovada somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma do parágrafo terceiro, do artigo 223, da Constituição.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL de 06 / 07 / 1977 Página N.º 8508

Encarregado da Revisão

SEAD - RAD SETOR DE REGISTROS

PORTARIA N.º 599 DE 04 DE 07 DE 1977

DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º do Decreto nº 70.568, de 18 de maio de 1972, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 15.793/75 (Edital nº 99/75),

R E S O L V E :

I - Outorgar permissão, de acordo com o artigo 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à Rádio Progresso de São Carlos Ltda. para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em freqüência modulada, utilizando o canal 284, classe "A", na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

II - A permissão ora outorgada reger-se-á de acordo com as cláusulas baixadas com esta Portaria e entrará em vigor na data de sua publicação.

ORIGINAL ASSINADO PELO MINISTRO
Euclides Quandt de Oliveira

EUCLIDES QUANDT DE OLIVEIRA
Ministro de Estado das Comunicações

DNT/PAD/apc/ SMP/NBP
27.6.77.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

# PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

**NUP:** 00738.000159/2023-12
**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)
**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

## I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM,** a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

> 1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.
>
> 2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.
>
> 3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.
>
> 4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:
>
> ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.
>
> O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:
>
> I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.
>
> II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:
>
> a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
>
> b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria. 9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.

5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.

7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.

8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

9.Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).

11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).

12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

**Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras emprêsas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados nêste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas emprêsas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a êle ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. (Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968)

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma emprêsa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

**Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

**Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

**Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3 º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2 º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º , a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no art. 14, § 3º , do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processo de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicite, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A titulo exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestação pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a [illegible] **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e [illegible]gens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

### II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

> **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014**
>
> I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.
>
> II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:
>
> a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
>
> b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.
>
> Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

> 9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma." (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

> **Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**
>
> Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

> § 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.
>
> § 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:
>
> I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e
>
> II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

> **Enunciado nº 7**
>
> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM,** convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos,** ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

## II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

### II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País . Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT ).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

**II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

> Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.
>
> Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| Regra de tempestividade | Base legal |
|---|---|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016. |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017. |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | |
|---|---|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022). | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022. |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **"a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação"**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de odifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

**II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| Requisito | Base normativa |
|---|---|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País. | Art. 222, caput, da CF. |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, “a” do CBT. |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, “a” do CBT. |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão. | Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou. | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR. |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR. |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações. | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR. |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso II, do RSR. |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ. | Art. 113, inciso V, do RSR. |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei. | Art. 113, inciso VI, do RSR. |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos [illegible]rsos do Fistel. | Art. 113, inciso VII, do RSR. |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | |
|---|---|
| xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. | Art. 113, inciso VIII, do RSR. |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. | Art. 113, IX, do RSR. |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR. |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento. | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida. | Art. 31-A, I, do RSR. |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

### II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]
Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

## III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N . 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o ecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Notas

1. ^ *Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do* ***PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU*** *(NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.*

---

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 513858800984975917601861473 24. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**
**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**
**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.

3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 513858800984975917601861473 24. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

# CERTIDÃO SIMPLIFICADA

**CERTIFICAMOS** QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

## EMPRESA

| NIRE | REGISTRO | DATA DA CONSTITUIÇÃO | INÍCIO DAS ATIVIDADES | PRAZO DE DURAÇÃO |
|---|---|---|---|---|
| 35200947043 | | 10/07/1957 | 10/07/1957 | |

| NOME COMERCIAL | TIPO JURÍDICO |
|---|---|
| RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA. | SOCIEDADE LIMITADA |

| C.N.P.J. | ENDEREÇO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|---|
| 59.600.817/0001-43 | AVENIDA DOUTOR CARLOS BOTELHO | 2140 | 2 ANDAR |

| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | CEP | MOEDA | VALOR CAPITAL |
|---|---|---|---|---|---|
| CENTRO | SAO CARLOS | SP | 13560-250 | R$ | 350.000,00 |

## OBJETO SOCIAL

SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

## SÓCIO E ADMINISTRADOR

| NOME | | | | |
|---|---|---|---|---|
| DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM | | | | |
| **ENDEREÇO** | **NÚMERO** | **COMPLEMENTO** | | |
| RUA DOUTOR FRANCISCO AUGUSTO CESAR | 775 | APTO. 262 | | |
| **BAIRRO** | **MUNICÍPIO** | **UF** | **CEP** | **RG** |
| JARDIM IRAJA | RIBEIRAO PRETO | SP | 14020-530 | 45799258 |
| **CPF** | **CARGO** | | | **QUANTIDADE COTAS** |
| 551.160.198-53 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | | | 38.500,00 |

## SÓCIO E ADMINISTRADOR

| NOME | | | | |
|---|---|---|---|---|
| FILIPE ARANHA PIZANI | | | | |
| **ENDEREÇO** | **NÚMERO** | **COMPLEMENTO** | | |
| RUA ELZIRA SAMMARCO PALMA | 405 | | | |
| **BAIRRO** | **MUNICÍPIO** | **UF** | **CEP** | **RG** |
| BOSQUE DAS JURITIS | RIBEIRAO PRETO | SP | 14021-684 | 328009702 |
| **CPF** | **CARGO** | | | **QUANTIDADE COTAS** |
| 318.087.088-57 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | | | 51.917,00 |

## SÓCIO E ADMINISTRADOR

| NOME | | | | |
|---|---|---|---|---|
| JULIANO BORGES PIZANI | | | | |
| **ENDEREÇO** | **NÚMERO** | **COMPLEMENTO** | | |
| AVENIDA COSTABILE ROMANO | 250 | CASA 09 | | |
| **BAIRRO** | **MUNICÍPIO** | **UF** | **CEP** | **RG** |
| | | | | |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
D atuito
P ercialização
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Anexo Certidão Simplificada atualizada (12666643) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 162

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| RIBEIRANIA | RIBEIRAO PRETO | SP | 14096-380 | 43529336 |

| CPF | CARGO | QUANTIDADE COTAS |
|---|---|---|
| 360.351.328-20 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | 39.958,00 |

**SÓCIO E ADMINISTRADOR**

NOME: PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI

| ENDEREÇO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| AVENIDA HERACLITO FONTOURA SOBRAL PINTO | 551 | CASA 42 |

| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | CEP | RG |
|---|---|---|---|---|
| CONDOMINIO GUAPORE | RIBEIRAO PRETO | SP | 14022-000 | 60123941 |

| CPF | CARGO | QUANTIDADE COTAS |
|---|---|---|
| 551.534.458-87 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | 115.792,00 |

**SÓCIO E ADMINISTRADOR**

NOME: RAFAEL ARANHA PIZANI

| ENDEREÇO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| RUA CARLOS RATEB CURY | 697 | |

| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | CEP | RG |
|---|---|---|---|---|
| DISTRITO DE BONFIM | RIBEIRAO PRETO | SP | 14110-000 | 255974000 |

| CPF | CARGO | QUANTIDADE COTAS |
|---|---|---|
| 273.286.258-48 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | 51.916,00 |

**SÓCIO E ADMINISTRADOR**

NOME: TIAGO ARANHA PIZANI

| ENDEREÇO | NÚMERO | COMPLEMENTO |
|---|---|---|
| RUA CARLOS RATEB CURYSIO MONTEIRO MOREIR | 697 | |

| BAIRRO | MUNICÍPIO | UF | CEP | RG |
|---|---|---|---|---|
| CD VILLA BUENOS AIR | RIBEIRAO PRETO | SP | 14110-000 | 255974024 |

| CPF | CARGO | QUANTIDADE COTAS |
|---|---|---|
| 254.134.838-05 | SÓCIO E ADMINISTRADOR | 51.917,00 |

**ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO**

| DATA | NÚMERO |
|---|---|
| 22/01/2025 | 019.615/25-5 |

A RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA VEM, EM ATENCAO A ALINEA -I-, DO ARTIGO 38, DA LEI N 4.117, DE 27 DE AGOSTO DE 1962, COM A REDACAO DADA PELA LEI N 10.610, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2002, APRESENTAR E DECLARAR, PARA OS DEVIDOS FINS, A COMPOSICAO DE SEU CAPITAL , INCLUINDO A NOMEACAO DOS BRASILEIROS NATOS OU NATURALIZADOS HA MAIS DE DEZ ANOS TITULARES, DIRETA OU INDIRETAMENTE, DE PELO MENOS SETENTA POR CENTO DO CAPITAL TOTAL E DO CAPITAL VOTANTE, CONFORME DISCRIMINADO, DATADA DE: 09/12/2024.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35200947043
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 18/05/2025

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



D atuito
P ercialização
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo Certidão Simplificada atualizada (12666645) SEI 01230.025886/2017-71 / pg. 163

Certidão Simplificada. Documento certificado por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, Secretário Geral da Jucesp. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 266960183, segunda-feira, 19 de maio de 2025 às 14:48:12.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



D atuito
P ercialização
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Anexo Certidão Simplificada atualizada (12666643) SEI 01230.025886/2017-71 / pg. 164

**Data de Envio**:
19/05/2025 18:03:35

**De**:
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para**:
cgfm@mcom.gov.br

**Assunto**:
Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem**:
Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Carlos/ SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Outlook

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial**

**De** Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>
**Data** Ter, 20/05/2025 08:36
**Para** COREP <corep@mcom.gov.br>

Processo nº: 01250.025886/2017-71

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Carlos/ SP, responder ao processo nº **53900.030778/2014-70**, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>
**Enviado:** segunda-feira, 19 de maio de 2025 18:03
**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>
**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 01250.025886/2017-71

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA, (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Carlos/ SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

contrato pela detentora da outorga.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**
**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

**Processo nº:** 01250.025886/2017-71
**Entidade:** RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.
**CNPJ nº:** 59.600.817/0001-43
**FISTEL nº:** 02008031152
**Localidade:** São Carlos/SP

**Período:** 06/07/2017 a 06/07/2027
**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 21/06/2017;
(X) **Tempestivo** () **Intempestivo** (*caput* do art. 4º da Lei nº 5.785/1972; e arts. 2º e 3º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022).

**Tipo de outorga a ser renovada:**

() Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.

(**X**) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.

() Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.

() Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|---|---|---|---|---|
| 1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 1973554<br>Pág. 3* | - Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021);<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII". | * Requerimento subscrito por **DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM e JOSÉ INACIO GENNARI PIZANI**, ambos representantes legais à época , conforme certidão simplificada (SEI 1973554 - Págs. 31-32).*datado<br><br>**no entanto, foi ratificado pelos atuais representantes legais (SEI 11654401 - Págs. 4-5 e 12606643). |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Checklist 12596643 SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 168

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Declaração:<br><br>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Checklist 12596643 SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 169

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Declaração:<br><br>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI". | |
| Declaração:<br><br>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V". | |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Checklist 12596645 SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 170

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Declaração:<br><br>i) inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11654401<br>Pág. 4-5 | - Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011. | |
| 2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO); | (X) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 12596941<br>Págs. 7-14 | - Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV". | |

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|---|---|---|---|---|
| 3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 12606643 | - Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII". | |
| 4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 11190490<br>Pág. 8 | - Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X". | |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 12596934<br>Pág. 1 | - Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI". | |
| 6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | F 12596934<br>Pág. 4<br>E 11190490<br>Pág. 7<br>M 11654401<br>Pág. 11 | - Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII". | |
| 7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 12596941<br>Pág. 6 | - Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII". | |
| 8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | INSS 12596934<br>Pág. 4<br>FGTS 11617331<br>Pág. 3 | - Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV". | |
| 9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | 12596934<br>Pág. 3 | - Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV". | |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:<br>(*i*) certidão de nascimento ou casamento; (*ii*) certidão de reservista; (*iii*) cédula de identidade; (*iv*) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (*v*) carteira profissional; (*vi*) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (*vii*) passaporte.<br><br>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade. | (**X**) Sim<br>() Não<br>() Não se aplica | **DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM**<br>8799736<br>Pág. 18<br><br>**TIAGO ARANHA PIZANI**<br>8799736<br>Pág. 19<br><br>**FILIPE ARANHA PIZANI**<br>8799736<br>Pág. 19<br><br>**RAFAEL ARANHA PIZANI**<br>8799736<br>Pág. 19<br><br>**JULIANO BORGES PIZANI**<br>8799736<br>Pág. 20<br><br>**PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI**<br>8799736<br>Pág. 18 | - Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III". | - |
| 11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga? | (**X**) Sim<br>() Não | 12596941<br>Págs. 1-2 | - Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII". | |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Checklist 12596643 SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 173

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga? | () Sim<br>(**X**) Não | 12596941<br>Págs. 15-18 | - Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII". | |
| 13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga; | (**X**) Sim<br>() Não | 12608720 | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V". | |
| 14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)? | () Sim<br>(**X**) Não | 12596934<br>Pág. 5 | - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51. | |

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE**

| Documentos | Conformidade | SUPER nº | Base Legal | Observações |
|---|---|---|---|---|

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:<br>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;<br>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990; | () Sim<br>() Não<br>(**X**) Não se aplica | n/a | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;<br><br>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49. | |
| 16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia. | () Sim<br>() Não<br>(**X**) Não se aplica | n/a | - Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963. | |

| **Observações Adicionais** |
|---|
| - n/a |

| **Conclusão** |
|---|
| A documentação apresentada **<u>está em conformidade</u>** com o disposto na legislação. |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Checklist 12596645 SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 175

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa**, **Engenheiro**, em 26/05/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12596645** e o código CRC **3727F4B6**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12596645

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

# NOTA TÉCNICA Nº 7835/2025/SEI-MCOM

**PROCESSO: 01250.025886/2017-71**
**INTERESSADA: RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**
**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Progresso de São Carlos Ltda.**, inscrita no **CNPJ nº 59.600.817/0001-43**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02008031152**, referente ao período de 6 de julho de 2017 a 6 de julho de 2027.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

## ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

> Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
>
> [...]
>
> Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Progresso de São Carlos Ltda.** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 599, de 4 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 6 de julho de 1977 (SEI 12597157 - Pág. 8).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2007-2017**. De acordo com a Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 de outubro de 2009, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 2007**. O ato foi chancelado pelo Decreto Legislativo nº 105, de 2012, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de maio de 2012 (SEI 12597157 - Pág. 1).

8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **21 de junho de 2017**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2017-2027** (SEI 1973554 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 6 de julho de 2016 a 6 de julho de 2017.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 12596645). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

> Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:
>
> (...)
>
> § 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
>
> § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
>
> § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
>
> I - certidão de antecedentes criminais;
>
> II - informações sobre pessoa jurídica;
>
> III - outras expressamente previstas em lei.

10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

11. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 12596645).

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 14 de maio de 2025 (SEI 12596941 - Págs. 7-14). A pesquisa ao referido sistema levou em consideração a seguinte estrutura societária/diretiva:

| **NOME** | **CARGO** |
|---|---|
| Demetrio Luiz Pedro Bom | Sócio/Administrador |
| Paulo de Tarso Gennari Pizani | Sócio/Administrador |
| Tiago Aranha Pizani | Sócio/Administrador |
| Filipe Aranha Pizani | Sócio/Administrador |
| Rafael Aranha Pizani | Sócio/Administrador |
| Juliano Borges Pizani | Sócio/Administrador |

13. Ainda de acordo com o Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no tocante aos sócios que participam do quadro de outra pessoa jurídica (Sistema Clube de Comunicação executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, no

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Município de Ribeirão Preto/SP, entende-se que, por uma delas se tratar de concessão oriunda do processo de adaptação de outorga, tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, tendo em vista se tratar de excepcionalidade contida no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013.

14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 12596941 - Págs. 3-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 12608720).

15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 12596645).

16. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 12596934 - Pág. 1).

17. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63",* e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes –,* demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

> Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)
>
> § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)
>
> § 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)
>
> I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4° e 5° desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 18 de fevereiro de 2021, com validade até 6 de julho de 2027 (SEI 12596941 - Págs. 1-2).

22. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 14 de maio de 2025 (SEI 12596941 - Págs. 1-2). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 12596941 - Págs. 15-18). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 12597159).

## CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, dação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa**, **Engenheiro**, em 26/05/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 26/05/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/05/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12597161** e o código CRC **DCED00D7**.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria ( 12597162)
- Minuta de Exposição de Motivos ( 12597164)



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA

**MINUTA DE PORTARIA**

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.025886/2017-71,

**R E S O L V E**:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.600.817/0001-43, número de inscrição no FISTEL nº 02008031152, a partir de 6 de julho de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO**
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**
***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***
*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*
*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*

Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa**, **Engenheiro**, em 26/05/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 26/05/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/05/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12597162** e o código CRC **746DF980**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12597162

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº /MCOM

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 01250.025886/2017-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7.835/2025/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), nos termos da Portaria nº 599, datada em 4 de julho de 1977, publicada em 6 de julho de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO**
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**
***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***
*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*
*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*

Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa**, **Engenheiro**, em 26/05/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 26/05/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/05/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12597164** e o código CRC **9A094CBF**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12597164

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

PORTARIA MCOM Nº 18178, DE 28 DE MAIO DE 2025

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.025886/2017-71,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.600.817/0001-43, número de inscrição no FISTEL nº 02008031152, a partir de 6 de julho de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Carlos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Siqueira Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 12/06/2025, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12630952** e o código CRC **DFB62D53**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12630952

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Brasília, 28 de maio de 2025.

Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 01250.025886/2017-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7.835/2025/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 18.178, de 28 de maio de 2025, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), nos termos da Portaria nº 599, datada em 4 de julho de 1977, publicada em 6 de julho de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

Documento assinado eletronicamente por **Frederico de Siqueira Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 12/06/2025, às 18:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12631024** e o código CRC **BC9BE55C**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12631024

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 63635/2025/MCOM

À Senhora
**Daniela Gonçalves Garcia**
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 18178/2025 (12630952) e a Exposição de Motivos nº 367/2025 (12631024)**

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 7835/2025 (12597161), encaminho a Portaria nº 18178/2025 (12630952) e a Exposição de Motivos nº 367/2025 (12631024), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

WILSON DINIZ WELLISCH
Secretário de Comunicação Social Eletrônica

Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, **Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 06/06/2025, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12631002** e o código CRC **2FC643B4**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12631002

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Imprimir Recibo | Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

# Envio Eletrônico de Matérias
# Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 13/06/2025 14:11:13
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro
**Operador:** DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
**Ofício:** 11086446
**Data prevista de publicação:** 16/06/2025
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

**Matérias**

| Sequencial | Arquivo(s) | MD5 | Tamanho (cm) | Valor |
|---|---|---|---|---|
| 22779926 | ATO PORTARIA MCOM NA 18214.rtf | e49e264aa7e53405 394d5d8feed67e7b | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22779927 | ATO PORTARIA MCOM NA 18177.rtf | d7d118b48fe93ca1 43ee2f4110941d87 | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780008 | ATO PORTARIA MCOM NA 18175.rtf | d954d4252c6b9457 8108a1d2505980c2 | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780009 | ATO PORTARIA MCOM NA 18183.rtf | 01292a2a9450fc28 e38d0b08ea13a035 | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780010 | ATO PORTARIA MCOM NA 18181.rtf | d6df1561e3687c46 2e4c183095264723 | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780011 | ATO PORTARIA MCOM NA 18179.rtf | bde36520e71c2301 48abe3ec75bbcb8b | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780012 | ATO PORTARIA MCOM NA 18169.rtf | 6be562a83b9ea690 3708e0c140a568e9 | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780013 | ATO PORTARIA MCOM NA 18178.rtf | 135492ea5bbe54b2 24fe9ded3e2cc9ed | 7,00 | R$ 298,69 |
| 22780014 | ATO PORTARIA MCOM NA 18188.rtf | 0dd0aa78faf08e68 833e30fe79d67686 | 9,00 | R$ 384,03 |
| 22780015 | ATO PORTARIA MCOM NA 18192.rtf | 8653c023b90348f3 880c8928f2ba2245 | 24,00 | R$ 1.024,08 |
| 22780016 | ATO PORTARIA MCOM NA 18193.rtf | 3ada9585b588442b ebc271bd51401500 | 22,00 | R$ 981,41 |
| **TOTAL DO OFICIO** | | | **111,00** | **R$ 4.779,04** |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://www.autenticidade.assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Comprovante Envio Portaria 18178 (12666769) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 191

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/06/2025 | Edição: 112 | Seção: 1 | Página: 21

**Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro**


## PORTARIA MCOM Nº 18.178, DE 28 DE MAIO DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.025886/2017-71, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.600.817/0001-43, número de inscrição no FISTEL nº 02008031152, a partir de 6 de julho de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Carlos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-18.178-de-28-de-maio-de-2025-636280364
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Publicação Envio Portaria 18178 (12668514) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 192

Id solicitação: 57dbac4ca8229

## Informações da Entidade

| Dados da Entidade | | |
|---|---|---|
| **Nome da Entidade:** RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LTDA | | |
| **Nome Fantasia:** | | |
| **Telefone:** (16) 2106-4356 | **E-mail:** carlosdamin@terra.com.br | |
| **CNPJ:** 59.600.817/0001-43 | **Número do Fistel:** 02008031152 | |
| **Tipo Usuário:** Adm Privada | **Tipo Taxa:** Integral | |
| **Data do contrato:** 06/07/2007 | **Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada | |
| **Carater:** Primário | **Local específico:** | |
| **Rede:** | **Categoria da Estação:** Principal | |
| **Val. RF:** 06/07/2027 | | |
| **Observações:** RESOLUCAO ANATEL 125/99 | | |

| Endereço Sede | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** Avenida Doutor Carlos Botelho | **Complemento:** - 2º Andar | |
| **Bairro:** Centro | **Numero:** 2.140 | |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço Correspondência | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | **Complemento:** 2º ANDAR | |
| **Bairro:** CENTRO | **Numero:** 2140 | |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Transmissor | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | **Complemento:** | |
| **Bairro:** CENTRO | **Numero:** 2140 | |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Principal | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** RUA DOUTOR CARLOS BOTELHO | **Complemento:** 2º ANDAR | |
| **Bairro:** CENTRO | **Numero:** 2140 | |
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP | **CEP:** 13560250 |

| Endereço do Estúdio Auxiliar | | |
|---|---|---|
| **Logradouro:** | **Complemento:** | |
| **Bairro:** | **Numero:** | |
| **Município:** - | **UF:** | **CEP:** |

## Informações do Plano Basico

| Localização | |
|---|---|
| **Município:** São Carlos | **UF:** SP |

| Parâmetros Técnicos | | | |
|---|---|---|---|
| **Canal:** 284 | **Frequência:** 104.7 MHz | **Classe:** A2 | **ERP Máxima:** 51.8845kW |
| **HCI:** 102.7 m | **Pareamento:** | **Decalagem:** | **Fase:** 2 |

## Informações da Estação

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi gerado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
ato0 Canal 284 FM_São Carlos-SP-Renovação (12669111) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 193

| Informações Gerais | |
|---|---|
| **Número da Estação:** 7806027 | **Número Indicativo:** ZYD838 |
| **Data Último Licenciamento:** 18/02/2021 | **Número da Licença:** 53500.000670/2021-94 |

| Estação Principal | | |
|---|---|---|
| Localização | | |
| **Latitude:** 22° 00' 42.10" S | **Longitude:** 47° 53' 22.40" W | **Cota da base:** 872.00 m |

| Transmissor Principal | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** 017791201684 | **Modelo:** FAX 10K |
| **Fabricante:** GatesAir Inc. | **Potência de Operação:** 10.5 kW |

| Linha de Transmissão Principal | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** LCF 1 5/8-50JA | | **Fabricante:** RADIO FREQUENCY SYSTEMS | |
| **Comprimento da Linha:** 120.00 m | **Atenuação:** 0.6596 dB/100m | **Perdas Acessórias:** 0.2 dB | **Impedância:** 50.00 ohms |

| Antena Principal | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** 903CP-9C | | | **Fabricante:** RFS (RADIO FREQUENCY SYSTEMS, INC.) | | |
| **Ganho:** 7.93 dBd | **Beam-Tilt:** 0 º | **Orientação NV:** 0 º | **Polarização:** Circular | **HCI:** 102.7 m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |

| Padrão de Antena dBd | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 14.02 | **5º:** 13.47 | **10º:** 12.8 | **15º:** 12.22 | **20º:** 11.6 | **25º:** 10.9 | **30º:** 10.14 | **35º:** 9.36 | **40º:** 8.5 | **45º:** 7.46 | **50º:** 6.34 | **55º:** 5.19 |
| **60º:** 4.05 | **65º:** 2.97 | **70º:** 2.01 | **75º:** 1.29 | **80º:** 0.74 | **85º:** 0.34 | **90º:** 0.09 | **95º:** 0.02 | **100º:** 0.1 | **105º:** 0.35 | **110º:** 0.73 | **115º:** 1.19 |
| **120º:** 1.71 | **125º:** 2.26 | **130º:** 2.85 | **135º:** 3.5 | **140º:** 4.15 | **145º:** 4.76 | **150º:** 5.32 | **155º:** 5.77 | **160º:** 6.23 | **165º:** 6.81 | **170º:** 7.41 | **175º:** 7.93 |
| **180º:** 8.45 | **185º:** 9.03 | **190º:** 9.63 | **195º:** 10.24 | **200º:** 10.84 | **205º:** 11.37 | **210º:** 11.9 | **215º:** 12.56 | **220º:** 13.19 | **225º:** 13.63 | **230º:** 13.98 | **235º:** 14.31 |
| **240º:** 14.56 | **245º:** 14.72 | **250º:** 14.75 | **255º:** 14.61 | **260º:** 14.33 | **265º:** 13.89 | **270º:** 13.39 | **275º:** 12.94 | **280º:** 12.54 | **285º:** 12.24 | **290º:** 12.01 | **295º:** 11.8 |
| **300º:** 11.7 | **305º:** 11.83 | **310º:** 12.04 | **315º:** 12.22 | **320º:** 12.43 | **325º:** 12.68 | **330º:** 12.96 | **335º:** 13.29 | **340º:** 13.64 | **345º:** 14.05 | **350º:** 14.33 | **355º:** 14.29 |

| Coordenadas por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** Lat 0 Lon 0 | **5º:** Lat 0 Lon 0 | **10º:** Lat 0 Lon 0 | **15º:** Lat 0 Lon 0 | **20º:** Lat 0 Lon 0 | **25º:** Lat 0 Lon 0 | **30º:** Lat 0 Lon 0 | **35º:** Lat 0 Lon 0 | **40º:** Lat 0 Lon 0 | **45º:** Lat 0 Lon 0 | **50º:** Lat 0 Lon 0 | **55º:** Lat 0 Lon 0 |
| **60º:** Lat 0 Lon 0 | **65º:** Lat 0 Lon 0 | **70º:** Lat 0 Lon 0 | **75º:** Lat 0 Lon 0 | **80º:** Lat 0 Lon 0 | **85º:** Lat 0 Lon 0 | **90º:** Lat 0 Lon 0 | **95º:** Lat 0 Lon 0 | **100º:** Lat 0 Lon 0 | **105º:** Lat 0 Lon 0 | **110º:** Lat 0 Lon 0 | **115º:** Lat 0 Lon 0 |
| **120º:** Lat 0 Lon 0 | **125º:** Lat 0 Lon 0 | **130º:** Lat 0 Lon 0 | **135º:** Lat 0 Lon 0 | **140º:** Lat 0 Lon 0 | **145º:** Lat 0 Lon 0 | **150º:** Lat 0 Lon 0 | **155º:** Lat 0 Lon 0 | **160º:** Lat 0 Lon 0 | **165º:** Lat 0 Lon 0 | **170º:** Lat 0 Lon 0 | **175º:** Lat 0 Lon 0 |
| **180º:** Lat 0 Lon 0 | **185º:** Lat 0 Lon 0 | **190º:** Lat 0 Lon 0 | **195º:** Lat 0 Lon 0 | **200º:** Lat 0 Lon 0 | **205º:** Lat 0 Lon 0 | **210º:** Lat 0 Lon 0 | **215º:** Lat 0 Lon 0 | **220º:** Lat 0 Lon 0 | **225º:** Lat 0 Lon 0 | **230º:** Lat 0 Lon 0 | **235º:** Lat 0 Lon 0 |
| **240º:** Lat 0 Lon 0 | **245º:** Lat 0 Lon 0 | **250º:** Lat 0 Lon 0 | **255º:** Lat 0 Lon 0 | **260º:** Lat 0 Lon 0 | **265º:** Lat 0 Lon 0 | **270º:** Lat 0 Lon 0 | **275º:** Lat 0 Lon 0 | **280º:** Lat 0 Lon 0 | **285º:** Lat 0 Lon 0 | **290º:** Lat 0 Lon 0 | **295º:** Lat 0 Lon 0 |
| **300º:** Lat 0 Lon 0 | **305º:** Lat 0 Lon 0 | **310º:** Lat 0 Lon 0 | **315º:** Lat 0 Lon 0 | **320º:** Lat 0 Lon 0 | **325º:** Lat 0 Lon 0 | **330º:** Lat 0 Lon 0 | **335º:** Lat 0 Lon 0 | **340º:** Lat 0 Lon 0 | **345º:** Lat 0 Lon 0 | **350º:** Lat 0 Lon 0 | **355º:** Lat 0 Lon 0 |

| Distância por radial | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **0º:** 0 | **5º:** 0 | **10º:** 0 | **15º:** 0 | **20º:** 0 | **25º:** 0 | **30º:** 0 | **35º:** 0 | **40º:** 0 | **45º:** 0 | **50º:** 0 | **55º:** 0 |
| **60º:** 0 | **65º:** 0 | **70º:** 0 | **75º:** 0 | **80º:** 0 | **85º:** 0 | **90º:** 0 | **95º:** 0 | **100º:** 0 | **105º:** 0 | **110º:** 0 | **115º:** 0 |
| **120º:** 0 | **125º:** 0 | **130º:** 0 | **135º:** 0 | **140º:** 0 | **145º:** 0 | **150º:** 0 | **155º:** 0 | **160º:** 0 | **165º:** 0 | **170º:** 0 | **175º:** 0 |
| **180º:** 0 | **185º:** 0 | **190º:** 0 | **195º:** 0 | **200º:** 0 | **205º:** 0 | **210º:** 0 | **215º:** 0 | **220º:** 0 | **225º:** 0 | **230º:** 0 | **235º:** 0 |
| **240º:** 0 | **245º:** 0 | **250º:** 0 | **255º:** 0 | **260º:** 0 | **265º:** 0 | **270º:** 0 | **275º:** 0 | **280º:** 0 | **285º:** 0 | **290º:** 0 | **295º:** 0 |
| **300º:** 0 | **305º:** 0 | **310º:** 0 | **315º:** 0 | **320º:** 0 | **325º:** 0 | **330º:** 0 | **335º:** 0 | **340º:** 0 | **345º:** 0 | **350º:** 0 | **355º:** 0 |

| Estação Auxiliar | |
|---|---|
| Transmissor Auxiliar | |
| **Código Equipamento:** 002850402252 | **Modelo:** FM 2500 |
| **Fabricante:** Marcelo Amorim de Godoy -EPP | **Potência de Operação:** 2.500 kW |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi gerado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
atono Canal 284 FM_São Carlos-SP-Renovação (12669111) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 194

| Transmissor Auxiliar 2 | |
|---|---|
| **Código Equipamento:** | **Modelo:** Equipamento não encontrado |
| **Fabricante:** | **Potência de Operação:** kW |

| Linha de Transmissão Auxiliar | | | |
|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | **Fabricante:** | |
| **Comprimento da Linha:** m | **Atenuação:** dB/100m | **Perdas Acessórias:** dB | **Impedância:** ohms |

| Antena Auxiliar | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Modelo:** | | | **Fabricante:** | | |
| **Ganho:** dBd | **Beam-Tilt:** º | **Orientação NV:** º | **Polarização:** | **HCI:** m | **ERP Máxima:** 51.88 kW |
| RDS | | | | | |
| **Código PI:** | | | | | |

| Informações do documento de Outorga | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 157931975 | 599 | Portaria | MC | 04/07/1977 | 06/07/1977 | Outorga | Jurídico |

| Informações do documento de Aprovação de Locais | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 1000991978 | 1036 | Portaria | Dentel | 20/07/1978 | 21/07/1978 | Aprovação de Local | Técnico |

| Histórico de Documentos Emitidos | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Núm Processo | Núm Documento | Tipo Documento | Orgão | Data do docu | Data DOU | Razão do Doc | Natureza |
| 9999 | 407 | Portaria | MC | 22/04/1983 | 09/05/1983 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 317 | Portaria | DMC | 27/06/1988 | | Autoriza Equipamento | Técnico |
| 9999 | 151 | Portaria | MC | 12/09/1989 | 27/09/1989 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 39 | Decreto Legislativo | CN | 27/02/1991 | 28/02/1991 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 20 | Portaria | DMC | 27/01/1993 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 240297 | Despacho | MC | 24/02/1997 | | Advertência | Jurídico |
| 9999 | 437 | Portaria | MC | 21/09/1999 | 27/09/1999 | Multa | Jurídico |
| 9999 | 6162 | Ato | SCM | 28/01/2000 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 9999 | 286 | Portaria | MC | 20/06/2000 | 14/07/2000 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 85 | Decreto Legislativo | CN | 15/05/2002 | 16/05/2002 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 520 | Portaria | MC | 07/08/2009 | 23/10/2009 | Renovação | Jurídico |
| 9999 | 105 | Decreto Legislativo | CN | 03/05/2012 | 04/05/2012 | Deliber. do C. Nacional | Jurídico |
| 9999 | 943 | Ato | SOR | 05/02/2015 | 09/02/2015 | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 53500.051970/2017-55 | 7678 | Ato | ORLE | 30/03/2017 | 13/04/2017 | Autoriza o Uso de Radiofrequência | Técnico |
| 53500.048721/2019-44 | 7 | Despacho | ER01 | 08/01/2020 | | Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação | Técnico |
| 01250.025886/2017-71 | 18178 | Portaria | MC | 28/05/2025 | 16/06/2025 | Renovação | Jurídico |

| Horário de funcionamento |
|---|
| 00:00 a 00:00 - Domingo a Domingo |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Este documento foi assinado digitalmente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
ato Canal 284 FM_São Carlos-SP-Renovação (12669111) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 195

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 64436/2025/MCOM

Ao Senhor
**Ênio Soares Dias**
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (12631024)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 7835/2025 (12597161), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 367/2025 (12631024), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,

Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, **Agente Administrativo**, em 16/06/2025, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12670186** e o código CRC **E6031FE4**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12670186

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

EM nº 00337/2025 MCOM

Brasília, 17 de Junho de 2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 01250.025886/2017-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7.835/2025/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 18.178, de 28 de maio de 2025, publicada em 16/06/2025, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), nos termos da Portaria nº 599, datada em 4 de julho de 1977, publicada em 6 de julho de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Frederico de Siqueira Filho***

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 20333/2025/MCOM

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 01250.025886/2017-71**.

Senhor Secretário,

Em conformidade com o disposto no art. 72, do Decreto nº 12.002, de 22.04.2024, encaminho a Vossa Senhoria o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro

Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 18/06/2025, às 12:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12674902** e o código CRC **B3BEB0C6**.

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12674902

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Ofício 20333 (12674902) SEI 01250.025886/2017-71 / pg. 198

EM nº 00337/2025 MCOM

Brasília, 17 de Junho de 2025

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência, o Processo Administrativo nº 01250.025886/2017-71, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7.835/2025/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 18.178, de 28 de maio de 2025, publicada em 16/06/2025, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), nos termos da Portaria nº 599, datada em 4 de julho de 1977, publicada em 6 de julho de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

***Assinado eletronicamente por: Frederico de Siqueira Filho***

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 16/06/2025 | Edição: 112 | Seção: 1 | Página: 21

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

# PORTARIA MCOM Nº 18.178, DE 28 DE MAIO DE 2025

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 01250.025886/2017-71, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 59.600.817/0001-43, número de inscrição no FISTEL nº 02008031152, a partir de 6 de julho de 2017, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Carlos, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://www.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mcom-n-18.178-de-28-de-maio-de-2025-636280364
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:** 00738.000159/2023-12
**INTERESSADO:** Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)
**ASSUNTO:** Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

**Ementa:** PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial **(MJR)** disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

11. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

Ili. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

## 1- RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM,** a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, *§* 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, *§* 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,** solicitou informações á Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrõnica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-fonnal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.

6. Nos termos do art. 3º da Portaria Nonnativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.

8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria. 9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retomar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM,** apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.

5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº4.117/1962 e do art. 113, § 1°, do Decreto nº 52.795/1963.

6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.

7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1° de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por nonnativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.

8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.

9. Segundo o art. 4°, *caput,* da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4°, *caput,* da Lei nº 5.785/1972).

11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).

12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4°, *caput,* da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2° e art. 3° da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº l 4.35 l /2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de fonna extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Art. 2° Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3° As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário - SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2°, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis:*

**Decreto-Lei nº 236/1967**

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

I) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras emprêsas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados nêste artigo.

§ 4° Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas emprêsas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a êle ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. (Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968)

§ 5° - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma emprêsa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

**Lei nº 4.117/1962**

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

**Regulamento dos Serviços de Radiodifusão**

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[... ]

§ 3° A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

**Decreto nº 8.139/2013**

Art. 3 º O deferimento do requerimento a que se refere o§ 1° do art. 2ºficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2 º Deferido o pedido de que trata o § 1 º do art. 2° , a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no art. 14, § 3° , do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7° da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da **Lei** Complementar nº 64, de 1990.

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § lº, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1°, da **Lei** 12.485/2011, no art. 112, § 3°, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº l, de lº de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexiste parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos tennos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processo de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicite, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A titulo exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como fonna de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação doar!. 2° e art. 3° da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menoresno quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de l (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3°, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifestação pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **e imagens,** assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 1O.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

## II- FUNDAMENTAÇÃO

### 11.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

> **ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014**
>
> I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.
>
> li - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:
>
> a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
>
> b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.
>
> Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência,** já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tomar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa.**

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput,* da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

> 9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/201I e 1.944/20 I 4, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma." (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida;** e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.**

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022,** que disciplina a utilização da MJR:

> **Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**
>
> Art. 3° A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

> § 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.
>
> § 2º A emissão de urna MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:
>
> I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e
>
> li - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

> **Enunciado nº** 7
>
> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre ternas não jurídicos, tais corno os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM,** convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos,** ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

### 11.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

#### 11.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6°, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País . Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1°, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

25. A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e rização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas ado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5°, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

**11.2.2 -ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO**

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4° da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

> Art. 2° Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.
>
> Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

| IRegra de tempestividade | IBase legal |
|---|---|
| (I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga. | Art. 4º da Lei **nº** 5.785 em sua redação anterior à MPV **nº** 757, de 2016. |
| (II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785) devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga. | Art. 4º da Lei nº 5.785 com a redação dada pela MPV nº 757 de 2016, convertida na Lei nº 13.424 de 2017. |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | |
|---|---|
| (III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica mesmo aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022. | Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022. |
| (IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022). | Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022. |

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **"a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação".** Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3° do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; e) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3°, do RSR; e art. 2º, § 2º, do

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente.[1]

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

**11.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)**

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

| !Requisito | !Base normativa |
|---|---|
| i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País. | Art. 222, caput, da CF. |
| ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT. |
| iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. | Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT. |
| iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão. | Art. 14, § 3°, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº236, de 1967. |
| v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou. | Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR. |
| vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. | Art. 67, Parágrafo único, do CBTe, art. 110 do RSR. |
| vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações. | Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR. |
| viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso II, do RSR. |
| ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. | Art. 113, inciso IV, do RSR. |
| xi) Prova de inscrição no CNPJ. | Art. 113, inciso V, do RSR. |
| xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei. | Art. 113, inciso VI, do RSR. |
| xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos ursos do Fistel. | Art. 113, inciso VII, do RSR. |

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

| | |
|---|---|
| xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. | Art. 113, inciso VIII, do RSR. |
| xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. | Art. 113, IX, do RSR. |
| xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR. | Art. 113, XI, do RSR. |
| xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento. | Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR. |
| xviii) Licença de funcionamento da estação válida. | Art. 31-A, I, do RSR. |

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3°, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas **"b",** '□e", **"d",** "e", "f", "g", **"h", "i", "j", "k", "l",** "m", "n", "o", **"p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide** art. **15, § 15º,** do RSR).

50. Acrescente-se, por necessano, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) (https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

### 11.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1° a 3° da CF; art. 113, § 1°, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo n °xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorga do] , Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx] , a partir de [xxxxxx], para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja pennissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3°, da Constituição Federal.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]
Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº **1,** de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

IH - **CONCLUSÃO**

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU **nº** 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos,** a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o ecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Notas

1. :::*Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do* ***PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU*** *(NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.*

---

Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado AI institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db47lffc no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado Al institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 513858800984975917601861473 24. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLvl.

---

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 00738.000159/2023-12**
**INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA**
**ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

**1.** Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.

3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em https://supersapiens.agu.gov.br mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado AI institucional(*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico https://sapiens.agu.gov.br. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado AI institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 513858800984975917601861473 24. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLvl.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

# NOTA TÉCNICA Nº 7835/2025/SEI-MCOM

**PROCESSO: 01250.025886/2017-71**
**INTERESSADA: RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA.**
**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.**

## SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Progresso de São Carlos Ltda.**, inscrita no **CNPJ nº 59.600.817/0001-43**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos/SP, vinculado ao **FISTEL nº 02008031152**, referente ao período de 6 de julho de 2017 a 6 de julho de 2027.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

## ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

> Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)
>
> [...]
>
> Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à **Rádio Progresso de São Carlos Ltda.** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 599, de 4 de julho de 1977, publicada no Diário Oficial da União do dia 6 de julho de 1977 (SEI 12597157 - Pág. 8).

7. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **2007-2017**. De acordo com a Portaria nº 520, de 7 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 23 de outubro de 2009, **a permissão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 6 de julho de 2007**. O ato foi chancelado pelo Decreto Legislativo nº 105, de 2012, publicado no Diário Oficial da União do dia 4 de maio de 2012 (SEI 12597157 - Pág. 1).

8. Pela análise dos autos, observa-se que, em **21 de junho de 2017**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2017-2027** (SEI 1973554 - Pág. 1). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 6 de julho de 2016 a 6 de julho de 2017.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

9. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 12596645). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

> Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:
>
> (...)
>
> § 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.
>
> § 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.
>
> § 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:
>
> I - certidão de antecedentes criminais;
>
> II - informações sobre pessoa jurídica;
>
> III - outras expressamente previstas em lei.

10. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

11. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 12596645).

12. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 14 de maio de 2025 (SEI 12596941 - Págs. 7-14). A pesquisa ao referido sistema levou em consideração a seguinte estrutura societária/diretiva:

| **NOME** | **CARGO** |
|---|---|
| Demetrio Luiz Pedro Bom | Sócio/Administrador |
| Paulo de Tarso Gennari Pizani | Sócio/Administrador |
| Tiago Aranha Pizani | Sócio/Administrador |
| Filipe Aranha Pizani | Sócio/Administrador |
| Rafael Aranha Pizani | Sócio/Administrador |
| Juliano Borges Pizani | Sócio/Administrador |

13. Ainda de acordo com o Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, no tocante aos sócios que participam do quadro de outra pessoa jurídica (Sistema Clube de Comunicação executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em duas outorgas, no

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Município de Ribeirão Preto/SP, entende-se que, por uma delas se tratar de concessão oriunda do processo de adaptação de outorga, tal fato não representa afronta à legislação que rege a matéria, tendo em vista se tratar de excepcionalidade contida no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013.

14. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 12596941 - Págs. 3-5). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 12608720).

15. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 12596645).

16. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 12596934 - Pág. 1).

17. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63",* e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes –,* demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

18. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

> Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)
>
> § 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)
>
> § 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)
>
> I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4° e 5° desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

19. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

21. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 18 de fevereiro de 2021, com validade até 6 de julho de 2027 (SEI 12596941 - Págs. 1-2).

22. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 14 de maio de 2025 (SEI 12596941 - Págs. 1-2). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 12596941 - Págs. 15-18). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

23. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 12597159).

## CONCLUSÃO

24. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

25. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

26. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

27. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, [illegible]dação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

À consideração superior.

Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa**, **Engenheiro**, em 26/05/2025, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado**, **Advogada**, em 26/05/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 26/05/2025, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

Documento assinado eletronicamente por **Nelson Alves Pinto Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 27/05/2025, às 13:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica, informando o código verificador **12597161** e o código CRC **DCED00D7**.

## Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria ( 12597162)
- Minuta de Exposição de Motivos ( 12597164)

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 Documento nº 12597161

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 25 de junho de 2025.

AOS PROTOCOLOS DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

**ASSUNTO: Renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga conferida à RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA. (CNPJ nº 59.600.817/0001-43), nos termos da Portaria nº 599, datada em 4 de julho de 1977, publicada em 6 de julho de 1977, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Carlos, estado de São Paulo.**

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 337 2025 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**
**GSISTE**

Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho**, **GSISTE NI**, em 25/06/2025, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6793436** e o código CRC **A81F235B** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Gestão Interna

Brasília, *na data da assinatura eletrônica.*

**Referência: Exposição de Motivos nº 337/2025 - MCOM.**

De ordem do Subsecretário de Gestão Interna, concluo o presente registro nesta caixa, tendo em vista que este processo encontra-se na SAG/CC/PR e SAJ/CC/PR, que são as unidades competentes pelas análises de mérito e jurídica, respectivamente, nos termos do Capítulo VII do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

AMANDA ELER GOUVEA
Assistente SSGI/SE/CC/PR

Documento assinado eletronicamente por **Amanda Eler Gouvea**, **Assistente**, em 25/06/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6793622** e o código CRC **0A54F6FD** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CASA CIVIL

SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

01250.025886/2017-71

**Nota SAJ - Radiodifusão nº 807 / 2025 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR**

| | |
|---|---|
| **Interessado:** | RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA |
| **Assunto:** | Serviço de Radiodifusão.<br>Renovação de rádio comercial FM.<br>Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição). |
| **Processo:** | 01250.025886/2017-71 |

Senhora Secretária Especial Adjunta,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se do processo nº 01250.025886/2017-71, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA**, CNPJ nº 59.600.817/0001-43, na localidade de **São Carlos/SP**.

2. O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.

3. Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

**II - ANÁLISE**

4. Trata-se de processo de renovação de outorga de rádio FM comercial [2]. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1° da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei n° 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto n° 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.

5. Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.

6. De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria** de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [3] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, do art. 223, § 4°, CF-1988"* [4]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM [5].

## III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 01250.025886/2017-71, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

**MARIA HELENA ROCHA MARTINS**

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

**DANIEL CHRISTIANINI NERY**

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

*DE ACORDO.*

**MILTON CARVALHO GOMES**

Secretário Adjunto de Infraestrutura

*APROVO.*

**MARIA ROSA GUIMARÃES LOULA**

Secretária Especial Adjunta para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

*(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 9, de 31 de outubro de 2024)*

---

[1] A **"Frequência Modulada (FM)"** é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] De acordo com o Ministério das Comunicações - MCOM e a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, em fevereiro/2025 o Brasil tinha 11.179 outorgas de rádio, sendo 4.640 de rádios em Frequência Modulada (FM Comercial), que abrangem 2.171 municípios.

Fonte: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjQwOTAzYTItNWM1My00NDA0LWFmYjEtMDVhZGRmMjZkODgyIiwidCI6ImExMTIwMGVkLTNhYTctNDFhMy05M2UxLTcwYWU4ZmMxZWMxYSJ9

[3] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[4] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. *O regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006.

No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[5] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.

---

Documento assinado eletronicamente por **Maria Helena Rocha Martins**, **Estagiário(a)**, em 22/08/2025, às 14:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Daniel Christianini Nery**, **Assessor**, em 22/08/2025, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Documento assinado eletronicamente por **Milton Carvalho Gomes**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 22/08/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Maria Rosa Guimarães Loula**, **Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 22/08/2025, às 21:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6932282** e o código CRC **3F5BAFB8** no site: https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 627/2025/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

**PROCESSO SEI Nº:** 01250.025886/2017-71.

**INTERESSADO:** SAJ/CC/PR.

**REFERÊNCIA:** Exposição de Motivos nº 00337/2025 MCOM, 17 de Junho de 2025, do Ministério das Comunicações.

**ASSUNTO:** Renovação da outorga comercial de permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de São Carlos/SP.

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00337/2025 MCOM (6791391), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 01250.025886/2017-71, acompanhado da Portaria nº 18.178, de 28 de maio de 2025, que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de dez anos, a partir de 6 de julho de 2017, no município de São Carlos, SP, FISTEL nº 02008031152, sem direito à exclusividade, para a empresa RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 59.600.817/0001-43, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações[1], e em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão[2].

2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.

3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:

- Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU[3], de 05/10/2023 (6791376), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
- Nota Técnica nº 7835/2025/SEI-MCOM, de 27/05/2025 (6793431), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 23, que o caso concreto dispensa a análise jurídica

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963;

- Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 26/05/2025 (6791380), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.

4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:

- Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social[4]; e
- Registros administrativos do canal, conforme registrado no MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro[5], que disponibiliza acesso ao Relatório do Canal.

5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o Quadro de Sócios e Administradores - QSA da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

| | |
|---|---|
| **CNPJ:** | 59.600.817/0001-43 |
| **NOME EMPRESARIAL:** | RADIO PROGRESSO DE SAO CARLOS LIMITADA |
| **CAPITAL SOCIAL:** | R$350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais) |

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

| | |
|---|---|
| **Nome/Nome Empresarial:** | DEMETRIO LUIZ PEDRO BOM |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |
| **Nome/Nome Empresarial:** | TIAGO ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |
| **Nome/Nome Empresarial:** | FILIPE ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |
| **Nome/Nome Empresarial:** | PAULO DE TARSO GENNARI PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |
| **Nome/Nome Empresarial:** | RAFAEL ARANHA PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |
| **Nome/Nome Empresarial:** | JULIANO BORGES PIZANI |
| **Qualificação:** | 49-Sócio-Administrador |

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 28/08/2025 às 09:32 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no art. § 3º do art. 223 da Constituição Federal, sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

À consideração superior.

Brasília, *na data da assinatura.*

**JEFFERSON MILTON MARINHO**
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, *na data da assinatura.*

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.

Brasília, *na data da assinatura*.

**BRUNO MORETTI**
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

---

[1] Instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

[2] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.

[3] O Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, que disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos, dispensando a análise jurídica individualizada para questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O SIACCO é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas a suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O MOSAICO é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho**, **Assessor(a)**, em 09/09/2025, às 17:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 09/09/2025, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti**, **Secretário(a) Especial**, em 09/09/2025, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6936807** e o código CRC **A0C9BBBE** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

**Referência:** Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 01250.025886/2017-71 SEI nº 6936807

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - https://www.gov.br/planalto/pt-br

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

01250.025886/2017-71

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**
CASA CIVIL
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretaria Adjunta de Assuntos Legislativos

Brasília, *na data da assinatura.*

Ao Senhor Ministro de Estado
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.285, de 10 de setembro de 2025, ao Congresso Nacional, referente ao ato constante da Portaria nº 18.178, de 28 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2025, que renova, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga anteriormente conferida à Rádio Progresso de São Carlos Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**MARIA CLARA OLIVEIRA SANTOS**
Secretária Adjunta de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

**MARCELO WEICK POGLIESE**
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Maria Clara Oliveira Santos**, **Secretário(a) Adjunto(a)**, em 11/09/2025, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Weick Pogliese**, **Secretário(a) Especial**, em 11/09/2025, às 10:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6979660** e o código CRC **7F4FF41B** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 SEI nº 6979660

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 18.178, de 28 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2025, que renova, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga anteriormente conferida à Rádio Progresso de São Carlos Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

MENSAGEM Nº 1.285

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 18.178, de 28 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2025, que renova, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga anteriormente conferida à Rádio Progresso de São Carlos Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Brasília, 10 de setembro de 2025.

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

*Brasília-DF, na data da assinatura.*

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo contendo documento digital (6984504) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação

Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues**, **Supervisor(a)**, em 11/09/2025, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6984507** e o código CRC **73F59E14** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

**Referência:** Processo nº 01250.025886/2017-71 SEI nº 6984507

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1480/2025/CC/PR

Brasília, *na data da assinatura digital.*

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Carlos Veras
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 18.178, de 28 de maio de 2025, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2025, que renova, a partir de 6 de julho de 2017, a outorga anteriormente conferida à Rádio Progresso de São Carlos Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Carlos, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos**, **Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 11/09/2025, às 20:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6985263** e o código CRC **2E0FD6B9** no site:
https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9

0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/0e13e8d0-1a3c-4157-9e33-020779d069a9